

REVISTA MUNICIPAL

N.º 63

ANO XV ~ 4.º TRIMESTRE DE 1954



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇARIO DA REVISTA

| | |
|--|--------|
| Preço avulso | 12\$50 |
| Números duplos | 20\$00 |
| Assinatura (por cada série de 4 números) | 40\$00 |

•

DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telef. 2 5711

•

CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174

Na capa:

TEATRO DE D. MARIA II

Desenho: de Nogueira da Silva — Gravura de J. Coelho e Pedroso

(Arquivo Pitoresco — 1863).

REVISTA MUNICIPAL

N.º 63 ★ 4.º TRIMESTRE ★ 1954

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



PORTO DE LISBOA

FOTO DE A. FERRARI

SUMÁRIO

DO N.º 63 ★ 4.º TRIMESTRE ★ 1954

REVISTA MUNICIPAL

DIRECÇÃO
DR. JAIME LOPES DIAS

★

ASSISTÊNCIA GRÁFICA
JOSE ESPINHO

★

DESENHOS DE
JOSE ESPINHO
MANUEL CORREIA
ROSA DUARTE

★

CAPA DE CANDIDO COSTA PINTO

NOVOS TESTEMUNHOS DA ACTIVIDADE TIPOGRÁFICA
DE LISBOA NO SÉCULO QUINZE
— ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

INAUGURAÇÃO DO NOVO MATADOURO-FRIGORÍFICO

O QUARTEL DO REGIMENTO DE LIPPE
— ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

FAMÍLIAS DE CIDADES—
ALGUNS PARENTESCOS DE LISBOA
— LUIS SCHWALBACH

NOVOS TESTEMUNHOS DA ACTIVIDADE TIPOGRÁFICA
DE LISBOA NO SÉCULO QUINZE (CONTINUAÇÃO)
— ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

A VOZ DA CIDADADE

SECÇÃO JURÍDICA

BIBLIOGRÁFICA

ÍNDICE GERAL DA «REVISTA
MUNICIPAL»—N.ºs 60 A 63—ANO DE 1953

(HORS-TEXTE)—UM RECANTO DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





NOVOS TESTEMUNHOS DA ACTIVIDADE TIPOGRÁFICA DE LISBOA NO SÉCULO QUINZE



INGIDO o problema da produção tipográfica portuguesa no século xv a obras cuja existência não sofra contestação, e postas inteiramente de parte hipóteses e conjecturas não contraprovadas ainda pela inflexível apresentação de exemplares, por mais plausíveis que porventura essas hipóteses e conjecturas se nos mostrem, Lisboa ocupa, no estado actual dos nossos conhecimentos, o segundo lugar na cronologia da Tipografia em Portugal.

As suas oficinas, embora lhes não caiba a posição cronológica primacial, se devem as mais representativas espécies bibliográficas portuguesas do século xv; portuguesas, evidentemente, se considerarmos o seu lugar de impressão, que não a nacionalidade dos seus impressores; isso nos basta, aliás, pois com a Imprensa em Portugal se passou precisamente o mesmo que na história tipográfica de outras Nações se verifica, isto é, a estrangeiros se devem a sua introdução e os primeiros trabalhos.

Enquanto outra cronologia não tiver de ser estabelecida, é ponto assente, efectivamente, que só em 1489 se imprimiu na Capital, para início da nova actividade industrial que abria para o Mundo as incomensuráveis perspectivas duma era diferente, o Tratado das *Novas da Lei ou Comentario sobre o Pentateuco*, do Rabi MOSCHEH BAR NAHMAN, em hebraico, apenas se conhecendo, de data anterior e impressa em Portugal, a edição do *Pentateuco*, de Faro, em 1487, que por isso, e até novos achados se registarem irrefutavelmente, terá de ser considerado a primeira obra impressa no País.

E quando mesmo, em obediência a um escrúpulo de crítica porventura excessivamente restritivo, haja de ter-se em conta que estas duas edições hebraicas, e outras muitas, que se lhes seguiram, revelam impressão tabular e não composição manual, com tipos móveis, ainda então continuará a pertencer a Lisboa o segundo lugar na cronologia tipográfica portuguesa: Braga, ao que parece, a primeira localidade nacional onde a Tipografia (de tipos móveis) terá feito a sua aparição, com o *Breviarium Bracharense*, concluído em 12 de Dezembro de 1494 — e Lisboa a segunda, com a famosíssima *De Vita Christi*, parte quarta, acabada a 14 de Maio de 1495.

Impressor da primeira obra, em Braga, João Gherlinc, alemão, que hoje se não sabe donde tenha vindo; da segunda, em Lisboa, Valentim Fernandes, de Morávia, e Nicolau, de Saxónia.

Todos igualmente estrangeiros, como; aliás, o espanhol Samuel Gacon, impressor do Pentateuco de Faro, em 1487; mas nacional o meio cultural que possibilitou o exercício da nova indústria e justificava assim o aparecimento (e em alguns casos a fixação, até) de estrangeiros a explorá-la entre nós, ainda no século xv, quando muitas outras Nações só muito mais tarde conheceram essa Arte maravilhosa da Impressão.

Ao activo editorial de Lisboa adjudicam os mais recentes recenseamentos de incunábulos portugueses nove espécies impressas em língua hebraica, de 1489 a 1492, seis em Latim (1497, 1498, 1500) e três em Português (1495 e 1496), para um total geral, respectivamente, de 14, 9 e 5 e para doze anos de actividade em três oficinas distintas: — a do Rabi Elieser para as nove edições hebraicas, a de Nicolau de Saxónia e a de Valentim Fernandes para as restantes, tendo, mesmo, estes últimos trabalhado associados, na vultuosa e difícil impressão da *Vita Christi*, que é, justamente, a mais representativa edição quatrocentista portuguesa, e um dos mais notáveis incunábulos de todo o Mundo.

Destes dois impressores quatrocentistas de Lisboa é Valentim Fernandes a figura marcante, já pela sua complexa actividade de Humanista, de Banqueiro e de Industrial desenvolvida com grande elevação no nosso País (1), já pela obra tipográfica realizada, tendo assumido, francamente, o domínio da indústria da especialidade no seu tempo, pois de Nicolau de Saxónia se conhecem unicamente duas impressões em oficina individual.

(1) HAEBLER, registando no estudo, ainda hoje fundamental, que dedicou à *Tipografia Ibérica*, a actividade de Valentim Fernandes, dá-nos esta clara síntese da sua extraordinária personalidade:

6 «Valentim Fernandez est un personnage des plus curieux. On ne sait s'il vint à Lisbonne comme typographe ou si ce ne fut pas plutôt comme commerçant; du moins exerça-t-il ces deux métiers et quelques autres aussi. Ce n'était pas un homme médiocre; une intelligence supérieure le mettait à même de s'occuper de beaucoup de choses en même temps. C'est ainsi qu'il parvint à être sensale des commerçants allemands à Lisbonne, qu'il fait lui-même de commerce d'épicerie, qu'il traduisit maints livres de latin en portugais,

O primeiro volume da *Bibliografia Geral Portuguesa*, de 1941, que compendia, logicamente, quanto até então se apurara, dá para Valentim Fernandes a actividade editorial que passamos a transcrever, pois muito importa ter presente, para melhor apreciação da comunicação que a seguir se traz a público, o que até aqui se conhecia como produto da indústria do notabilíssimo impressor.

Valentim Fernandes trabalhou, como deixamos dito, associado a Nicolau de Saxónia, e «depois, sem parceiro, um certo número de anos. Nestas circunstâncias estampou, em 1496, a *Estoria de Vespasiano* e o *Votivale Missarum*; no mesmo ano, ou em 1498, o *Regimento proueytoso contra a Pestenença*; em 1500, as obras de CATALDO SÍCULO. Em 1501 imprimiu a *Glosa famosissima sobre las coplas de dō Jorge Manriq̄*, do licenciado ALONSO DE CERVANTES e os *Proverbios* de D. IÑIGO LOPEZ DE MENDOZA; em 1502, o *Marco Paulo*; em 1503, *A regra & diffinições da ordem do mestrado de nosso senhor ih̄u x̄po*; e, em 1504, o *Regimêto dos ofiças das çidades villas & lugares destes Regnos*.

«No mesmo ano associou-se com o célebre impressor italiano João Pedro Buonhomini, de Cremona, e desta parceria saíu o *Catechismo pequeno da doutrina, & instruiçam que os xp̄ãos ham de crer*... mas já no ano immediato voltou a trabalhar só, publicando os *Autos dos Apostolos* e a *Epistola serenissimi principis Hemanuelis... ad summū Romanū Pontificem*, e assim se manteve até 1516 (as *Ordenações* em 1512, e a *Ars Virginis Mariae* em 1516), ano em que o encontramos, de companhia com o seu compatriota Hermão de Campos, a imprimir *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*.

«A última produção tipográfica de Valentim Fernandes, de novo só, a última conhecida, é o *Reportorio dos tēpos e portugues*, de 1518»:

.....
«Da sua actividade ficaram seis produções incunábulas e doze quinhentistas. Imprimiu onze obras em português, cinco em latim, duas em espanhol, e é considerado com justiça um dos mais hábeis artistas da paleotipografia portuguesa»... (*op. cit.*, págs. 133/134).

De quanto acima fica, interessam para o nosso caso, em especial, as produções incunábulas, ou do século xv.

Cingimo-nos, mais uma vez expressamente o declaramos, às edições que lograram chegar até nós, pois facilmente se compreende e aceita, pelo escasso número de obras recensadas para doze anos de trabalho, que muito de quanto Valentim Fernandes terá produzido se haverá per-

et qu'il en écrivit lui-même sur les découvertes des Portugais en Afrique; outre tout cela il établit le premier atelier typographique à Lisbonne si on laisse les Juifs de côté». (*op. cit.*, pág. 72).

E VENÂNCIO DESLANDES, na impressionante colecção de *Documentos para a História da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*, que em 1888 publicou, agrupa, a seguir a um breve resumo da actividade de Valentim Fernandes, quantos alvarás e cartas régias na Torre do Tombo logrou encontrar, a ele respeitantes. Por esses preciosos documentos se ajuíza do valimento extraordinário de que Valentim Fernandes, antigo escudeiro da Rainha D. Leonor, disfrutava na sociedade do seu tempo. Acerca do impressor dá ESTEVES PEREIRA na introdução à reimpressão do *Marco Paulo*, de 1922, abundante bibliografia, assim como D. MANUEL II em *Livros Antigos Portuguezes*.

Testemunho irrefragável da consideração dos seus contemporâneos é ainda a carta a ele dirigida por D. Pedro de Meneses, Conde de Alcútim, impressa com o cólofon das *Epistolas e Orações* do grande CATALDO SÍCULO, em 1500; e com estes nossos *novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século XV* pela 1.^a vez se apresentam à consideração dos estudiosos duas expressivas cartas do Doutor Pedro Rombo, da Universidade de Lisboa, exaltando a pessoa e as excelências da arte desse Valentim Fernandes, a tantos títulos respeitabilíssimo, e que deve ter dominado a sociedade da capital no último quartel do século xv e no 1.^o do xvi.

dido, já por se tratar de espécies de limitado vulto (pequenos devocionários, pagelas de oração, bulas, sumários, indulgências, etc.) já porque o natural desgaste do Tempo muito tem feito desapparecer de quanto outrora se imprimiu. É fenómeno conhecido e comprehensível, comum a todas as oficinas e a todos os Países. Muitas obras, mesmo, terão deixado de interessar, por virtude de o seu conteúdo haver passado a ser tratado em novos moldes, como aconteceu com os compêndios de ensino; de todos esses factores resultou inegavelmente o desaparecimento de muitas dessas vetustas edições.

Que assim terá sido, prova-o eloquentemente a comunicação que se segue, relatando factos inteiramente novos e do maior alcance para a história da cultura intelectual de Lisboa, e até do ensino universitário português, localizado na Capital, no século xv.



Por despacho ministerial de 24 de Agosto de 1954 foi ordenada a transferência para guarda na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga de um volume incunábulo que poucos meses antes (despacho de 5 de Junho) havia sido inventariado (*D. G.*, 2.ª Série, n.º 137, de 11 desse mesmo mês).

Tratava-se duma desconhecida edição, portuguesa, da *Gramatica* de JOÃO DE PASTRANA, impressa em Lisboa por Valentim Fernandes em 1497, e isso constituía, só por si, motivo sufficiente de marcado alvoroço da parte de quantos aos problemas da cultura nacional reconhecem o extraordinário alcance de que na vida dos povos ela indiscutivelmente se reveste.

Mas o despacho inventariador, que tivera por base fotocópias apenas de algumas páginas do volume, deixava em suspenso problemas de extrema importância que só o exame directo da obra, até então impossível, permitiria. Não havia, por exemplo, explicação para o facto, insólito, de o volume apresentar dois colofones diferentes, como o *Diário do Governo* registava, ambos de *Ualentinū ferdinandi de morauia*, de 1497, mas o 1.º deles datado de *vj Kalendas Junij* (ou seja 27 de Maio), e o 2.º de *die vero. XX. mensis Junij*.

Desconhecia-se também o formato exacto da obra, a foliação, a totalidade da sua ilustração, as cores de impressão, e mais particularidades suas.

O despacho de 24 de Agosto de 1954 veio a receber execução em 22 de Janeiro do corrente ano. A entrega do livro, *para guarda*, à Biblioteca de Braga, fez-se nesta precisa data, e tudo, então, de surpresa em surpresa, se pôde esclarecer.

Enquanto a tão perturbante preciosidade bibliográfica e cultural não dedicamos estudo mais completo, que só o confronto com as edições adiante referenciadas poderá permitir, pelos presentes apontamentos, quase só de mero registo bibliográfico, se dá conta aos estudiosos do que é este novo tesouro, que vem singularmente enriquecer o património cultural do nosso País e pôr em maior evidência a honrosíssima história tipográfica de Lisboa.

Conheciam-se, da *Gramatica* de JOÃO DE PASTRANA, algumas edições incunábulas espanholas; e, de oficinas portuguesas, com segurança, a de 1512, de que El-Rei D. Manuel II possuía um exemplar, e a de 1513, da Biblioteca do Rio de Janeiro; por informação de FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, nas suas *Noticias cronologicas da Universidade de Coimbra*, constava ainda ter existido outra edição portuguesa, de 1501, que, todavia, BARBOSA MACHADO já não pôde ver pois apenas transcreve aquele historiador universitário, não se podendo presentemente, por falta de qualquer exemplar conhecido, contraprovar a sua descrição, que é feita nos termos seguintes:

8 «ANTONIO MARTINS natural do Porto, e celebre Mestre de Grammatica no tempo que reynava Affonso V. sendo o primeiro, que na Universidade de Lisboa leo a Arte de Joaõ de Pastrana, e a explicou *adicionando-lhe muitas cousas mais* (como diz Francisco Leytaõ Ferreira nas suas

eruditas *Memorias da Universidade de Coimbra* pag. 549. num. 1173.) *que resumio de outro livro chamado Baculo de cegos*, cuja obra sahio com a *Arte de Pastrana* com este titulo na forma como está impresso.

Antonij Martini primi quondam hujus artis pastrane in alma universitate Ulixbonensi praeceptoris: materiarum edito à baculo caecorum breviter collecta incipit.

No fim do volume tem esta declaração.

Magistri Johánis de pastrana cum conjugationibus tempor. noviter inventis: cum materiabus Antonij Martini. &c Per Venerabilem Joháném petri de bonis hóibus de Cremona in splendidissima Ulixbona Civitate quarto Kalendas Decembris impressum año dñi millesimo q-gentessimo primo felici sydere explicit».

Nenhum bibliógrafo, porém, antigo ou moderno, inclui na lista dos incunábulo portugueses, mesmo hipotéticos ou de existência actual desconhecida, a edição de 1497 de Valentim Fernandes, ou dela suspeitou sequer.



O volume inventariado, que tão singularmente vem enriquecer o património cultural da Nação e alargar o âmbito da actividade editorial de Lisboa no século xv, é constituído por 90 fólhos medindo 205^{mm} de largo por 292^{mm} de alto, de papel encorpado, de *vergaturas* muito unidas e *fontusais* à distância de 36^{mm}, apresentando por *marca de água* a luva com uma flor de liz, esquematizada, nas costas, e uma flor de cinco pétalas abertas no prolongamento do dedo médio, como adiante se reproduz em tamanho exacto.

Com esses 90 fólhos se constituíram 12 cadernos, *assinados* [a], aij, aiiij, b, bij, biiij, c, cij, ciiij, d, diij, diij, aa, aaij, aaiij, aaiiij, bb, bbij, bbiiij, (bbiiij também, mas por lapso, pois o caderno é apenas de 3 fólhos duplos), novamente [aa], aaij, aaiij, bb, bbij, bbiiij, bbiiij, bbv, [A], Aij, Aiiij, B, Bij, Biiij, C, Cij, Ciiij, D, Dij, Diij.

Composição exclusivamente em caracteres góticos, de três tamanhos, correspondendo sensivelmente aos modernos corpos 16, 20 e 24, reservando-se o maior para epígrafes, o médio para o texto, e o menor para o comentário marginal, em corandel; são precisamente alfabetos utilizados na *Vita Christi*, com excepção, talvez, do menor, verificação essa que neste momento nos não é possível efectuar.

Capitais ornamentais, de tamanho vário, quase sempre fantasiadas, contámos duzentas e cinquenta e cinco, incluindo neste total cinco magníficas letras, de grande formato e finíssima gravação, do conhecido alfabeto maior, ornamental, da *Vita Christi* também (G — duas vezes —, N, O, P); neste incunábulo se empregou já, aliás, boa parte das capitais menores da *gramática* agora descrita, o que, juntamente com o que acima deixamos dito acerca do tipo do texto, não será com certeza indiferente para a averiguação do destino seguido pelo esplêndido material tipográfico utilizado pela parceria Nicolau de Saxónia — Valentim Fernandes em 1495 ⁽¹⁾.



(1) Notava HAEBLER com razão (*Tip. Iberica*, pág. 73), acerca do trabalho associado dos impressores da *Vita Christi*: «Quoiqu'il soit assez vraisemblable que le vrai typographe ait été Nicolas de Saxe, le matériel de l'imprimerie passa aux mains de Valentim, tandis que l'autre devait s'en procurer un nouveau...».

Mancha tipográfica muito variável: 162^{mm} de largo por 218^{mm} de alto, na folha assinada aij; 124^{mm} de largo por 198^{mm} de alto na bbiiij que por lapso assim foi assinada, visto o caderno ser apenas de 3 fólhos duplos; 125^{mm} de largo por 223^{mm} de alto na 2.^a folha assinada aaiij; 130^{mm} de largo por 235^{mm} de alto na folha imediata; 124^{mm} de largo por 210^{mm} de alto a seguir à folha assinada A; etc. Texto a uma só coluna.

Número de linhas variável também, mesmo em páginas cheias: 40, 38, 37, 36, 35, 34, etc.; mais geralmente, talvez, 36.

Não há títulos correntes nem numeração de páginas, ou sequer, de fólhos. Não há, tampouco, *chamadas*, quer de página quer de caderno.

O texto é frequentemente comentado à margem, em corpo menor, como já acima se disse; esse comentário, de extensão e número de linhas grandemente variável, estende-se por vezes para o fundo da página, onde chega a ocupar bastantes linhas também, dispondo-se então em ângulo recto, demonstrando o arranjo técnica notável para a época, e apurado sentido estético da parte do compositor; há páginas desta obra, de resto, de tão laboriosa composição e equilíbrio, que dificilmente se fariam hoje melhor, constituindo o maior elogio da tipografia do século xv; e não dizemos o elogio de Valentim Fernandes, porque nos resta fazer o confronto com as edições espanholas desta mesma gramática, anteriores em data, o que neste momento nos não é possível. Bem pode ter sido que a edição portuguesa as tenha tomado por modelo, e nunca o facto poderia constituir motivo de estranheza; pelo contrário até. O que desde já podemos afirmar é que a edição de 1512, por exemplo, decalca, manifestamente, o incunábulo de 1497; se este procedeu de igual modo quanto a alguma edição espanhola (à de 1485, ou às de 1492, muito encomiadas nos seus registos bibliográficos), um dia o saberemos; não foi possível obter agora as respectivas fotocópias (1).

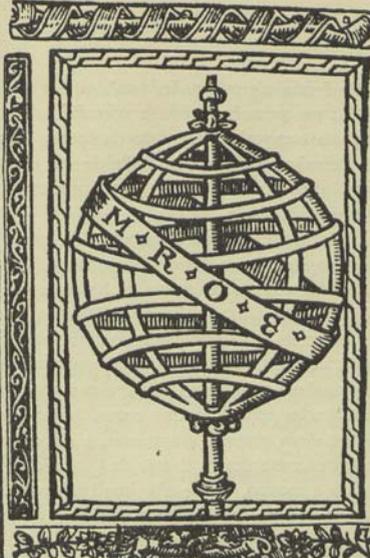
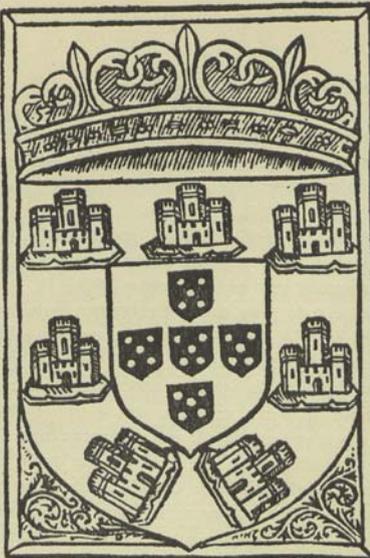
Para maior realce deste difficilimo trabalho tipográfico, apresenta-se ele impresso a duas cores: a preto e a vermelho, sem deslocções de composição nem sobreposições que, aliás, seriam perdoáveis em obra de tão recuados tempos. As reproduções com que acompanhamos o nosso relato dão ideia bastante da excelência do trabalho. O seu tamanho, é, até, o dos originaes.

Em todo o volume encontramos 14 páginas em que a impressão a vermelho realça o texto a preto; predomina o vermelho, contudo, no primeiro caderno, em que o impressor largamente recorreu a *epigramas*, *tarjas ornamentais*, *caldeirões*, e até a *capitais* tiradas a cor. Traços, e chavetas, colocados à mão, a vermelho também, completam as deficiências gráficas da officina.

(1) A avaliar, porém, pelas escasas páginas que de cada uma das edições de 1485 e de 1492 o bibliografo espanhol FRANCISCO VINDEL reproduz nos estudos que dedica à Tipografia de Espanha no século xv, outra terá sido a proveniência do modelo gráfico da Gramática impressa por Valentim Fernandes em Lisboa, se é que a este não pertence a originalidade do mesmo.

Desconhecemos, também, qual tenha sido a disposição gráfica das primeiras edições das gramáticas latinas de AELIO ANTÓNIO DE NEBRUJA, saídas das officinas de Salamanca em 1481, 1482, 1483, 1492, por exemplo; mas a mais antiga Gramática do Nebrissense que pudemos compulsar — a de 1508, de Logroño, pelo impressor Arnao Guillén de Brocar, apresenta orientação gráfica até certo ponto idêntica à de que nos ocupamos; o gótico do texto é que não ultrapassa o actual corpo 10, e falta-lhe de todo a decoração, que se limita apenas à portada.

10 Todos estes problemas de paleotipografia são de grande interesse, mas não é nas bibliotecas portuguesas, desprovidas quase por completo de material de consulta, de elevado custo, que se podem seguir até final, e forçoso se torna deixá-los simplesmente esboçados, apesar de toda a boa vontade, como no caso presente.



Drammatica

Pastrane

De forma alguma pode, também, ser esquecida a ilustração do volume.

Há, em primeiro lugar, a portada.

Vasta composição ao gosto da época, agregando nada menos de onze tarjas tipográficas de variado desenho e tamanho em volta de três gravuras em madeira e duma xilogravura com o título, consegue, apesar de encher demasiadamente a página, revestir-se de notável equilíbrio e acentuada graciosidade até.

Toda impressa a preto, estampa, à esquerda alta, o brasão nacional que já servira na *Vita Christi* e no *Regimento proveytoso contra a Pestenença*, se é que esta última obra data de 1496 e não de 1498; ao lado das armas do Reino, a esfera armilar com as indecifradas iniciais M. R. O. E. na eclíptica, que também já em 1496 saíra na *estoria do muy noble Uespesiano emperador de Roma*, impressa em Lisboa por Valentim de Morávia. Por baixo destes dois excelsos emblemas nacionais, uma gravura de interior, possivelmente cena de aula, que não conhecemos em qualquer outro incunábulo português nem lográmos encontrar reproduzida, igual ou aproximada, em nenhum dos bibliógrafos espanhóis que consultámos; é muito de notar, contudo, que o tipo fisionómico das figuras desta graciosa gravurinha, e até o arranjo arquitectónico da cena, a aproximam imenso do grupo de ilustrações da *estoria de Uespesiano*, e irresistivelmente se é levado a crer que o abridor tenha sido o mesmo, o que não implica, no entanto, originalidade de desenho, pois todas podem ter sido decalcadas em gravuras espanholas para as edições portuguesas, como o confronto das gravuras dos nossos livros dos séculos xv e xvi com os de Espanha a cada passo demonstra, em detrimento da originalidade, e até da técnica da gravura, nas edições portuguesas.

Ao fundo da página então, quase esmagado pelo peso de tamanha sobrecarga de tarjas e gravuras, o título da obra, em xilogravura cujo recorte logo evoca as das portadas da *Vita Christi*, diz singelamente, em duas linhas emolduradas em gracioso cordão: *Grãmatica/Pastrane*, sendo de notar os dois tipos diferentes de r minúsculo gravados pelo xilógrafo nessas duas linhas de título, variedade essa que o compositor do texto, pelo volume adiante, a cada passo repete, sem significado fonético especial, aliás.

Mede a mancha da portada 149^{mm} de largo por 247^{mm} de alto.

Pelo volume adiante, a intenção de ilustrar a obra levou ainda o impressor a utilizar o material de tarjas da sua oficina, que era o grande recurso da época, apresentando, ao mesmo tempo, duas gravuras de página que, de desenho original ou não, devem ter sido expressamente abertas para a *Grãmatica*.

As tarjas de decoração, no preciso género das da portada, apenas voltam a aparecer na folha [A], que se apresenta emoldurada por seis delas, de ingénio desenho, sendo uma dessas tarjas (a maior das duas que se encontram à cabeça da página) repetição de uma das da portada (a do fundo da página); mas como tarjas decorativas temos igualmente de considerar uns rectângulos alongados, no sentido da altura, e de vários tamanhos, dentro dos quais ora uns SS, ora uns PP, extremamente esguios, se encontram envoltos em ornatos abertos a branco em fundo escuro, e cuja aplicação se não relaciona de modo algum com o texto, constituindo, por isso, mera decoração, quer a vermelho quer a preto. De todo esse material gráfico seria interessante desvendar a proveniência e seguir a utilização subsequente; é, contudo, trabalho que demanda investigação impossível neste momento por falta de material bibliográfico, inexistente na Biblioteca onde trabalhamos.

As gravuras que reputamos expressamente abertas para esta edição da *Grãmatica Pastrane* são duas e preenchem inteiramente as páginas [6.*] e verso da [7.*] do 1.º caderno; são duas *árvores gramaticais*, organizadas à semelhança das árvores genealógicas, apresentando dentro de duplos círculos a evolução do fenómeno gramatical que se pretende pôr em relevo; ambas as árvores são impressas a preto, com as legendas inteiramente a vermelho, em composição irregular,

curva por vezes, o que permite apreciar a apurada técnica da oficina. Tem interesse, também, o trabalho propriamente de gravura dessas árvores; a primeira de tais estampas, encimada por um mocho de asas abertas, é constituída por duas romeiras de hastes entrelaçadas, com seus frutos e folhagem bem desenhados e mais sete aves nelas pousadas, tudo cercado 16 círculos maiores ou menores, equilibradamente distribuídos. A segunda é um carvalho, de raízes à mostra como na primeira composição, exibindo doze duplos círculos; da mesma forma que a primeira, foi impressa a preto, com as legendas todas a vermelho; folhagem, bolotas, seis aves e uma borboleta, tudo de bom desenho, bom recorte e nítida impressão, como a nossa reprodução permite apreciar, é curiosíssimo e valioso testemunho do sentido decorativo dos impressores do século xv e da dependência estética em que se encontravam ainda dos códices iluminados donde a sua arte derivava, como é sabido (1).

Remata o volume, de certo modo com intenção ornamental também, o emblema tipográfico de Valentim Fernandes, após o colofon a que adiante nos referiremos. É precisamente a gravura utilizada no *volumale missararum*, de 1496, e, mais tarde, em muitas outras edições do famoso impressor, cuja actividade se estendeu, pelo menos, até 1518.

O seu simbolismo tem desafiado, sem resultado, a perspicácia dos nossos bibliógrafos, não se tendo conseguido até hoje mais do que a identificação do monograma incluso no escudo: + V FRZ (+ Valentim Fernandez); assim a apresentou em público o esforçado bibliógrafo DR. AMÉRICO CORTÊS PINTO no sugestivo e erudito estudo que dedicou, recentemente, ao mais perturbante dos problemas da *famosa arte da imprimissam* em Portugal, e assim o interpretávamos também nós, de há muito já, por simples aplicação da técnica paleográfica ao suposto brasão; enquanto, porém, as *iniciais do filactério* suspenso do escudo não forem desdobradas, é convicção nossa que o enigma daquele estranho desenho dum *olho* donde caem *cinco lágrimas* se manterá inexplicável, e, por consequência, inatingido o pensamento inspirador do emblema, pois unicamente naqueles três elementos, a nosso ver, ele tem de ser procurado; o leão coroado nada significa em especial; como simples *figura tenente* do escudo, tal como em escultura heráldica se praticava, deve ele ser considerado, não tendo sequer originalidade a sua inclusão num emblema tipográfico, pois já em 1491 o impressor Fadrique de Basilea, em Burgos, usava por marca tipográfica um leão (não coroado) segurando um escudo com o seu monograma centrado também por uma cruz, e tudo com idêntica disposição; pode ver-se na *Cronica Troyana*, de COLUMNA, e é citado por FRANCISCO VINDEL, por exemplo, em *Escudos y marcas de impresores y libreros en España durante los siglos XV a XIX*; Barcelona, 1942. Mais tarde, outros impressores apresentaram por marca individual o seu monograma em escudo seguro por um leão, como FADRIQUE e VALENTIM: v. g. STEPHANUM PALATIOLUM, em Valladolid, na edição de 1554 dos *Decreta et acta sacrosancti oecumenici et generalis Concilii Tridentini, sub Papa Paulo Tertio*; etc.

Para a decifração das letras do filactério deve merecer especial consideração a circunstância de, entre elas, se encontrar um W, letra que no alfabeto português do século xv se não incluía; isso nos faz supor tratar-se das iniciais duma legenda redigida em alemão, o que a naturalidade de Valentim Fernandes torna inteiramente plausível.

É problema, contudo, que pelo seu aspecto pessoal dificilmente virá a encontrar solução.

(1) A edição de 1492, da *gramática* de PASTRANA, emprega já a *árvore gramatical*, mas de gravação muito rudimentar e sem folhagem, frutos, nem aves. Filia-se, talvez, na *Arbor Scientia* de Raimundo Lullo.

Os círculos duplos com composição inclusa já em 1480, por exemplo, haviam sido empregados em Sevilha, na oficina de Bart. Segura e Alf. del Puerto, no *Fasciculus Temporum*, de ROLEVINK.

Exēplū p̄mi. possibile ē. ipossibile ē. verū fugit laborat valde.
 Secūdi. aliq̄o iudicat animal rationale ⁊ mortale.
 Tertij. quia deū honoret propter se vt bonū diligatur.
 Quarti. alicuides petrides necuides alicuidi petridim.
 Quinti. alicugiū regiū alicuie regie nulicuiē.
 Serti. aliq̄to bipedali aliquātū bipedaliter.
 Serti. aliquotuplus tocuplus duplus duple nulicotuple.
 Octaui. aliquotuplicis duplicis simplicis aliquotuplici duplū.
 Noni. aliquoten^o binus ternus aliquotene singule bine.
 Decimi. aliquali bono virtuoso aliqualiter bene subtiliter.
 Undecimi. aliquotus tot^o p̄mus sc̄dus decetero deinde p̄mo.
 Duodecimi. aliquotenis totenis vigenari^o cras nūq̄ biēniter.
 Tredecimi. aragonēsis. alicuiater cathalane hinc roma. ⁊. c
Et nota q̄ ad interrogatiōē factā per vnde ⁊ quo. respōdet̄
 per nomen propriū ⁊ appellatiuū. verbū aduerbiū. ⁊ per vbi ⁊
 qua per nomē propriū appellatiuū ⁊ aduerbiū.


Cotienscūq; iste intrinsicationes scz. me. te. se. sonāt in
 themate et latinū debet cōponi per intrinsicum vel neu
 trum absolutū aut per alia verba et intrinsicationes de
 notāt pati ab alio debēt remoueri. *Exemplū.* Tu me effozgava
 quādo tu te partiste das scolas: ⁊ ha liq̄o selija. *Lōponit̄.* Ego
 satagebā q̄n tu recessisti a scolis ⁊ lectio legebatur. Si vero de
 notāt a gere in semetipsis ⁊ depēdentiā dictionis erigit termina
 ri in suo significato intrinsicationes debēt poni: ⁊ in alijs remo
 moueri. *Exemplū.* ꝑ Petro senhor de sy se ajuda ēmentres ho ju
 sto se cōfessa. *Lōponit̄.* ꝑ Petr^o dñs sui vel suus adiuuat se dum
 iustus confitetur.

Explicet materiārū editio a ꝑ Petro rōbo ex backo cecorū breuiū
 collecta. Impressa vero Alirbone per Valentinū ferdinandi de
 morauia. Ad laudē oīpotentis dei eiusq; genitricis Adillesimo
 quadringentesimo nonagesimo septimo. vj. kalendas Junij.

✠
CErpli
 ciunt mate
 rie Antonij
 martini a baculo
 cecorum breuiter col
 lecte cū regulis cōpositio
 num de amar ⁊ por amar ⁊
 relatiuorū vt sui discipuli prece
 ptorū in scriptis huiusmodi suo
 tempore tradiderunt ad honorē dei
 omnipotētis necnō ⁊ sue genitricis vir
 ginis marie. Impressum vero Alirbone
 per Valentinū ferdinandī de morauia. Anno
 incarnationis domini Milleesimo quadringentesi
 mo nonagesimo septimo. Die vero .xx. mensis junij.



Tal como se apresenta actualmente e acima ficou descrito nos seus caracteres extrínsecos, o volume teve encadernação de táboas de carvalho, hoje algum tanto danificadas, e já sem a cobertura de cabedal que sem dúvida terão tido; o pedaço de carneira que lhe protege a lombada não é da primitiva e parece, pela decoração a ferros secos, datar do século XVII. Há vestígios, ainda, de duas travincas de coiro fixadas por três pregos de latão.

Lombada de quatro nervos. Tiras de pergaminho, cortadas de códices litúrgicos do século XIII, recebiam a costura dos cadernos e estabeleciam a ligação do livro às táboas da encadernação.

A última folha de guarda, de papel liso com filigrana idêntica à do papel em que o livro foi impresso, apresenta apontamentos manuscritos de conjugação verbal e outros, em caligrafia do século XV; na parte colada à táboa, lê-se, ao alto, o nome de «frey Ant.º dalltamyra na Vylla»; e num resto da primeira folha de guarda, colado à táboa, o carimbo, moderno, da «BIBLIO./TECA. DA/CASA/CUNHA REIS/BRAGA», dentro dum rectângulo de 16^{mm} de largo por 21^{mm} de alto.

A portada foi cortada, em baixo, uma tira de 18^{mm}, onde, presumivelmente, se encontraria o nome de algum antigo possuidor do volume.

É neste conjunto que, no rosto da folha [60], ou seja a folha [bb^{1º}] se lê o colofon reproduzido na nossa gravura aqui junta.

No rosto da última folha do volume (folha [90] ou [D^º]), novo colofon se encontra, mais aparatoso na sua composição em triângulo e autenticado com a marca editorial de Valentim Fernandes. Acima fica, igualmente, reproduzido em gravura.

Suficientemente identificado no seu aspecto externo, vejamos agora como interiormente é constituído o volume e que problemas de ordem editorial suscita, já que é este o principal aspecto sob o qual o apresentamos e o vinculamos à actividade quinhentista da Capital.



Da portada do volume, como vimos, nada mais consta além do título, sintetizado nas duas palavras xilogravadas: Gramática/Pastrane; e como a obra não recebeu índice de matérias, forçoso se torna percorrer o volume por inteiro para bem se lhe apreender o conteúdo e compreender a contextura.

O gramático JUAN DE PASTRANA foi expositor muito adoptado nas escolas do século XV e nas do século XVI ainda; natural das Ilhas Baleares, como declara D. JOAQUIN MARIA BOVER no tomo II da *Biblioteca de Escritores Baleares* ⁽¹⁾, deve ter vivido em princípios do século XV, «época em que se adoptava ya su gramatica».

Em Portugal, e na própria Universidade de Lisboa, o método de PASTRANA foi o preferido até à grande reforma do ensino do Latim levada a efeito no século XVI pelos Padres da Companhia de Jesus; às três edições registadas por D. MANUEL II (1501, 1512, 1513) há que acrescentar, pelo menos, esta de 1497, de alto significado pela própria data e pelos cuidados extremos da sua apresentação gráfica; quatro edições duma gramática, de 1497 a 1513, dão-nos, com segurança, a medida da aceitação que o método terá tido; e de tal modo ele se terá associado à própria ideia

⁽¹⁾ Notícia que recolhemos de D. MANUEL II (*Livros Antigos Portuguezes*, vol. I, págs. 220 a 237) pois a obra de BOVER não se encontra, que saibamos, em nenhuma das Bibliotecas públicas portuguesas mais conhecidas.

do ensino dos rudimentos do Latim, entre os escolares, que ainda nos fins do século XVIII um soneto muito conhecido, inserto na *Macarronea* que ampliou o célebre *Palito Métrico*, invectivando o *caloiro*, o trata, justamente, por *pastrano* (2).

Deixara de se adoptar o compêndio, mas o *calão académico* vinculou-o durante séculos às suas precisas funções de iniciador de estudos gramaticais, o que só depõe a favor da popularidade e da larga difusão que no meio académico terá encontrado sempre.

O *pastrano* do *Palito Métrico* era simplesmente o aprendiz de gramática; abaixo, ainda, do *caloiro*, pois se procurava depreciar este alfinetando-o com a curiosa adjectivação, que devia ter sido criada nos bancos universitários lisboetas do próprio século XV.

Volvida a portada da *grãmatica*, já nossa conhecida, surge, no verso, uma peça de excepcional importância: uma carta do DR. PEDRO ROMBO, professor de gramática na Universidade de Lisboa, ao impressor Valentim Fernandes.

Nenhuma produção do velho Mestre de Latim se conhecia; surge agora a primeira, e, por felicidade, neste mesmo volume se encontra, como veremos, segunda carta sua, dirigida de igual forma ao impressor.

Se os termos, de extraordinário relevo, em que o professor universitário se dirige a Valentim Fernandes, nos permitem ajuizar da excepcional consideração por este gozada na sociedade do seu tempo, e isso já seria de registar, não é menos importante o valor das duas epístolas quer para a compreensão da obra quer para a documentação biográfica de PEDRO ROMBO. Deste se sabia, pela carta do DR. JORGE FERNANDES, Reitor da Universidade de Lisboa, a D. João III, publicada por SOUSA VITERBO na *Notícia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal*, que fora lente de gramática e que falecera em 1530: «*ae asi ha dias que está vaga a cadeira de gramatica, que foi do bacharel Pedro Rombo e a nã le ninguem e sobre isso escreueo a Vniuersidade algũas vezes a V. A.*»...

Um epigrama do poeta HENRIQUE CAIADO endereçado a Lourenço Moniz dirige também elogios a PEDRO ROMBO, referência aproveitada já por SOUSA VITERBO no estudo que dedicou às gramáticas latinas do século XVI em Portugal.

FR. MANUEL DO CENÁCULO (*Cuidados literários...*, págs. 239-250), ao comentar a *Oratio habita Conimbricæ in Gymnasio Regio anniversario dedicationis ejus die M. D. L I*, de Mestre ANDRÉ DE RESENDE, que aliás, já em idêntica oração recitada em Lisboa a 1 de Outubro de 1534 mencionara a circunstância de HENRIQUE CAIADO ter sido discípulo de PEDRO ROMBO, escreve:

«Pedro Rhombo he menos conhecido: foi discipulo de Antonio Martins e imprimio a Arte do Mestre debaixo do Titulo: *Antonii Martini primi quondam hujus artis pastrane in alma universitate Ulixbonensis preceptoris: materiarum editio a baculo cecorum breviter collecta. Impressa vero Ulixbone: Anno Domini 1500. XIII. Sydere*. O nome do impressor consta em outra parte ser João Pedro».

E nada mais se colhe dos aditamentos às *Noticias Cronológicas da Unversidade de Coimbra*, do Beneficiado FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, na reedição de 1937 a 1940.

Tão grande escassez documental nos levou não só a reproduzir, grãficamente, estas magníficas epístolas quatrocentistas, como peças valiosíssimas que são, mas ainda a apresentá-las em versão portuguesa para melhor se apreciarem na sua forma estilística e no teor do seu contexto (1).

(2) Pág. 278 da edição que prefaciámos para a Coimbra-Editora, Ltd.^a, em 1942.

(1) Quis obsequiosamente encarregar-se de tão delicada versão o distinto humanista Rev. DR. AMBRÓSIO DE PINA, S. J., a quem, por tão valioso serviço, publicamente apresentamos os nossos mais elevados agradecimentos.

¶ Petrus Rombus artium baccalarius Valentino Ferdinandi
summo ingenio: summaq; elegantia viro ⁊ in hoc genere impressi-
onis florido. Salutē.

Artem nostri compendij mere latinitatis matureq; do-
ctrine magistrā oibus q̄ fuerūt (⁊ si dicēdū ē) futuris p̄-
stantiorē hāc cū cognouissē: faciendā tuā plurimi facere
Valentine doctissime desiderio tuo libēter indulgēs: q̄ntū medio-
cris admodū ingenij mei q̄litas capere patiebatur: hoc laboris
onus extēpore aggredi conat⁹ sum. Si enī t̄pus daretur agēdis
aliq̄d (nisi faloz) ad inuenire posset mea barbaries q̄d tibi ip̄i hōi
p̄stantissimo ⁊ de me b̄nmerito aliq̄d spei mun⁹ afferret. ¶ Rhodo-
peyus enī vates qui sciētia ⁊ suauitate cātus mortales omnes
dicitur supasse (cui⁹ citare modulatione nō hoies solū: sed etia;
feras atq; saxa mota fuisse ferūt) vxorē cū cōditiōe acceptā ⁊ ad
iferos illico retractā vt redderēt: nō potuit supare manes. eiq; in
maximis cruciatib⁹ relicto. septē dieb⁹ sine munere cereris cura
dolorq; animi lachryme alimēta fuere. Tu enim potuisti vt ego
homūtio docēdi ludo p̄posit⁹ quē erudiēdis discipulis p̄cipi tāt
cure. quo min⁹ quicq; satis comode facere possum vt insufficien-
tiā meā oib⁹ mōstrare. ¶ Illunt ergo introductionū eloq̄a q̄ in sin-
gulis capitulis tua efflagitatione cōpulsus edidi: in q̄b⁹ nō meā
tantū sed maiorū p̄decessorū patrū explicauī doctrinaz. ⁊ in eis
cōtinuatōes ⁊ diuisiōes ⁊ capitulorū in gnē sentētie cū littere d̄-
claratione cōtinētur q̄bus ad hui⁹ artis difficultatē aditus facil-
lime parari pōtest. ⁊ cū magnos studiosis fruct⁹ afferat scia di-
uidēdi. spero profecto hoc parū operis presertim iuuenib⁹ hāc
artē legentib⁹ magno vsui fore: Ferunt etiā Athalanta sustine-
re celum capite. eiq; fesso sub onere alcidē p̄stare vicē mihi vnde
huic prouinciē auxiliū peterē circūspiciētī occurrunt morda-
ces quorū incudi hoc opus deuoueo. Et tu qui illud festinatiōe
nimia ⁊ sine studio vt omnibus palā est me edere imprudētius
hortatus es: forte malleabis cum illis. Vale.

Petrus Rombus artium baccalarius Valentino Ferdinandi summo ingenio: summaque elegantia viro et in hoc genere impressionis florido. Salutem.

Artem nostri compendii mere latinitatis matureque doctrine magistram omnibus que fuerunt (et si dicendum est) futuris prestantiorem hanc cum cognovissem: facundiam tuam plurimi facere Valentine doctissime desiderio tuo libenter indulgens: quantum mediocris admodum ingenii mei qualitas capere patiebatur: hoc laboris onus ex tempore aggredi conatus sum. Si enim tempus daretur agendis aliquid (nisi falor) ad invenire posset mea barbaries quod tibi ipsi homini prestantissimo et de me benemerito aliquod spei munus afferret. Rhodopeyus enim vates qui scientia et suavitate cantus mortales omnes dicitur superasse (cujus citare modulatione non homines solum: sed etiam feras atque saxa mota fuisse ferunt) uxorem cum conditione acceptam et ad inferos illico retractam ut redderent: non potuit superare manes. eique in maximis cruciatibus relicto. septem diebus sine munere Cereris cura dolorque animi lachryme alimenta fuere. Tu enim potuisti ut ego homuntio docendi ludo prepositus quem erudiendis discipulis precipi tant cure. quo minus quicquam satis comode facere possim ut insufficientiam meam omnibus monstrarem assunt ergo introductionum eloquia que in singulis capitulis tua efflagitatione compulsus edidi: in quibus non meam tantum sed maiorum predecessorum patrum explicavi doctrinam. et in eis continuationes et divisiones et capitulorum in genere sententie cum littere declaratione continentur quibus ad hujus artis difficultatem aditus facillime parari potest. et cum magnos studiosis fructus afferat scientia dividendi. spero profecto hoc parum operis presertim juvenibus hanc artem legentibus magno usui fore: Ferunt etiam Athalanta sustinere celum capite. eique fesso sub onere Alcidem prestare vicem mihi unde huic provincie auxilium peterem circumspicienti occurrunt mordaces quorum incudi hoc opus devoveo. Et tu qui illud festinatione nimia et sine studio ut omnibus palam est me edere imprudentius hortatus es: forte malleabis cum illis. Vale.

«Pedro Rombo, bacharel em Artes, a Valentim Fernandes, homem de superior talento e de suma elegância e brilhante neste género da Impressão. Saúde.

Conhecendo esta arte do nosso compêndio de pura latinidade e mestra de madura doutrina para todos [os homens] que houve (e talvez se deva dizer) mais importante para os futuros, perdoarás comprazivelmente ao teu amigo o apreciar muito a tua facúndia, ó Valentim sapientíssimo.

Quanto o permitia a qualidade da minha inteligência muito medíocre, tentei empreender logo o encargo deste trabalho. Se pois o tempo permitisse eu fazer alguma coisa, (se em tal me não iludo) podia a minha barbárie encontrar algo que te trouxesse algum encargo de esperança, a ti homem prestantíssimo e meu benfeitor.

Rodopeio, o poeta que dizem ter superado a todos os cânticos mortais (e do qual se conta que pela harmonia da sua cítara não só os homens mas também as feras e as pedras se comoveram), para que [lhe] restituíssem a esposa aceite com condição e reconduzida imediatamente aos infernos, não pôde superar os deuses manes. Deixado nos maiores sofrimentos, serviram-lhe de alimento por sete dias, sem o subsídio de Ceres, o cuidado, a dor e as lágrimas da alma. Tu pudeste, como eu, pobre homem colocado à frente do jogo de ensinar e a quem os cuidados de instruir discípulos precipitam, compreender o que bastante comodamente posso fazer para mostrar a todos a minha insuficiência.

Estão patentes, portanto, as palavras das introduções que em cada um dos capítulos a teu pedido fiz, coagido. Nelas declarei não só a minha doutrina mas as dos nossos maiores e predecessores. Nelas se contém as continuações, divisões e capítulos no género de sentença com a declaração do texto, e com isso facilmente se pode preparar o acesso à dificuldade desta arte, porque traz grandes frutos aos estudiosos a ciência de dividir.

Espero seguramente que este pouco da obra há-de ser de grande uso aos que lêem esta arte, principalmente aos jovens.

Conta-se também que Atlante sustentava o céu com a cabeça e que, cansado sob o peso, foi substituído por Alcides.

Donde pedirei eu, para esta província, auxílio? A mim, que olho em volta, ocorrem-me as engrenagens das imprensas, à bigorna das quais entrego esta obra. E tu, que imprudentemente me exortaste a editá-la com excessiva pressa e sem estudo, como é manifesto a todos, talvez marteles com elas! Adeus».

(Continua na pág. 46).





INAUGURAÇÃO DO NOVO MATADOURO-FRIGORÍFICO

No dia 24 de Outubro foi inaugurado com toda a solenidade mais uma importante realização da Câmara Municipal de Lisboa — O Novo Matadouro-Frigorífico.

As 16 horas o Senhor Presidente da República acompanhado pelos elementos da sua Casa Militar e pelo Comandante-Geral da P. S. P., sr. coronel Mário Cunha chegou ao novo edifício onde era aguardado pelo srs. Conselheiros Albino dos Reis e Cruz Alvura, respectivamente, presidente da Assembleia Nacional e do Supremo Tribunal de Justiça; Dr. Trigo de Negreiros, Ministro do Interior; eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas; eng.º Vitória Pires, Subsecretário de Estado da Agricultura; tenente-coronel Salvação Barreto e Luís Pastor de Macedo presidente e vice-presidente da Câmara, vereadores e outras individualidades.

Depois de receber as honras que lhe foram prestadas por uma companhia do Batalhão de Sapadores Bombeiros, assistiu ao desfile da força, que levava à frente a bandeira da cidade.

O Senhor General Craveiro Lopes dirigiu-se, em seguida, para a tribuna armada em frente da entrada principal do edificio. Ladeando o Chefe do Estado sentaram-se à direita, os srs. conselheiros Albino dos Reis e Cruz Alvura, e eng.º Arantes e Oliveira, e à esquerda os srs. Dr. Trigo de Negreiros, eng.º Vitória Pires e tenente-coronel Salvação Barreto.

Na primeira fila de cadeiras viam-se, além das individualidades já citadas, os srs. Dr. Francisco Caero, Procurador-Geral da República; generais Santos Lemos, Leonel Vieira e Afonso May, respectivamente, administrador-geral do Exército, governador militar de Lisboa e comandante da Guarda Fiscal; vereadores, directores de Serviços, etc.

Aberta a sessão, usou da palavra o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, que pronunciou o seguinte discurso:

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Dirijo a V. Ex.ª os meus respeitosos cumprimentos e cordeais saudações em nome da Câmara Municipal de Lisboa de cujas actividades V. Ex.ª, mais uma vez, generosamente, se acerca, honrando o Município e a Cidade e os homens que directamente a servem.

É sempre com emoção que cumpro o dever que me desvanee, de dirigir a V. Ex.ª, Senhor Presidente da República, as nossas saudações de boas-vindas. É que não sei desprender-me do orgulho de interpretar — tenho a certeza — saudando V. Ex.ª — os votos da grande nação portuguesa cujas glórias o passado jamais poderá ocultar ao presente e menos ainda ao futuro, tão ciosos delas e tão atentos nos vimos mostrando em descobri-las como em honrá-las. E porque o fazemos sob a égide de V. Ex.ª não posso libertar-me do sentido de devoção com que saúdo na pessoa de V. Ex.ª o chefe da Grande Família Portuguesa a cujos filhos, aqui como lá longe nos outros continentes, V. Ex.ª tanto carinho nacional — se assim posso dizer — tem dispensado por palavras, actos e alta presença.

A assistência de V. Ex.ª a esta cerimónia, igual ou semelhante, aliás, a tantas outras que se vêm promovendo em todo o território português num febril anseio de progresso significa que V. Ex.ª acompanha com um carinho que muito nos honra não só os trabalhos dos serviços públicos integrados nos departamentos do Estado ou operando na sua esfera de acção, como aqueles que, nem por constituírem realizações municipais, interessam menos, salvas as proporções devidas, às necessidades públicas ou dispensam a utilização das possibilidades financeiras ou técnicas da Nação. Efectivamente, não escolhem os povos entre o Município e o Estado aquele de quem não de esperar remédio para os males de que sofrem, e por outro lado, mesmo que o Estado não assista, directamente, à obra com seus meios, os dispêndios, em última análise, provêm sempre do património nacional. E se V. Ex.ª Senhor Presidente da República, estando connosco, assim o entende, concede mais uma nota sobre a equilibrada distribuição dos meios e das responsabilidades inerentes, na administração pública portuguesa. Neste acto inicia-se mais um período que se prevê longo e notável na evolução do abastecimento da Capital e pensa-se que terá ampla repercussão na economia pecuária e salutar influência em certos aspectos da economia doméstica.

A presença de V. Ex.^a Senhor Presidente da República, reveste esta circunstância, tão ligada à vida de cada um, da solenidade que a sua importância na vida de todos, indubitavelmente, merece. Agradeço a V. Ex.^a a honra que, assim, é conferida à Câmara da minha presidência para a qual esta realização é mais do que acto eventual de administração mas objectivo para que vêm ansiosamente convergindo há muitos anos o esforço pertinaz de todos os serviços do Município de Lisboa.

E ainda neste último aspecto ponho uma referência porque tal pertinácia no esforço constituiu exemplo útil de permanência de ideias como também é de mencionar o carácter de absoluta integridade que assumiu a colaboração concedida ao plano pelos poderes públicos e pelos Serviços competentes do Estado.

Não há, pois, que registar dificuldades ou resistências preestabelecidas à execução do plano. Não há lugar, portanto, para lamentos relativos à indiferença dos homens e dos serviços públicos como o estilo o recomenda se se pretende relevar êxitos que, aliás, sem a prudência, a segurança da lei, (quando não o auxilio material do Estado) não seriam possíveis. Não. Ainda desta vez a Câmara Municipal de Lisboa só tem palavras de agradecimento a dizer.

Aos Senhores Ministros do Interior, das Obras Públicas e da Economia eu dirijo pois, especialmente, o meu agradecimento, gratamente reconhecido às atenções que pessoalmente ou os seus antecessores concederam ou autorizaram os seus serviços a conceder ao plano e, mais tarde, aos projectos e à obra. E não esqueço no meu reconhecimento os que no longo lapso de tempo por alguma forma e no exercício de alguma função foram agentes dessas atenções tão honrosas para a Câmara e seus serviços e concedidas à obra cujo vulto na economia municipal só no crédito que lhe conferiu o estudo aturado encontra base e esclarecimento.

A obra é de portugueses. Concebida e realizada por técnicos portugueses. Os aturados estudos de preparação fora do país não diminuem o significado dessa circunstância; ao contrário, aprofundam-no. E se o advento de um longo período de guerra, interrompendo os preparativos e até os primeiros trabalhos para a efectivação do programa concebido ao sabor do tempo e dentro dos princípios então conhecidos, veio a conceder e a aconselhar a revisão necessária das ideias e dos planos, a própria circunstância de a Câmara se não ter submetido a conceitos ultrapassados pelas inovações técnicas de um período fecundo — 5 anos de guerra mundial — fala do equilíbrio das suas convicções, da segurança dos seus pensamentos e da seriedade dos seus estudos e propósitos.

Há muito se vinha debatendo o abastecimento de carnes em Lisboa entre as dificuldades cíclicas dos períodos alternados de abundância e de escassez que se concretizavam na desvalorização do produto e, portanto, no prejuízo e consequente desânimo da produção.

O emprego do frio como elemento base para garantia de uma armazenagem oportuna e sempre pronta constituiu o pensamento fundamental da solução para um problema cuja importância se pode avaliar sabendo que Lisboa consome mais de 1/4 da carne que consome a metrópole.

Amplas instalações frigoríficas, por consequência, à disposição de um matadouro apetrechado em condições apropriadas permitiriam introduzir no defeituoso sistema o instrumento regulador que atenuasse os rigores alternados dos períodos de abundância e de falta e bem assim as necessárias condições de aperfeiçoamento do trabalho e sanidade do produto.

Data de 1935 o início dos trabalhos orientados segundo este pensamento, mas suspensos em 1938 e nos anos seguintes por força da guerra, só em 1946 foi possível reatar as ideias, não deixando, todavia, de as actualizar de harmonia com os ensinamentos que, necessariamente, haviam de introduzir-lhes aqueles anos de luta. E em 1947 tomaram-se novos programas e novos técnicos. E refizeram-se os estudos e reviram-se as soluções. E nasceu o Matadouro-Frigorífico de Lisboa, largamente apetrechado para o desempenho da sua função fabril e que, inaugurando-se hoje, inicia a sua marcha no tempo, agora já no extremo do Concelho, num das mais aprazíveis zonas da cidade, em substituição do Matadouro da Cruz do Taboado, velho de quase um século e que também teve a sua época de glória que a urbanização da cidade e as exigências do abastecimento há muito condenaram como impróprio e importuno.

Esta obra que veio enriquecer indubitavelmente a cidade de Lisboa contribuirá seguramente para o desafoço da lavoura na criação dos gados, na utilização das suas pastagens já agora em condições comerciais absolutamente garantidas.

A Câmara de Lisboa, ao enfrentar tal empreendimento, apenas se orientou pelo propósito de solucionar um problema que lhe cumpria e pesava, sensivelmente, na economia agrícola e pecuária do país. A Cidade tomou-o sobre si, através duma pequena taxa com cujo rendimento tem correspondido aos encargos assumidos. É, pois, uma obra a exclusivo cargo do Município.

Reservo nesta hora para os primeiros colaboradores que suportaram as dificuldades inerentes a empreendimento de tão grande vulto, um pensamento e uma saudade. Alguns como o sandoso coronel Linhares de Lma e o professor Dr. Brito Vasques já lá estão na terra da verdade. Outros, como o professor Dr. João Rodrigues de Oliveira, o Sr. general Daniel de Sousa e os colegas de então na administração do Município poderão estar felizmente a ouvir esta evocação comovida da sua dedicada contribuição para o serviço de Lisboa.

Interpreto assim, tenho a certeza, o sentir dos que hoje comigo podem alegrar-se por termos alcançado o objectivo por tanto tempo, ansiosamente, almejado.

Estão comigo a prestar-lhes a homenagem devida os seus colegas de hoje, os Senhores Vereadores, e os serviços municipais que todos, por força da função, sabem o que devem, mesmo aos esforços sem êxito, as realizações do presente.

E, já agora, intercalo uma simples nota:

Todos os dispêndios são do património nacional. Não se acrescentem, pois, aos que foram realizados no empreendimento os que se não mostrarem indispensáveis. Quanto se possa evitar na dispersão de meios é quanto vem a assegurar o rendimento do que se dispendeu.

Oxalá, pois, em estudo oportuno e providências apropriadas se encontre a forma aceitável de apertar ainda mais os laços de colaboração dos organismos responsáveis pelo abastecimento das populações, no sentido da utilização convergente das novas instalações, sem desvios e dispersões que não se mostrarem inevitáveis. No domínio da técnica não parece útil ignorar as vantagens de uma concentração suficiente e recomendável.

A dispersão dos meios paga-a sempre muito cara a administração.

Agora, uma palavra para os que tomaram esta obra entre mãos em 1947 e que, de então para cá, puseram a sua dedicação e o seu zêlo ao serviço dela. Foi aos eng.^{os} Mendes Leal e Vassalo e Silva que me dirigi. Tinham ambos participado das primeiras tentativas. Aceitaram a incumbência em boa hora.

O plano foi concebido e projectado com segurança e visão extraordinária das reais condições do abastecimento. Auxiliados nos seus trabalhos pelo seu imediato colaborador, o architecto Zilhão cuja dedicação e competência, muito me apraz também registar, asseguraram o desenvolvimento dos planos e projectos nas melhores condições técnicas revelando-se, nesta obra — a mais complexa a que poderia abalançar-se o Município de Lisboa — técnicos de alta competência que honram este país.

Tenho grande satisfação em dizer, fundado em documentos autorizados, ser essa também a opinião de departamentos responsáveis estrangeiros, referindo-se aos técnicos autores do projecto do Matadouro-Frigorífico de Lisboa.

No entanto, pela sua complexidade, a obra não poderia ter evoluído em boas condições por impossibilidade de ajustar às conveniências dos pormenores indispensáveis os projectos e desenhos dos autores, sem a dedicação comprovada em todos os instantes do eng.^o Godinho d'Almeida, gerente da firma OPCA, adjudicatária da obra a cuja experiência se mostrou sempre utilíssima, bem como a do seu auxiliar o eng.^o Simões de Araújo — servidor dedicado e atento que se tornou, também, credor do nosso reconhecimento.

São devidas também palavras de louvor à forma como se desempenharam dos seus compromissos para com a Câmara e a obra as firmas fornecedoras do material — a ATLAS — que forneceu o equipamento para o Frigorífico — e a LANE FOX que equipou totalmente o Matadouro e seus representantes em Lisboa, respectivamente: o sr. Mário Castelo Branco e a firma Nóbrega de Lima, Ltd.^a. As mesmas palavras de louvor são extensivas às firmas Argibay e Dionísio de Rosado, Ltd.^a.

Não quero esquecer ainda o nome do montador — eng.^o Christinsen da firma ATLAS e os nomes dos montadores da LANE FOX eng.^{os} José Avelino Faria da Fonseca Santos; Cyril Goodyeer; Joseph Millership, e George Forbés e bem assim todos os operários. Deles saliento o encarregado José Caetano Pedrogal e os operários mais responsáveis Eugénio Pedroso e Alvaro de Almeida.

Permitam-me V. Ex.^{aa} ainda que não deixe no esquecimento a Administração-Geral do Porto de Lisboa, as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, e as Companhias das Águas e Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, cuja colaboração compreensiva nunca nos faltou. A todos agradece a Câmara pela forma como se houveram no decurso da obra, prontificando-se sempre a contribuir, dedicadamente, para se encontrarem as melhores soluções para os numerosos problemas que foram surgindo no desenvolvimento dela.

E para terminar uma palavra apenas para os serviços municipais que tão dedicadamente puseram de pé esta obra que tantas vezes pareceu condenada a sossobrar. Para além do rígido cumprimento dos deveres profissionais impostos pela lei — sabemo-lo todos, há em cada funcionário possibilidades ricas de energias que só as próprias virtudes pessoais põem em actividade colaboradora. Nunca ela foi recusada à obra na mais alta expressão de voluntariedade e de

dedicação ao serviço municipal. Se aquele velho espírito de servir a cidade de que tanto se orgulha o Município não é um mito, a forma como esta obra concebida e projectada à margem dos serviços foi perfilhada, acarinhada e acompanhada pelos vários departamentos que tiveram, dentro da Câmara, de intervir nela, administrando-a, fiscalizando-a e impulsionando-a, é bem a perfeita expressão desse espírito.

Nesta ligeira referência vai o agradecimento da Câmara pela competência, pelo zêlo, pelo valor pessoal de que deram tão concretas e indiscutíveis provas, e nela queiram ver também o meu reconhecimento, a minha pessoal gratidão.

Tenho dito.

Falou a seguir o Sr. eng.º Vitória Pires, Subsecretário de Estado da Agricultura que disse:

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Na ausência do Senhor Ministro da Economia que se encontra no Norte do País em visita de estudo insusceptível de adiamento, cabe-me o encargo de usar da palavra na solenidade de inauguração deste importante melhoramento público, levado a cabo por louvável iniciativa do Município de Lisboa.

As minhas primeiras palavras serão de saudação e homenagem ao Senhor Presidente da República que se dignou honrar este acto com a sua presença dando assim, mais uma vez, testemunho do interesse com que acompanha os grandes empreendimentos, que ficarão a assinalar este período de renovação e de progresso.

SENHOR PRESIDENTE:

No momento em que se realiza a inauguração do novo matadouro e seus frigoríficos, não pode o Ministério da Economia deixar de manifestar o seu apreço pelo benefício que estas instalações vêm trazer ao sector da agricultura e ao abastecimento da cidade de Lisboa e até de outras zonas do País.

Na realidade o Matadouro-Frigorífico representa um notável progresso técnico porque além de se estruturar num sistema moderno de preparação e aproveitamento integral dos animais, vai permitir conservar em condições convenientes grandes quantidades de carne, possibilitando a solução de crises temporárias de abundância de produção.

Além disso o seu equipamento permitirá utilizar melhor os subprodutos e recuperar alguns despojos, circunstância que representa considerável benefício, pois através da valorização de produtos até agora deficientemente aproveitados poderá encargar-se o embaratecimento da carne pela diminuição dos encargos que actualmente a oneram.

26 O País tem perdido anualmente muitas toneladas de carne de ovinos, bovinos e suínos por não dispor de um Matadouro-Frigorífico que permitisse o abate e conservação dos animais ao atingirem as condições mais convenientes de rendimento económico.

Com efeito durante a primavera e num período curto devido à reduzida duração das pastagens expontâneas do Alentejo, são lançadas no mercado centenas de milhares de animais

das várias espécies, bastando que as pastagens sequem prematuramente ou que a oferta se faça em maior abundância para que surjam crises graves com os seus inconvenientes de precipitação das vendas e aviltamento dos preços.

As dificuldades de escoamento e conservação dão origem a prejuízos económicos pois os animais vão progressivamente diminuindo de peso perdendo-se muitas toneladas de carne que podiam ser postas à disposição do País no momento oportuno se houvesse possibilidade de a armazenar.

Assim, quando se passa da primavera para o verão porque as pastagens das regiões de sequeiro enfraquecem e o produtor se vê por vezes obrigado a fornecer aos animais forragens de preços mais elevados, unicamente para manter o peso, a lavoura e o País perdem todos os anos algumas dezenas de milhares de contos.

Este é o panorama que apresenta o estado actual da produção. Andamos, porém, empenhados em elevar os rendimentos por unidade de superfície e nesse sentido se lançou este ano o «Movimento de Intensificação Agrária» no qual um dos pilares de apoio, consiste na elevação do nível de fertilidade das terras pela incorporação de matéria orgânica para o que é indispensável o acréscimo do número de cabeças de gado por hectare.

Há fundadas razões para crer que as campanhas de milho híbrido, forragens, silos e nitreiras, determinem em breve melhoria sensível nos quantitativos pecuários e o Matadouro-Frigorífico de Lisboa virá a ajudar eficazmente a resolver o problema da absorção desses acréscimos que de contrário poderiam ocasionar maior perturbação nos períodos críticos de abundância.

Esta obra permitirá ao lavrador escolher sem receio o momento mais oportuno para vender o seu gado, ao País armazenar quantidades importantes de carne até aqui totalmente perdidas e ao consumidor dispor de maiores quantidades e melhor qualidade por preço mais acessível.

E porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal conseguiu levar a efeito mais este empreendimento que ultrapassa o interesse do Município, por ser de grandeza nacional e a ele dedicou a sua inteligência, o seu dinamismo e tenacidade, eu quero apresentar-lhe as minhas felicitações extensivas a todos os seus colaboradores.

Não deixarei também de lhe afirmar a grande satisfação do Ministério da Economia, especialmente do sector da agricultura, pela conclusão de uma obra da maior utilidade cuja efectivação de há muito se impunha.

Por fim ergueu-se para falar o Senhor General Craveiro Lopes. A assistência tributou a Sua Excelência uma prolongada salva de palmas.

O Chefe do Estado começou por dizer que tinha ouvido os srs. presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Subsecretário de Estado da Agricultura falarem da importância da obra que ali estava a inaugurar e da competência e dedicação de todos que a conceberam e realizaram. Restava, pois, apenas, significar ao presidente do Município o seu grande apreço pelos serviços que o sr. tenente-coronel Salvação Barreto e os seus colaboradores vêm prestando à cidade efectuando realizações de tão grande importância.

E acrescentou que não tinha a mais pequena dúvida de que no espírito dos lisboetas — e tinha tanta honra em o ser — existe a maior satisfação em verificar quanto o Município vem fazendo para tornar mais bela e grandiosa esta cidade.

Ao terminar, o Senhor Presidente da República disse depois que os êxitos municipais só são possíveis quando se dispõe de colaboradores que dia a dia dão o melhor da sua dedicação, trabalho e inteligência aos serviços de que estão encarregados e declarou que tinha a maior satisfação em entregar, pessoalmente as condecorações com que tinha agraciado algumas das pessoas que mais se distinguiram na execução da obra.

Nova salva de palmas e, em seguida, o Senhor General Craveiro Lopes entregou aos Srs. Eng.º Mendes Leal, a Comenda de Mérito Industrial; Eng.º Vassalo e Silva e Arq.º Galhardo Zilhão, as insígnias de oficiais da mesma Ordem; ao Dr. Filipe Morgado Romeiras e Eng.º José dos Santos Pato, as insígnias de oficiais da Ordem de Cristo; ao agente técnico Jorge Manuel, as insígnias de Cavaleiro da mesma Ordem; ao Eng.º Manuel Godinho de Almeida, a Comenda de Mérito Industrial; ao encarregado José Caetano Pedragal, as insígnias de Cavaleiro da mesma Ordem; aos operários Eugénio Pedroso e Álvaro de Almeida, também, as insígnias de Cavaleiro de Mérito Industrial.

Terminada a sessão, o Senhor General Craveiro Lopes, acompanhado pelas individualidades já citadas, fez uma demorada visita às dependências do Matadouro e do Frigorífico, finda a qual se retirou, ouvindo nova e calorosa salva de palmas.





(Do Museu Nacional de Arte Contemporânea — Lisboa)

UM RECANTO DE LISBOA

(Pintura a óleo por Francisco Smith)



O QUARTEL DO REGIMENTO DE LIPPE

Quem, vindo da Junqueira, se dispuser a subir a Calçada da Ajuda — devagar, em geito de passeio, que a rampa é dura — topará, alguns centos de metros andados e à mão direita, com um edificio já carregado de anos e pobre de aspecto architectónico. Flanqueiam-no dois torreões. A meio, quebrando um pouco a monotonia do conjunto, abre-se um portal, de risco agradável e de boas proporções, fechado por frontão que ostenta as armas nacionais de razoável desenho século XVIII mas que, por inspiração infeliz de quem ordenou tal barbaridade, se encontram mutiladas. Cruza-o um soldado em vai-vem cadenciado, a arma ao ombro. Trata-se do quartel onde se aloja o Regimento de Infantaria n.º 1 — unidade de pergaminhos como o atestam honrosas legendas inscritas na sua bandeira — que já se denominou «Regimento n.º 1 de Infantaria

da Rainha D. Maria Amélia» e, até 1806, «Regimento de Infantaria de Lippe» resultante da fusão em 1763 dos regimentos dos coronéis visconde de Mesquitela e D. José de Portugal, os quais, por sua vez, haviam sucedido em 1762 ao da «Junta do Comércio».

Ora, a propósito deste quartel, tem-se afirmado com apoio em informações recolhidas através do dizer público, mas até agora não confirmadas por qualquer elemento probatório de carácter documental, que o mesmo teria sido mandado construir pelo conde de Lippe com destino à unidade a que, em 25 de Abril de 1763, foi dado o seu nome. E adita-se que o Estado não é dono do edifício, mas sim como que seu usufrutuário, por Lippe o haver doado com a cláusula expressa de que reverteria à sua posse, ou à dos seus herdeiros legítimos, quando deixasse de ali ter sede o regimento de que era patrono. Diz-se, ainda, que o próprio conde superintendeu na construção.

Apesar de tais dizeres andarem bastante espalhados, e até aceites por muitos como coisa certa, confessamos, aqui muito à puridade, ter sempre hesitado em enfileirar ao lado destes últimos. E a razão de tal procedimento assentava na circunstância de nunca havermos conseguido encontrar explicação, que parecesse satisfatória e convincente, para a forma pouco clara como se apresentavam certos factos. Assim, e sendo lógico admitir que a doação, condicionada ou não, só poderia ter tido lugar, e só seria susceptível de produzir efeitos, quando efectuada através de adequado instrumento público, onde se encontra tal documento que, não se ignora, afanosa e inútilmente tem sido procurado por vários investigadores e até por certas entidades oficiais interessadas pelo assunto? Levado para o Brasil, a quando da instalação da corte no Rio de Janeiro em 1807, e por lá ainda se conserve ou tenha extraviado, pois que não figura entre os muitos documentos que compõem o «arquivo conde de Lippe» gentilmente devolvidos à procedência em 1948 pelo governo da nação irmã e hoje confiados à guarda do Arquivo Histórico Militar?

Dada a importância da doação, muito embora o seu carácter precário, não será de aceitar que tal facto a ter sido verdadeiro houvesse merecido da parte do rei D. José qualquer testemunho de agradecimento ou louvor, expresso através de diploma oficial ou que, pelo menos, consignasse o acordo régio com os termos em que era feita? Sabe-se que aquele soberano não foi parco em manifestar ao conde de Schaumburg-Lippe o seu agrado pelos serviços prestados, os quais, de resto, recompensou com munificência. E esta não constituirá um argumento em favor de que a própria dignidade real seria incompatível com a aceitação de uma dádiva condicionada, feita por uma entidade que, apesar de rodeada de todas as considerações e deferências, a que de resto a sua condição fazia jus, no fundo não passava de um mercenário? Dispunha Lippe dos meios financeiros necessários para custear construção tão vultuosa como a do quartel da Ajuda? Diz-se ter manifestado sempre certo desinteresse pelo aspecto material das suas funções. Isto não obsta porém a que estejamos convencidos, analisados os factos com fria objectividade, de que Lippe veio a Portugal apenas com o exclusivo intuito de nos ser agradável e ao rei de Inglaterra que, para tal missão, o indicou e recomendou.

A ter existido qualquer escritura de doação, estaria previsto, na mesma, a possibilidade do regimento no futuro poder vir a mudar de designação ou até a ser-lhe atribuído um número, como mais tarde veio a suceder? Se Lippe tivesse de facto efectuado a doação nos termos de que a voz pública se tem feito eco, não será razoável admitir que como determinante de tal acto agisse, fundamentalmente, a intenção de que o seu nome ficasse para sempre vinculado ao quartel e este ao regimento?

Tem-se dito também ser de estranhar que infantaria 1 seja a única unidade da sua arma, afecta à guarnição de Lisboa, que nunca foi transferida de aquartelamento, exceptuando-se apenas a mudança para Mafra durante o governo do malgrado presidente Sidónio Pais. E, acrescenta-se

que pouco depois um batalhão foi trazido a toda a pressa para a Ajuda, facto que então houve quem attribuisse a ter surgido uma reivindicação de posse por parte de qualquer descendente do conde de Lippe como consequência do edificio ter deixado de alojar o regimento para que fora expressamente construído.

Ora, as coisas passaram-se de forma um pouco diferente. Nem é certo que o regimento nunca tivesse sido mudado de quartel, nem no período sidonista um batalhão voltou apressadamente para a Ajuda vindo de Mafra. Quanto à primeira parte, sabe-se que logo após a reorganização do exército, decretada em 18 de Julho de 1834, infantaria 1 foi de guarnição para a praça de Elvas. Voltou, algum tempo depois, para Lisboa indo alojar-se no convento do Desterro, de onde, em Outubro de 1835, se transferiu para o de Xabregas. Quando foi, novamente, instalado na Calçada da Ajuda não sabemos, mas a verdade é que lá não esteve durante mais de um ano e que de tal circunstância não resultou a reversão do quartel para os herdeiros de Lippe. Pelo que respeita à segunda parte — os acontecimentos são ainda relativamente recentes e a sua história conserva-se bem viva na memória de muitos — também se sabe que pouco depois do «5 de Dezembro» foi, de facto, o regimento de infantaria 1 transferido para Mafra, onde, desde data anterior àquela, já se encontravam os recrutas da última incorporação. Tempos depois, mas antes de Março de 1918, um batalhão, precedido de alguns dias por uma companhia, regressou a Lisboa mas foi para Campolide, onde hoje está artilharia 3. Formado então o «Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa» ficou a sua infantaria constituída por quatro batalhões: o de infantaria 1^o em Campolide, sob o comando do tenente-coronel Guedes Vaz; o segundo de infantaria 16, que durante todo o período sidonista, comandado pelo tenente-coronel Pimenta de Castro, ocupou o quartel da Calçada da Ajuda; um de infantaria 5 no quartel do Ultramar à Junqueira, do comando do major Casimiro Telles; e, finalmente, no Castelo de S. Jorge um batalhão de infantaria 33. Aquele batalhão de infantaria 16 só deixou a Ajuda depois de terminada a revolução de Monsanto e foi para Santarém, onde estava a sede do regimento. Ao seu antigo quartel regressou, então, infantaria 1, e para o Castelo de S. Jorge veio o 3.^o batalhão do 16.

Note-se, também, que em 7 de Abril de 1797 o quartel estava desocupado e ali se foram alojar tropas inglesas (1).

Mas há mais alguma coisa susceptível também de esclarecer o assunto.

Referindo-se indiscutivelmente ao quartel da Ajuda, encontram-se no arquivo da Direcção da Arma de Engenharia 19 peças desenhadas, todas elas sem indicação de autor e sem data. Discriminam-se como segue:

N.º 4.322 — Contém 4 desenhos:

Legendas: — Planta sotterranea para tres companhias e prizão. Planta terrea. Planta sotterranea para huma cavalhariça. Planta alta que mostra acomodação dos Torreosens.

Dimensões: — 0^m,93 × 0^m,645.

N.º 4.888:

Legenda: — Parte dos sotterraneos do Quartel de Lippe naquella parte q̄ podem servir para cavalhariças.

Nota: — Tem aposta com caligrafia diferente a seguinte indicação: «Aprovada e mandada executar pelo Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Marquez de Angeja».

Dimensões: — 0^m,45 × 0^m,35.

(1) *Sousa Viterbo*, Dicionário dos Architectos, Vol. I, pág. 148.

N.º 4.889:

Legenda: — Parte do plano terreo do Aquartelamento que Sua Magestade que DEG^o manda fazer na calçada da Ajuda.

Dimensões: — 0^m,63 × 0^m,315.

N.º 4.900:

Legenda: — Prospecto do lado interior do Aquartelamento de Lippe que olha para o Sul.

Dimensões: — 0^m,52 × 0^m,255.

N.º 4.901 — Desenho a lápis sem qualquer legenda e representando o alçado principal:

Dimensões: — 0^m,545 × 0^m,235.

N.º 4.902 — Desenho igual ao anterior mas aguarelado.

N.º 4.903:

Legenda: — Cópia da planta aprovada e mandada executar pelo Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Marquez de Angeja p^a uma cavalharia no sobterraneo do novo quartel da calçada da Ajuda.

Dimensões: — 0^m,45 × 0^m,345.

N.º 4.905 — Desenho sem qualquer legenda, aguarelado a amarelo, tendo ao centro a letra A e representando a planta pentagonal do quartel.

N.º 4.906 — Dois desenhos na mesma folha:

Legendas:

No canto superior direito: — Planta p^a o aquartelamento do Regimento de Lippe.

No canto inferior esquerdo: — Planta de hum lado do poligono letra A p^a duas companhias com as tarimbas pello comprim^o como nella seve. Planta de hum lado do poligono letra B p^a duas companhias com as tarimbas pella largura como nella seve.

Dimensões: — 0^m,61 × 0^m,45.

N.º 4.907 — Três desenhos na mesma folha:

Legendas: — Prospecto do lado interior do aquartelamento de Lippe que olha para o Sul. Prospecto do lado interior da frente principal. Prospecto principal que faz frente para a Calçada da Ajuda.

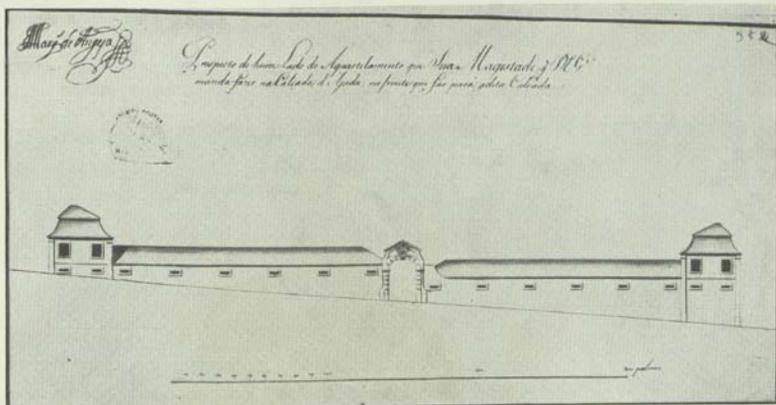
Dimensões: — 0^m,525 × 0^m,43.

N.º 4.908:

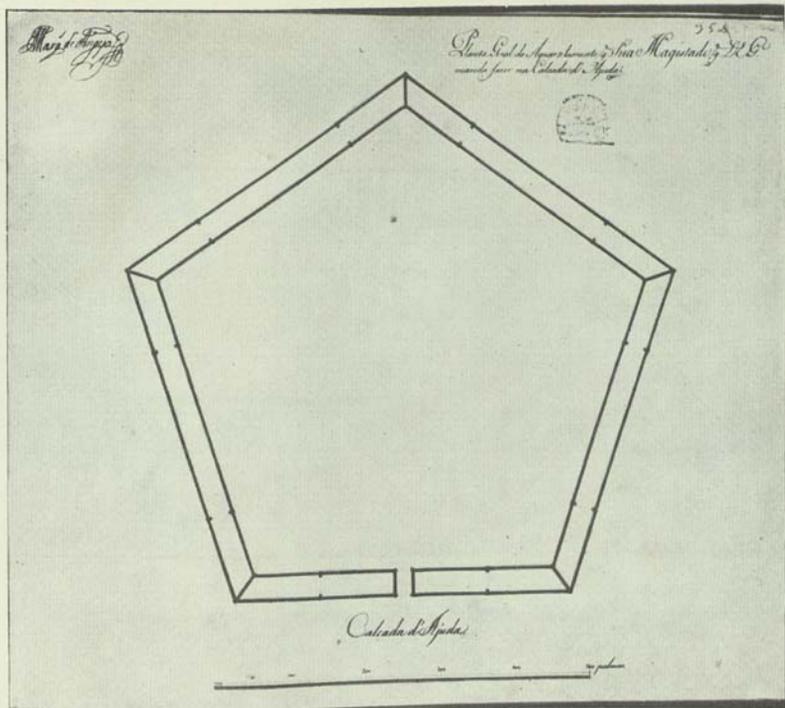
Legenda: — Parte da planta alta na qual se mostra as acomodações p^a os Officiaes nos angulos do Aquartelamento que Sua Magestade manda fazer na calçada da Ajuda.

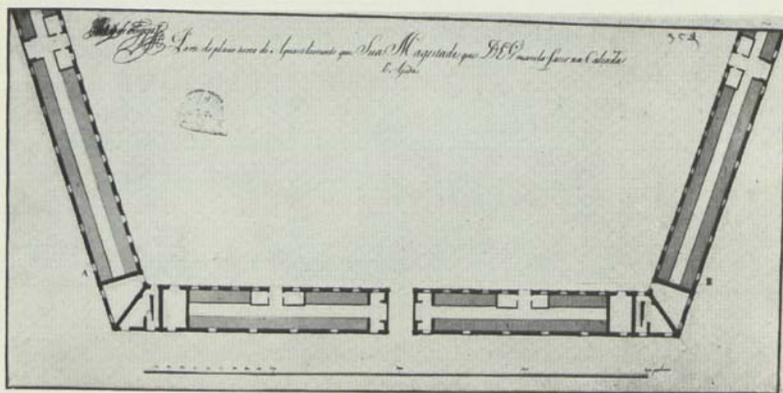
Dimensões: — 0^m,62 × 0^m,32.

ALÇADO PRINCIPAL
SOBRE A CALÇADA
D A A J U D A
— DESENHO N.º 5.004.
RUBRICADO PELO
MARQUÊS DE ANGEJA

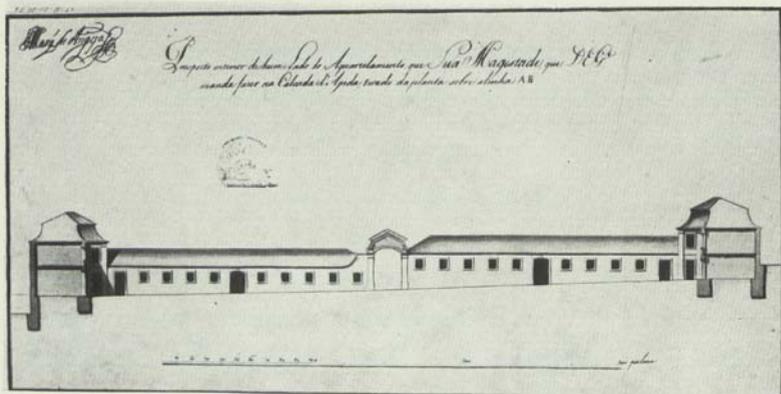


PLANTA GERAL
— DESENHO N.º 5.009.
RUBRICADO PELO
MARQUÊS DE ANGEJA



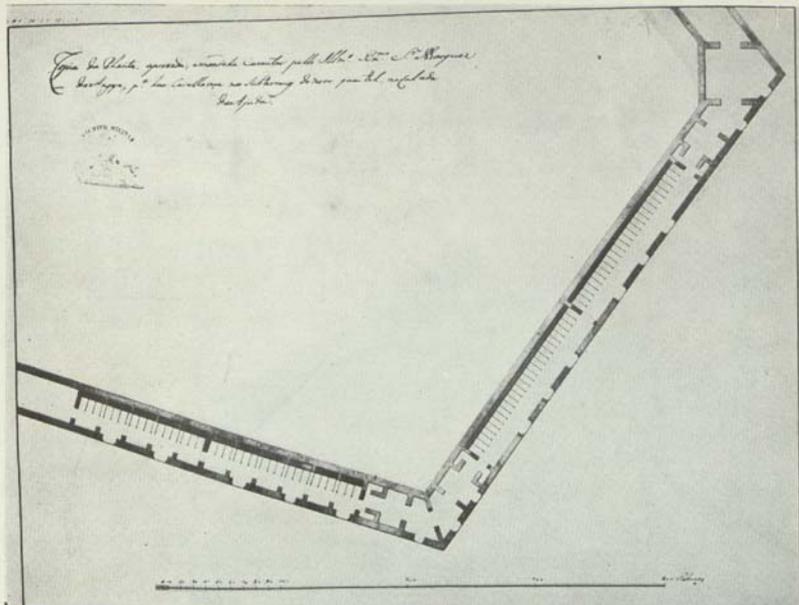


PARTE DO PLANO
 TERREO COM
 U M C O R T E
 PELA LINHA A-B
 — DESENHO N.º 4.889.
 RUBRICADO PELO
 MARQUÊS DE ANGEJA

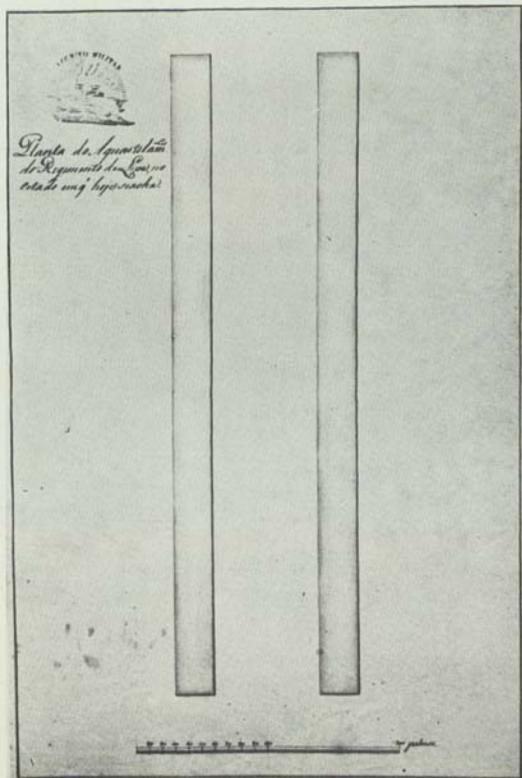


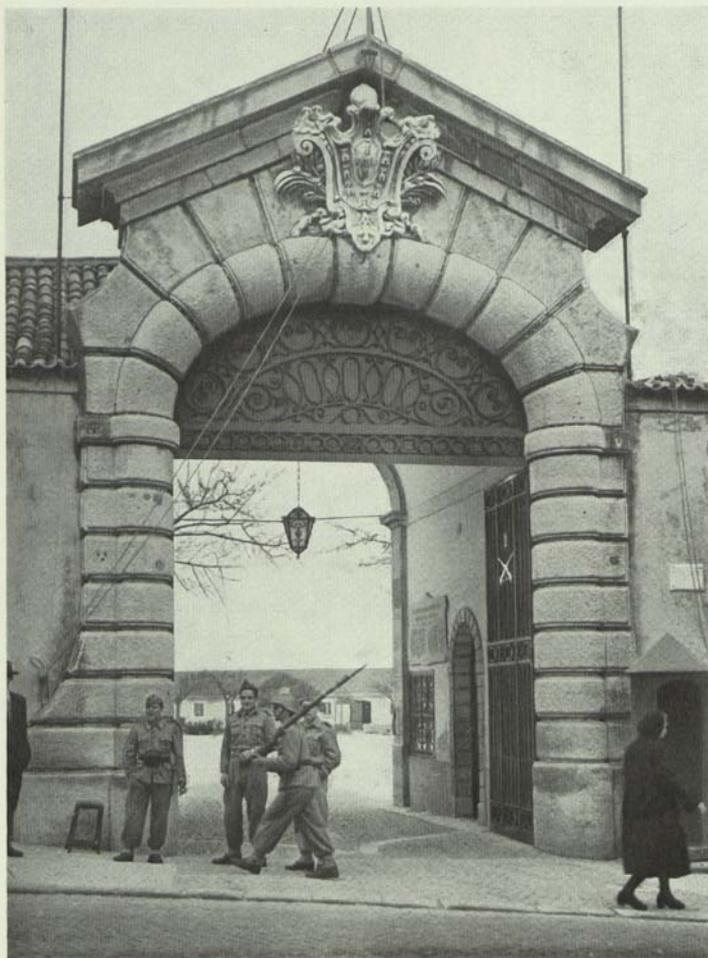
ALÇADO INTERIOR
 DA FRENTE
 PRINCIPAL.
 MOSTRANDO
 O CORTE POR A-B
 INDICADO NO
 DESENHO N.º 4.889.
 — DESENHO N.º 5.005.
 RUBRICADO PELO
 MARQUÊS DE ANGEJA

PLANTA APROVADA
E MANDADA
EXECUTAR PELO
MARQUÊS DE ANGEJA
E REFERENTE
A CONSTRUÇÃO DE
UMA CAVALARIÇA NO
PISO SUBTERRÂNEO
— DESENHO N.º 4.903



« PLANTA DO AQUARTELAMENTO
DO REGIMENTO DE LIPPE » — DESENHO N.º 5.000





PORTÃO DAS ARMAS
DO QUARTEL DE INFANTARIA 1,
NO SEU ESTADO ACTUAL
(FOTO A. MALHEIRO)

N.º 5.001 — Desenho a tinta preta e a lápis. Perfis do terreno em várias direcções e que deve ter sido elemento de estudo para a implantação do quartel.

N.º 5.003 — Igual ao desenho n.º 4.905.

N.º 5.004 — Igual ao projecto 3 do desenho n.º 4.907:

Legenda: — Prospecto de hum lado do Aquartelamento que Sua Magestade q DEG^o manda fazer na calçada da Ajuda na frente que fas para a dita calçada.

Dimensões: — 0^m,53 x 0^m,275.

N.º 5.005:

Legenda: — Prospecto interior de hum lado do Aquartelamento que Sua Magestade que DEG^o manda fazer na calçada da Ajuda tirado da planta sobre a linha A B.

Dimensões: — 0^m,62 x 0^m,32.

N.º 5.006 — Semelhante ao n.º 4.905 mas tendo ao centro a letra B.

N.º 5.007 e 5.008 — Vários estudos a lápis.

N.º 5.009:

Legenda: — Planta geral do Aquartelamento que Sua Magestade que DEG^o manda fazer na calçada da Ajuda.

Dimensões: — 0^m,51 x 0^m,45.

Para dar uma ideia mais perfeita do conjunto decidimos agrupar os desenhos como segue, desprezando, para o efeito, a ordenação numérica dada pelo arquivo da Direcção da Arma de Engenharia e alterando, sem lhes modificar o sentido, o texto das legendas:

Desenhos que devem ter constituído o projecto definitivo que serviu para a construção e que estão todos assinados no canto superior esquerdo pelo marquês de Angeja:

N.º 5.004 — Alçado principal sobre a Calçada da Ajuda.

N.º 5.009 — Planta geral.

N.º 4.889 — Parte do plano térreo com um corte pela linha A B.

N.º 5.005 — Alçado interior da frente principal, ou tardós, mostrando o corte por A B indicado no desenho anterior.

Todos estes desenhos são aguarelados e feitos em idêntica qualidade de papel com a marca de água «D. & C. Blauw IV».

Desenhos de pormenor ou subsidiários dos que constituem o grupo anterior:

N.º 4.822 — 4 desenhos: — Planta do piso subterrâneo destinado ao alojamento de três companhias e a prisão. Planta térrea. Planta para uma cavaliariça subterrânea. Planta do 1.º andar dos torreões.

- N.º 4.905 — Planta térrea tendo ao meio a letra A.
 N.º 5.003 — Igual ao anterior.
 N.º 5.006 — Idem, com a letra B.
 N.º 4.906 — 2 desenhos: — Planta da parte destinada ao alojamento de duas companhias ou seja um trecho do desenho 4.905, indicando o comprimento das tarimbas. Idem, do desenho 5.006 mas indicando a largura daquelas.
 N.º 4.908 — Parte da planta do 1.º andar mostrando os alojamentos destinados a officiaes e situados nos ângulos do alçado principal.

Os desenhos acima apresentam-se aguarelados e para todos eles foi utilizado papel igual ao do grupo anterior.

Desenhos que supomos serem estudos que serviram para a elaboração do projecto definitivo:

- N.º 4.907 — 3 desenhos: — Alçado interior direito. Alçado interior da frente principal. Alçado principal.
 N.º 4.900 — Igual ao primeiro desenho anterior.
 N.º 4.901 — Desenho a lápis não legendado. Anteprojecto do alçado principal um pouco diferente do que foi construído.
 N.º 4.902 — Idêntico ao anterior mas aguarelado.
 N.º 5.007 e 5.008 — Vários estudos a lápis.
 N.º 5.001 — Perfis do terreno onde foi implantado o quartel.

Desenhos referentes à construção de uma cavalariça no piso subterrâneo do quartel, e contendo ambos a menção de «aprovada e mandada executar pelo marquês de Angeja»:

- N.º 4.888 e 4.903.

O que de mais curioso se nota no projecto deste edificio é, sem dúvida, a forma pentagonal adoptada para a respectiva planta. De facto, se tivermos sobretudo em conta a época em que foi concebido e as necessidades de então, verificaremos que, com aquella solução, vários e importantes objectivos fundamentais em construções desta natureza, foram atingidos com notável acerto. Debaixo do ponto de vista estritamente militar, e o facto ainda hoje é sublinhado, aquella disposição proporcionava uma fácil e racional arrumação dos homens e dos serviços, facilitando assim a vigilância dos mesmos, o exercício duma conveniente acção de comando e uma perfeita manutenção da disciplina. A área do pentágono, livre de construções, permitia ainda, dispor de um vasto terreiro — parada — para a realização de exercícios, formaturas, etc.

Se considerarmos, agora, a forma como se atendeu ao factor salubridade, notaremos que foi escolhido para implantação do quartel um terreno situado num ponto relativamente elevado em que a população ao redor não era densa e sem a contiguidade de outras construções que prejudicassem o arejamento e a iluminação daquele edificio.

A solução architectónica, certamente condicionada às possibilidades financeiras, não foi, porém, das mais felizes.

34 Para toda a construção foi adoptado o tipo muito nacional do abarracamento. Os cinco corpos do quartel são muito baixos e só os torreões, nos extremos da fachada principal, eram de primeiro andar. As casernas, semelhantes entre si em área e capacidade, tinham quase todas pavimentos lajeados e coberturas de telha vã. Cada uma delas dispunha de uma divisão destinada a cozinha. A água vinha canalizada da Tapada da Ajuda e era tida como de muito boa qualidade.

As legendas dos quatro desenhos que agrupámos em primeiro lugar, e que junto se reproduzem, contêm todas o trecho seguinte: «... do Aquartelamento que Sua Magestade que Deus guarde manda fazer na Calçada da Ajuda ...». A indicação de que foi «Sua Magestade» quem mandou fazer o quartel reveste, a nosso ver, o maior interesse por provar, dispensando o reforço de qualquer argumentação, pelo menos uma coisa: a de que não foi o conde de Lippe quem ordenou aquela construção. Mas a qual soberano pretendem os quatro desenhos em questão fazer referência? É o que vamos ver.

Todos eles estão assinados no canto superior do lado esquerdo pelo marquês de Angeja. Confrontadas estas assinaturas com a constante do termo de posse de presidente do real erário — documento guardado no magnífico arquivo geral do Tribunal de Contas — dúvidas não temos de que se trata do 3.º marquês D. Pedro José de Noronha e Camões de Albuquerque Moniz e Sousa. Vários foram os cargos e dignidades que este titular desempenhou ou em que foi investido, tanto no reinado de D. José como no de sua filha D. Maria I. Mas, as actividades que exerceu no primeiro daqueles reinados não nos parece terem sido de molde a justificar a sua interferência directa num assunto de obras militares, sobretudo se tivermos em conta os processos governativos e o feito absorvente de Pombal, extraordinariamente cioso das suas prerrogativas. Temos, portanto, que procurar qual o cargo desempenhado no reinado seguinte susceptível de justificar no uso de que qualidade ou a que título foi aposta a assinatura nos projectos. Destacamos o de presidente do real erário, para que foi nomeado por decreto de 14 de Março de 1777.

FACSIMILE DA ASSINATURA
DO MARQUÊS DE ANGEJA

Ao ter início o reinado de D. Maria I o estado do tesouro público encontrava-se em situação muito crítica, vizinha da exaustão e ainda, para mais, crivado de dívidas acumuladas durante uma gerência infeliz. Tais factos forçaram Angeja à imposição de um severo regime de economias, atitude ingrata mas indispensável, que lhe granjeou animosidades e, até, acusações difamatórias, mas que contribuiu de forma notável para que o estado financeiro do país fosse sucessivamente melhorando (1). De admitir é, portanto, que nenhuma despesa pudesse ter lugar sem o seu expresso e prévio assentimento. E, a ter sido assim, a assinatura de Angeja nos desenhos só pode significar a autorização para que a obra se executasse e, talvez, a concordância com o projecto. De notar é ainda o facto, que nos parece curioso, de dos desenhos 4.888 e 4.903, referentes à construção de uma cavalaria, constar, num fazendo parte integrante da legenda e noutro aposta com caligrafia diferente da usada naquela, a menção: «aprovada e mandada executar pelo Ill.º Ex.º Sr. Marquez de Angeja».

Do que se deixa dito infere-se que, se a assinatura do marquês de Angeja tem o significado que atrás lhe demos, o quartel foi mandado construir no reinado de D. Maria I. E, esta simples conclusão — que não exclui o admitir-se a possibilidade do projecto ter transitado do reinado anterior — diz tudo e responde a todas as dúvidas, parecendo bastar para desfazer uma lenda posta a correr sabe-se lá por quem e para quê. Mas, outro facto se verifica provando que o Estado se considera, e lá tem as suas razões, legítimo possuidor do edificio: a existência da placa «Património do Estado» bem visível do lado direito da porta das armas e nos torreões.

(1) Caetano Beirão — D. Maria I, 4.ª ed., pág. 85.



Ainda nos arquivos da Direcção da Arma de Engenharia, encontrámos um outro desenho — o n.º 5.000 — que merece ser devidamente considerado. Reza a legenda, escrita com caligrafia de flagrante semelhança com a constante dos desenhos onde figura a assinatura de Angeja: «Planta do aquartelamº do Regimento de Lipe no estado em q. hoje se acha». Representa dois longos edificios de planta rectangular, paralelos um ao outro, e medindo cada um cerca de 112 metros de comprimento por 6^m,75 de largura e separados por um espaço livre de 18 metros. Não está assinado, nem datado, bem como não fornece qualquer indicação que leve a determinar o local onde existiu. Quere-nos parecer, porém, que não andaremos muito longe da verdade se dissermos que se deve tratar das barracas ou, antes, abarracamentos onde o regimento de Lippe esteve aquartelado antes de vir para a Calçada da Ajuda e se situavam próximo do convento da Boa Hora.

Sabido é que, posteriormente ao terramoto de 1755, Pombal mandou construir vários abarracamentos destinados a alojar diferentes unidades militares que, então, faziam serviço na guarnição de Lisboa. De crer, portanto, é que o primeiro quartel, onde esteve o regimento de Lippe, tenha sido mandado construir também pouco depois daquele cataclismo e tal providência determinada pela necessidade de manter próximo da nova moradia real uma unidade do exército encarregada da respectiva guarda.

Alfredo Fexeira do Nascimento

(Do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia).



ACONTECIMENTOS CITADINOS

INAUGURAÇÃO
DO NOVO MATADOURO-FRIGORÍFICO
MUNICIPAL DE LISBOA—
SESSÃO SOLENE COM A PRESENÇA
DO CHEFE DO ESTADO



INAUGURAÇÃO
DO NOVO MATADOURO-FRIGORÍFICO
MUNICIPAL DE LISBOA—
—VISITA AS INSTALAÇÕES



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
DE FOTOGRAFIAS
QUE PERTENCERAM
A H. MONFROY DE SEIXAS,
NAS SALAS DO PALÁCIO GALVEIAS





CONCURSO «TRONOS
A SANTO ANTÓNIO»
—ENTREGA DO PREMIO
A MARIA CESALTINA SANTOS PINTO



CONCERTO SINFÓNICO
NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS
COM A ORQUESTRA SINFÓNICA
NACIONAL REGIDA PELO
MAESTRO FREITAS BRANCO E COM
A COLABORAÇÃO DO PIANISTA
D LOPO DE BRAGANÇA (LAFOES)



S. EX.ª O PRESIDENTE
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA,
ENTREGA O PREMIO
DE LITERATURA
«JULIO CESAR MACHADO»,
AO ARQUITECTO RAUL LINO

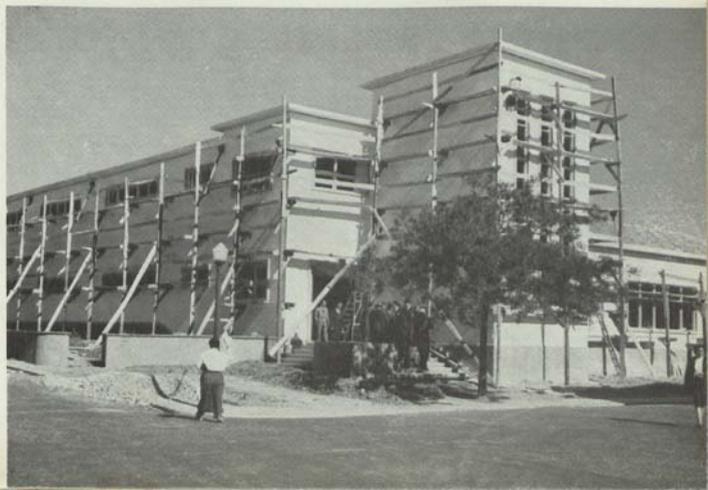
DISTRIBUIÇÃO ANUAL
DE PRÉMIOS E CONDECORAÇÕES
AS PRAÇAS DO BATALHÃO
DE SAPADORES BOMBEIROS



RECEPÇÃO PELA
EX.^{MA} PRESIDÊNCIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA,
NO CASTELO DE S. JORGE,
AOS COLABORADORES DA OBRA
DO NOVO MATADOURO-FRIGORÍFICO
MUNICIPAL DE LISBOA



VISITA DA VERAÇÃO AOS BLOCOS
ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO
(ARCO DO CEGO)





I N A U G U R A Ç Ã O
D A E X P O S I Ç Ã O G A R R E T T I A N A
N O P A L A C I O G A L V E I A S



E N T R E G A D A M E N S A G E M
D E S A U D A Ç Ã O
D O L O R D - M A Y O R D E S I D N E Y ,
A O P R E S I D E N T E
D O M U N I C I P I O D E L I S B O A



N O S P A Ç O S D O C O N C E L H O —
P O S S E D O S N O V O S V E R E A D O R E S
P A R A O Q U A D R I E N I O D E 1 9 5 5 / 5 8



FAMÍLIAS DE CIDADES

ALGUNS PARENTESCOS DE LISBOA

Salvo mui raras exceções poderemos afirmar que o critério naturalista aplicado aos estudos geográficos só se nos depara a partir dos meados do século XIX. Segundo essa escola, consideram-se as paisagens terrestres como seres vivos, que sofrem alterações mais ou menos acentuadas e, por vezes, de feição cíclica.

Assim, dentro dos marcos da Geografia Física, distinguem-se, entre outros, ciclos fluviais, glaciários, eólicos, cársticos, vulcânicos e botânicos. Afigura-se-nos que o estudo dos rios fornece-nos o mais sugestivo exemplo da concordância entre a evolução experimentada por estes acidentes morfológicos no decorrer dos séculos e a que se manifesta na vida humana. Perfilhando a nomenclatura explanada pelo falecido geógrafo norte-americano W. M. Davis, discriminaremos nas vicissitudes sofridas ou a sofrer pela maioria dos cursos de água as seguintes fases: de infância, de juventude, de maturidade ou de virilidade e de senilidade ou de velhice. Os rios, porém, nalguns casos conseguem vencer mais dum ciclo vital, o que não se observa entre a Humanidade.

Semelhantes modificações se registam nos principais capítulos da Antropogeografia, e, por vezes, nessas metamorfoses também sobressai um encadeamento cíclico: bastará atentar para a evolução de muitos centros urbanos, acudindo desde já ao pensamento às mutuações das cidades de Roma, de Istambul (Constantinopla), de Bruges, de Moscovo e de Alexandria. Quando à última anotaremos uma época de esplendor durante quase todo o domínio dos Ptolomeus e uma nova fase de progresso resultante da abertura do canal de Suez, do desenvolvimento da cultura do algodoeiro no Egito e das recentes concepções acerca da arte da guerra.

Se cotejarmos os aspectos fisiográficos exercidos pela maioria dos habitantes, descortinaremos entre as cidades ora traços de notória semelhança, ora feições que constituem quase um exclusivo. No primeiro caso torna-se possível catalogar múltiplas famílias de cidades, — assunto que abordámos por uma forma assaz sucinta noutro artigo desta Revista.

Como sucede com todas as classificações, teremos, às vezes, de recorrer a uma apreciável dose de artifício, embora persista a salutar preocupação de nos aproximarmos sempre da realidade.

É hábito considerar desde logo duas classes de cidades: as *espontâneas* ou *naturais* e as *escolhidas* ou *artificiais*. Sem dúvida, houve nas duas categorias uns fundadores, mas na primeira observa-se que, pelo menos nas fases de infância e de juventude, esses agregados cresceram sem obediência a um plano previamente delineado sobre as planchetas dos architectos; depois, se a povoação adquiriu decidida importância dentro do país, os urbanistas tratarão de dar um corte geométrico às secções novas da urbe e de afeiçoar às necessidades hodiernas a emaranhada rede de arruamentos nos velhos bairros. Amálgama de aspectos senis e de aspectos juvenis.

No polo oposto erguem-se as cidades que foram totalmente subordinadas a um projecto inicial. Camberra, capital da Confederação Australiana, talvez represente o mais perfeito modelo deste tipo. Em vários centros urbanos da mesma classe, poderá ter sucedido que antes da execução do plano geral de construções já existisse um restrito e desordenado grupo de casas; mas, em breve, esse núcleo ficará eclipsado pela profusão de geométricos alinhamentos. Tal sucedeu em *Washington*.

Cidades capitais de Estados — De comum, ocupam uma posição singular no povoamento dos respectivos países. Observa-se uma concentração de serviços públicos e, em regra, os altos dirigentes da nação permanecem nessas aglomerações. Constituem cidades muito vorazes que vão consumindo uma avantajada parcela da produção nacional.

Na Holanda depara-se-nos um caso especial: Amsterdão mantém o título de capital, não obstante a realeza, as cortes e o corpo diplomático se conservarem normalmente em Haia. Nos Estados Unidos a cidade de Washington foi escolhida para capital e conserva essa categoria, apesar de acolher menos habitantes e de possuir mais branda actividade em comparação com Nova Iorque, Chicago, Filadélfia, etc. É interessante examinar a considerável transformação que sofreu Ancara, — outrora uma obscura povoação que estagnava no interior da Anatólia —, desde que foi rotulada como capital da Turquia, em prejuízo da vetusta Bizâncio. Também se torna digna de nota a informação de que no Brasil persiste a ideia de guindar Goiaz a capital da república, substituindo assim a dinâmica cidade do Rio de Janeiro.

Em mais dum caso, o motivo da escolha dum povoado secundário para sede do Poder Central consiste no desejo de manter o governo e, por ventura, o parlamento fora das localidades, onde as paixões políticas e competição de interesses económicos adquiram excessiva acuidade.

Nalgumas nações, a capital, para não estar sujeita a um ataque de surpresa por parte dos povos vizinhos, foi colocada numa secção do centro do país; não faltam, porém, exemplos das capitais ficarem junto da fronteira política. Assim sucedia com Belgrado, antes da primeira Grande Guerra; agora os territórios anexados pela Jugoslávia, após a derrota da Hungria e da Roménia, tornaram aquele centro um pouco menos vulnerável.

Cidades de colinas — Quantas vezes as secções mais elevadas de morros não serviram de embrião a amplos agregados humanos. Recordemo-nos das acrópoles gregas e dos castros romanos. Como é bem conhecido, funções importantes foram desempenhadas na vida de Roma pelas suas sete colinas, — Capitólio, Palatino, Célio, Quirinal, Esquilínio, Viminal e Janículo.

Cidades portos-fluviais ou marítimas — Os primeiros estão dispostos principalmente nos pontos de confluência (Coblentz, Mogúncia, Lion, S. Luís) e junto da foz. Mas na última hipótese convirá distinguir duas modalidades: portos de estuário (Londres, Hamburgo, Bremen) e portos de delta (Alexandria, Calcútá, Sulina). De comum, manifesta-se uma intensa actividade junto dos cais: casas de câmbio, bares, restaurantes, armazéns com artigos náuticos, etc. Uma fauna humana, deveras característica, circula ao longo da margem...

Cidades em penínsulas — Quando a respectiva população apresenta um acréscimo acentuado e forceja por não se afastar da península, torna-se vulgar a construção de edifícios de muitos andares: ganha-se em verticalidade o que não se consegue em horizontalidade. Lembremo-nos dos colossais arranha-céus no termo de Nova Iorque.

Cidades de canais — Outrora algumas das vias aquosas eram consideradas como apreciáveis defesas perante as arremetidas de grupos inimigos; no presente, estes obstáculos perderam todo o valor para esse efeito.

Quantas centenas de milhares de estacas não foram utilizadas na elevação das cidades de Estocolmo, Amsterdão e Veneza! O traçado de pontes, viadutos e arcadas veio subalternizar o transporte através dos canais. O romantismo que dimana das góndolas venezianas só é aproveitado pelos turistas sentimentais...

Cidades de cura — Poderemos escalar nesta modalidade vários subtipos. Há a considerar as cidades termas, cuja vida está concentrada preferentemente junto das fontes, dos balneários, dos casinos, como sucede em Vichy, Evian e Wiesbaden; as cidades de clima privilegiado, conforme se regista em Pau, Lusana, Teresánópolis...

Dentro do primeiro subtipo acontece fecharem-se os balneários durante uma época do ano. Daqui um quebranto estacional nessas localidades.

Cidades industriais — Em geral possuem uma configuração monótona. Vulgariza-se o aparecimento de numerosas fábricas, com um exterior pouco agradável. Amíde a atmosfera, os móveis das casas, os lenços dos habitantes aparecem com um tom acinzentado: as chaminés durante horas seguidas vão lançando para as camadas de ar próximas o fumo e as escórias resultantes do intenso labor dentro das oficinas. Assim sucede em Essen, em Mons, em Charlesroy, etc.

Cidades universitárias — A concorrência de estudantes às escolas superiores representa um motivo de prosperidade para estes centros urbanos: tal se observa em Oxford, Cambridge e Salamanca. Nalguns casos, porém, as cidades deixaram de depender tanto da vida escolar, pelo facto de se ter desenvolvido uma actividade industrial (Coimbra).

Cidades museus que prosperam com a visita dos turistas e dos que pretendem efectuar estudos com as obras de arte expostas. Florença alcança a este respeito um lugar primacial. Num plano mais moderado poderíamos citar a cidade de Évora.

Cidades religiosas — Nestes locais ou viveram os fundadores de doutrinas religiosas ou deram-se aparições sobrenaturais, segundo o parecer de autoridades eclesiásticas. Mencionaremos, como exemplo, Jerusalem, Meca, Benarés e Lourdes.

Cidades fortalezas — A sua vida está inteiramente na dependência dos assuntos militares (Gibraltar, Cronstadt).

Cidades grandes centros de pesca — Esta indústria interfere directa ou indirectamente nas actividades da maioria dos habitantes. Armazéns-frigoríficos, uma apertada rede de comunicações

com a zona interior, de modo a abastecer todo o *hinterland* dos mesmos portos, eis duas feições habituais dos referidos aglomerados. Assim se regista em Fleetown, em Gloucester, em Vlaardingen, etc.

Cidades agrícolas — Ao contrário do que normalmente se verifica em quase todos os centros urbanos, nesta classe realça a propensão dos habitantes em se dedicarem à lavoura, exercendo as suas funções longe do povoado. Tal se manifesta em diversas localidades da Hungria.

A lista já vai longa e ainda era susceptível de ser bastante acrescentada. Insistimos na afirmativa de que um pomenor consegue em determinados casos guindar uma cidade a uma variedade que a faz afastar um pouco das condições gerais da família a que ela pertence.

A Covilhã é decerto uma cidade fabril; mas foge à monotonia das aglomerações industriais pela circunstância de ficar situada numa abã da Serra da Estrela.



Se pretendermos ir aplicando as classificações anteriormente descritas à cidade de Lisboa, desde logo deveremos catalogá-la como centro urbano de feição espontânea. Sem dúvida, os pequenos grupos humanos que primitivamente convergiram para estas paragens atentaram para a série de morros, onde melhor poderiam defender-se e, ao mesmo tempo, para o facto de estarem perto dum rio. Vislumbra-se que, de começo, o aglomerado foi crescendo por uma forma um tanto desordenada, embora duas linhas de muralhas procurassem delimitar os seus extremos: a Cerca Moura, de data incerta, e a Cerca Nova ou Fernandina, erguida no terceiro quartel do século xiv.

Entretanto ainda não estavam completamente terminadas estas obras de protecção e já surdiam habitações fora delas, arrostando os moradores com os repetidos perigos de assaltos.

Como era natural, foram aproveitados todos os espaços livres dentro das Cercas e, por isso, a povoação continha estreitas e tortuosas vielas.

Encontramo-nos perante um tipo de cidade de colinas. Desde remotos tempos assumiu particular valor o morro do Castelo de S. Jorge; depois o agrupamento humano foi ocupando parte da Baixa, — a onde não chegasse um braço do Tejo que conseguiu distender-se pelo Rossio —, e as colinas de S. Francisco, do Carmo, de Santana, etc.

As vantagens resultantes da situação geográfica e das condições morfológicas, que recaiam sobre Lisboa, sofreram uma intensificação quando a cidade foi elevada a capital no reinado de D. Afonso III. Convirá anotar que o valor da posição geográfica de Lisboa fora já enaltecido pelos romanos e pelos sarracenos.

Quanto às suas coordenadas, verifica-se que, em latitude, pertence à zona central do território metropolitano, com uma leve aproximação do extremo Sul. Se atendermos à longitude, reconhece-se que ela fica na orla ocidental, portanto quase em contacto com o Oceano Atlântico.

Por vezes Lisboa tem recebido a designação de «cais da Europa». Na realidade, ocupa uma privilegiada situação ante a América do Sul e grande parte do continente africano; também não sofre apreciável desvio, visitando o nosso porto, as carreiras de vapores que do Mediterrâneo se dirigem para a América Central e do Norte.

Relativamente às linhas aéreas, Lisboa é um dos pontos da Europa mais preferidos pelos aviões comerciais.

A nossa capital fica numa das extremidades duma importante linha férrea de categoria internacional: referimo-nos à ligação com Paris. No entanto, ainda não tirámos devidamente os lucros de tal disposição, porque o Sud-Express não possui viagens cotidianas e, no percurso espanhol, ao menos numa ampla parcela dele, segue mui vagarosamente.

Lisboa pertence ao tipo de cidades que demoram na vertente soalheira do vale por onde corre o rio, que as banha. Semelhante regalia aliás é compartilhada por outros aglomerados urbanos no nosso País.

Lisboa figura como cidade-porto; mas, junto aos cais, não se nos deparam aquelas intensas e peculiares actividades que descortinamos noutros povoados do mesmo género.

A cidade aparece-nos incluída no grupo das aglomerações espontâneas, conservando sensíveis laivos de povoação antiga; mas, simultâneamente, ela ostenta sintomas dum avançado modernismo em diversas secções de periferia. E, na zona central, também uma impiedosa labuta de demolição vai transformando alguns recantos dos velhos bairros. Sacrificaram-se, por ventura, vários trechos citadinos a que estavam ligados sugestivos acontecimentos decorridos outrora na capital. Tornou-se, porém, inevitável efectuar mutações que se acomodassem às necessidades da vida contemporânea.

Com rigor, será exagero catalogar Lisboa entre as denominadas «cidades de cura». No entanto, as condições meteorológicas que incidem sobre esta localidade mostram-se assaz propícias, exceptuadas as fortes rajadas de vento que repetidamente fustigam as faces dos moradores. Além disso, não nos esqueçamos de que nos confins do termo de Lisboa ficam situadas duas aglomerações, que apresentam favoráveis elementos dentro deste capítulo: referimo-nos ao Estoril, óptima estação durante o Outono e o Inverno, e Sintra, com o seu clima sedativo. Aqui apenas se rotula como condição pouco benévola os amiudados nevoeiros.

Sem dúvida discriminam-se em Lisboa fartos laços de parentescos com outros centros urbanos; mas nem por isso deixa de possuir uma acentuada individualidade, conforme o têm proclamado escritores nacionais e estrangeiros. Acrescentaremos até que essa individualidade provém, não só das suas altas qualidades, como ainda dos seus marcados defeitos. Um estreito bairrismo nunca deverá inquirar as nossas apreciações.

Luis Schwalbach.



N O V O S T E S T E M U N H O S DA ACTIVIDADE TIPOGRÁFICA DE LISBOA NO SÉCULO QUINZE

(Continuação da pág. 20)

Conduzidos, pois, pela mão de Mestre PEDRO ROMBO, de tão subtil estilo, logo no fólio immediato, assinado aij, tomamos directo contacto com a obra de PASTRANA; reza desta forma o título destacado a vermelho:

*Incipit compendium breue et vtile: siue tractatus
intitulatus: Thesaurus pauperum siue speculum
puerorum editum a magistro Johãne de pastrana.*

Envolvendo o texto, vem o comentário e a explicação de PEDRO ROMBO, em corpo menor. A reprodução que da página damos, em tamanho exacto, permite, melhor do que por palavras nossas, ajuizar da elegância e do esmero da edição, e bem assim da erudição e das faculdades de método que exornavam o talento do comentarista DR. PEDRO ROMBO, famoso gramático da Lisboa culta de quatrocentos, como estamos vendo.

Começa PASTRANA por definir as quatro partes da oração: *Letra, sílaba, dicção e construcção*; na dicção, alinha o *nome*, o *verbo* e o *advérbio*, que define em função da *declinação por casos*. Enumerados estes (*nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo*), apresenta a sua *regra dos casos*:

Quem é ou quem faz — *nominativo*.

Cuja coisa é — *genitivo*.

A quem vem dano ou proveito — *dativo*.

O que fazemos ou amamos — *acusativo*.

Chamamos por — *vocativo*.

De quem, por quem, com quem, sem quem, em quem — *ablativo*.

Define o que é *número*, quantas declinações há e como se distinguem pela terminação do genitivo do singular: a primeira faz o genitivo em — *e*, a segunda em — *i*, a terceira em — *is*, a quarta em — *us*, e a quinta em — *ei*.

46

As regras da primeira e da segunda declinação ocupam o verso do fólio — aij, em vistosa composição com tarjas e capitais a vermelho, e comentário marginal; no fólio — aijj a regra da terceira declinação, e no verso as regras da quarta e da quinta, tudo com aliciente profusão de vermelhos decorativos.

A gramática segue, desenvolvendo a sua especial metódica, e apresentando verdadeiros prodígios de composição tipográfica; no verso do fólio [a²], aparece o esquema da conjugação do verbo «*Sū. es. fui. esse vel fore. essendi. essendo. essendum ens futurus.*»; logo a seguir, o rosto do fólio [a³] é inteiramente ocupado pela primeira das árvores gramaticais acima referidas e que em tamanho exacto reproduzimos, permitindo apreciar-se plenamente, a par da concatenação ideológica do método de PASTRANA, a boa técnica do desenho e da própria gravação; ficam de pé, evidentemente, todos os delicados problemas de autoria e de proveniência suscitados pela gravura, tal como para as da *Vita Christi* e dos demais incunábulos acontece; enquanto um album de reproduções de todos os gravados impressos em Portugal no século xv se não organizar, a fim de permitir comodamente o confronto com os gravados espanhóis e alemães do mesmo período, o problema das origens da gravura em Portugal dificilmente sairá do campo das hipóteses nem sempre justificadas em que, mais ou menos, tem estado.

O verso do fólio que insere a primeira árvore gramatical constitui apreciável exemplo da técnica tipográfica da oficina de Valentim Fernandes aplicada às subtilezas da conjugação do *Perfeito* e do *Imperfeito* e por isso se reproduz igualmente, sendo de notar que os traços vermelhos e os acentos colocados em algumas das letras são manuais; à oficina faltava material dessa natureza, que, aliás, não era usual ainda.

A segunda árvore gramatical, relacionando a construção transitiva e a intransitiva, ocupa, também, por inteiro, o verso do fólio [a⁷] e é, manifestamente, do mesmo gravador da primeira árvore.

Vem depois a teoria do *género* e sua determinação em quinze estiradas regras, e sucessivamente se vão assim devassando os mistérios do hieratismo gramatical até ao fólio [c⁸] verso, em que, terminada a iniciação na conjugação verbal, se entra em matéria de natureza mais teórica, se assim se pode dizer:

«Sequitur de introductorio.

«Grammatica quid est? Ars docens congrue loqui : recte scribere : debite partes pronunciare. Partes grammaticæ quot sunt? quatuor. Que?

Orthographia . prosodia . ethimologia . diasintetica . et finis est cognitio vocabulorum declinatio cum constructione eorum.

Orthographia quid est? Artificium quo littere cum sua compagine dinoscuntur.

Littera quid est? Minor pars dictionis que scribi potest.»

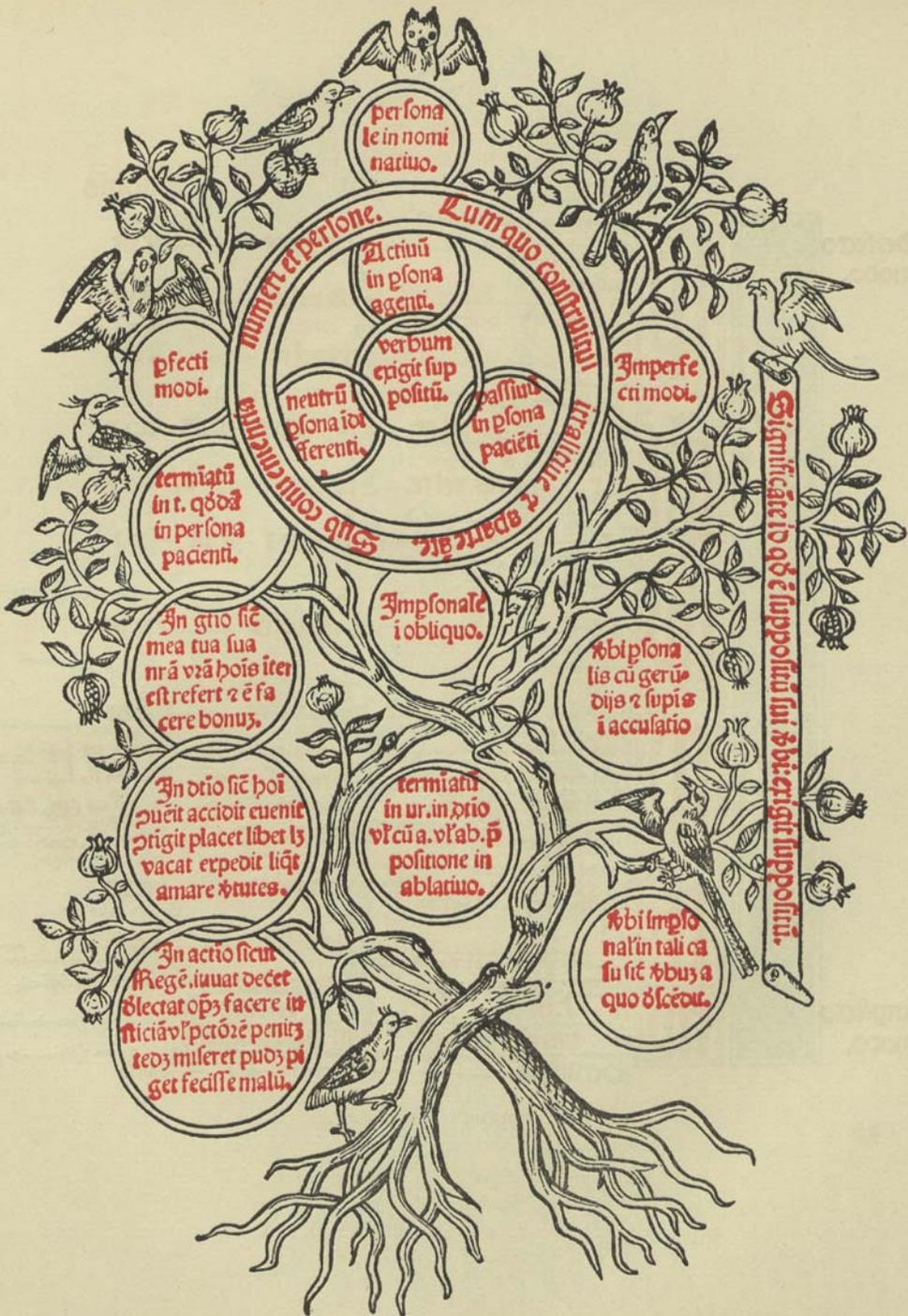
Etc.

E tudo largamente se desenvolve até o fólio [b⁶] ou [44], em cujo verso se conclui a matéria da acentuação, rematando a página, ao fim de dez linhas apenas, com um clássico *Deo gratias*.

Página seguinte em branco; é início de caderno e de novo tipo de *assinatura*: [aa] até [bb¹⁰]; dir-se-ia que nova obra aí começa; e de facto, no verso desse fólio [aa], ou [45], insere-se nova carta do DR. PEDRO ROMBO a mestre Valentim Fernandes.

48 Tal como fizemos para o primeiro destes valiosíssimos documentos, reproduzimo-la em gravura, damos a respectiva leitura corrente, e fazemo-la acompanhar da tradução portuguesa, para aqui expressamente obtida como deixámos dito.

PEDRO ROMBO identifica-se, desta vez, não apenas como *gramático*, mas como *Poeta e mestre de Arte Poética*, e ainda como autor do resumo gramatical que se segue à carta, por



Imperfecto modo.



| Ego | Tu | Aliquis |
|-------------------------|--------------------|---------------|
| cuomo p. automanido | s | ip. scama |
| O 2 | ris vel re | at ur |
| y. auferre s. frando | s | ip. se. scama |
| ac. s. frando | s | et ur |
| CO 2 | ris vel re | et ur |
| y. auferre lido | s | et. scama |
| exido | s | it ur |
| O 2 | ris vel re | it ur |
| a. cuomo | | ip. scama |
| M. auferre s. frando | s | et ur |
| E. r. p. | ris vel re | ato 2 |
| exido | re | ato 2 |
| m. p. auferre i. frando | s | et ur |
| et. scama | s | ato 2 |
| ea r. | ris vel re | et ur |
| y. auferre lido | s | ato 2 |
| at. scama | s | et ur |
| a r. | ris vel re | ato 2 |
| et. scama | s | et ur |
| a. cuomo | s | ato 2 |
| m | re | it ur |
| re r. | ris vel re | re ur |
| p. ex. auferre | s | et. scama |
| a. cuomo | s | et. scama |
| m | s | et. scama |
| ba r. | baris vel re | bat ur |
| i. auferre | s | et. scama |
| i. auferre | s | et. scama |
| rim | ris | et. scama |
| illem | stet | et. scama |
| ram | ras | et. scama |
| a. cuomo | is | et. scama |
| bo 2 | beris vel re | bit ur |
| a. cuomo | s | et. scama |
| m | s | et. scama |
| a r. | ris vel re | et ur |
| io | ris | et. scama |
| re | rum esse | et. scama |
| ri | um esse vel fuisse | et. scama |
| um esse vel fuisse | um esse vel fuisse | et. scama |
| Berundia | bo | dum |

Imperfecto modo.



ele extraído da obra (de PASTRANA?) conhecida por *Bordão dos cegos*, à semelhança do que o DR. ANTÓNIO MARTINS, Lente da Universidade de Lisboa, e outros gramáticos, haviam feito já, ao que parece, com o mesmo compêndio original.

Para a história do ensino do Latim no século xv em Portugal, e principalmente em Lisboa, a carta é documento de singular valia pelas referências que encerra aos doutíssimos Cónegos Regrantes de Santo Elói, ao Dr. António Martins, a Sebastião de Oeiras que fora professor do príncipe D. Afonso (filho de D. João II), e a outros nomes a identificar, como *Francisco* e *João de Santa Maria*.

«Pedro Rombo, professor de gramática e de arte poética, sauda ao seu caro Valentim Fernandes, impressor de livros.

O que com tanto interesse me pediste, caríssimo Valentim, desejaria cumpri-lo com ânimo de felicitar. Impedem-me tantos cuidados, e os negócios dos outros de vários modos me oprimem.

Assim, das musas da eloquência que desde adolescente me deleitaram, veementemente me distraem. Como Ulisses, sou capaz de não conhecer nenhum dos meus!

Até agora trataram [este assunto] nos Rudimentos das matérias, por António Martins extraídos do «Bordão dos cegos», Sebastião de Oeiras, mestre antigamente do sereníssimo príncipe Afonso que os fados indignamente como ao grande Palante arrancaram do meio da adolescência, e outros homens desta arte de Pastrana imitadores doutíssimos. Entretanto, eu, se alguma erudição, doutrina e ciência de dizer algum dia tive, deles bebi. A pedido de alguns, instado para redigir mais brevemente os rudimentos daquelas matérias com que fomos aleitados, ofereci comprazivelmente este opúsculo a Francisco que já faleceu, a João de Santa Maria, aos Cónegos Regulares em Santo Elói, aos meus neste tempo discípulos nesta arte de gramática, e a outros padres doutíssimos da mesma Ordem. Tu podes calcular, ó Fernandes doutíssimo, que coisa seja. E se alguém puder dispor de repouso, ou antes, eu diria, atrevimento, leia de bom grado a edição das matérias do citado nosso António, pois a mesma obra indica com quanto estudo e diligência tratei de as imprimir do próprio exemplar [autógrafo].

Portanto nenhuma glória recebi, com tanto trabalho, a não ser de ter feito a vontade com a minha diligência àqueles que me exortaram a isso.

Peço-te que com a mesma solicitude cuides de imprimir com caracteres da tua nobre arte este opúsculo, escrito por mim para louvor de Deus Omnipotente e de Maria Imaculada, Mãe de Deus. Adeus».

Abrange esta segunda parte do volume dezasseis fólhos, inumerados como os quarenta e quatro da primeira, que termina com o *Deo gratias*, e agrupados em dois cadernos apenas, assinados [aa] — aaiij, bb — bbv.

A seguir à segunda carta do DR. PEDRO ROMBO enuncia o fólho aaij o assunto da obra em duas linhas de epígrafe impressas a vermelho, como a nossa gravura fielmente apresenta:

— *Materiarum editio ex baculo cecorū a petro rombo in artibus baccalariorum collecta incipit.*

O «*bordão dos cegos*» explana então as suas definições, que é curioso aproximar das que o «*Tesouro dos Pobres ou espelho dos meninos*» anteriormente forneceu; desta vez, «*Grammatica est ars docens comune vulgagium quod consistit in tribus que faciunt hominem grammaticum.*

Primum, est cognitio vocabulorum. unde omne vocabulum aut est nomen aut verbum aut adverbium: sumendo vocabulum large pro dictione.

Secundum, declinatio eorum et declinatio est principii retentio et finis variatio. Nomen declinatur per suas declinationes; verbum suas per conjugationes; adverbium non declinatur.

Tertium, constructio ipsorum. Et fit quatuor modis, scilicet — inter substantivum et adjectivum; inter relativum et antecedens; inter suppositum et verbum; et quando una dictio exigit aliam post se.»

Etc.

O comentário marginal, que na primeira parte do volume acompanhava sempre e tão de perto o texto, falta agora por completo; e no rosto do fólio [bb¹⁰] ou [80], as últimas quatro linhas, separadas, por uma de intervalo, do texto que terminou, categòricamente autenticam em colofon a própria obra, o lugar da impressão, o nome de quem a imprimiu e a data em que foi concluída, como perfeito registo de nascimento que de facto é, e de inestimável valia para a história tipográfica de Lisboa, desde agora enriquecida com um novo e insuspeitado incunábulo.

Dizem assim essas expressivas quatro linhas de encerramento da obra, como já acima se mostrou na gravura respectiva:

Explicit materiarum editio a Petro Rombo ex baculo cecorum breviter collecta. Impressa vero Ulixbone per Valentinum Ferdinandi de Moravia. Ad laudem omnipotentis Dei ejusque genitricis Millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. sex Kalendas Junii.

Acabou, portanto, a impressão a 6 das calendas de Junho de 1497, ou seja a 27 de Maio desse preciso ano.

O volume podia perfeitamente terminar aí, que nenhuma falta se lhe notaria. Mas continua, estranhamente.

Verso do fólio em branco, e mais quatro cadernos se seguem, com trinta novos fòlios, assinados, como no princípio desta notícia se disse, [A] — Aiiij, B — Biiij, C — Ciiij, D — Diiij.

A primeira página, enquadrada em tarjas tipográficas a que já acima nos referimos, e que a nossa gravura reproduz, informa nas suas três linhas da epígrafe, impressa a vermelho, do assunto e autoria das páginas que se seguem, dizendo:

Antonii Martini primi quondam hujus artis Pastrane in alma Universitate Ulixbonensi preceptoris, materiarum editio a baculo cecorum breviter collecta incipit.

Trata-se, pois, do resumo que o DR. ANTÓNIO MARTINS, antigo Lente de gramática na Universidade de Lisboa, fez, do compêndio (de JUAN DE PASTRANA?) intitulado «*Bordão dos Cegos*».

Da existência da obra tínhamos conhecimento já pelas *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*, de FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, que BARBOSA MACHADO extratou, como dissemos; ao passo, porém, que ambos aqueles bibliógrafos (e, com eles, D. Manuel II também) datavam de 1501 a primeira edição do resumo do DR. ANTÓNIO MARTINS, agora se verifica ter sido a obra impressa já em 1497 e por Valentim Fernandes (a edição de 1501 é da oficina de João Pedro Bonhomini de Cremona).

E sabemos também, pelas declarações contidas na carta do DR. PEDRO ROMBO que antecede o seu resumo do mesmo *Bordão dos Cegos*, (de PASTRANA?) a parte por ele próprio tomada na impressão do trabalho do DR. ANTÓNIO MARTINS, a que expressamente se refere.

Para mais perfeita elucidação de tão importante assunto, intimamente ligado à história do ensino Universitário de Lisboa, aqui se arquiva quanto o Beneficiado FRANCISCO LEITÃO FERREIRA apurou nas suas citadas *Notícias cronológicas* (1.^a Parte, pág. 484 e segs. e da 2.^a ed., de 1937), e que tem de ser corrigido perante os novos elementos agora trazidos ao conhecimento geral.

Petrus Rombo grammaticæ atq; poetice artis professor dilecto sibi Valentino Ferdinandi librorum impressori. S. P. D.



Si quod a me tantopere esflagitasti Valentine charissime. gratanti animo obsequi optassem. tot me impediunt cure aliorumq; negotia modis varijs astringunt et a dicendi musis que me maxime ab adoleſcencia delectarunt. ita vehementer distrahunt: vt tanquam Alirex: neminem meorum nouerim. Cumq; in materiã rudimentis ab Antonio martini ex baculo cecorum editis: Sebastianus de huezras magister quondã serenissimi principis Alfonso quẽ fata indigne. vt palanta magnũ. a medio in adoleſcentia abstulerunt. Alijque viri huius artis pastrane imitatores doctissimi hucusq; versati sunt. Nichilominus ego cui si quod eruditionis doctrine sermotionalisq; scientie indies fuit: ab eis hausi. Esflagitatus tamen quorũdã precibus. vt ipsarũ materiã rudimentã quibus omnes lactati sumus in breuius redigerem. Hoc opusculũ Francisco qui iam animã reddidit Johãni etiã de sancta maria. canonicis regularibus in sancto eligio meisq; in arte grammatice ea tẽpestate discipulis alijsq; eiusdẽ ordinis patribus doctissimis libẽter obtuli: quod qualecũq; sit ferdinãde doctissime tu potes cõijcere: quod si cui otio vel proteruitate potius (vt ita dixerim) cõtẽptui sit: prefati nostri Antonij materiã editio nẽ equo aio legat quã quanto studio atq; diligẽtia a proprio erẽplari imprimi curauerim: res ipsa indicat. Cũ igitur nulla proorsus gloria hoc tantũ oneris susceperim quã vt industria mea his qui me ad hoc hortati sunt morẽ gererẽ te rogo vt ea diligẽtia hoc opusculũ caracteribus tue nobilis artis imprimi curaueris: qua a me scriptus est ad laudẽ dei omnipotentis eiusq; immaculate dei genitricis marie. Vale.

Petrus Rombus grammaticæ atque poetice artis professor. dilecto sibi Valentino Ferdinandi librorum impressori. Salutem plurimam dicit.

Et si quod a me tantopere eflagitasti Valentine charissime. gratanti animo obsequi optassem. tot me impediunt cure aliorumque negotia modis variis astringunt et a dicendi musis que me maxime ab adolescentia delectarunt. ita vehementer distrahunt: ut tanquam Ulixes: neminem meorum noverim. Cumque in materiæ rudimentis ab Antonio Martini ex baculo cecorum editis: Sebastianus de Hueyras magister quondam serenissimi principis Alfonsi quem fata indigne. ut Palanta magnum. a medio in adolescentia abstulerunt. Aliique viri hujus artis Pastrane imitatores doctissimi hucusque versati sunt. Nihilominus ego cui si quid eruditionis doctrine sermotionalisque scientie in dies fuit: ab eis hausi. Eflagitatus tamen quorundam precibus ut ipsarum materiæ rudimenta quibus omnes lactati sumus in brevius redigerem. Hoc opusculum Francisco qui jam animam reddidit Johanni etiam de Sancta Maria. canonicis regularibus in Sancto Eligio meisque in arte grammatica ea tempestate discipulis aliisque ejusdem Ordinis patribus doctissimis libenter obtuli: quod qualecumque sit Ferdinande doctissime tu potes conicere: quod si cui otio vel protervitate potius (ut ita dixerim) contemptui sit: prefati nostri Antonii materiæ editionem equo animo legat quam quanto studio atque diligentia a proprio exemplari imprimi curaverim: res ipsa indicat. Cum igitur nulla prorsus gloria hoc tantum oneris susceperim quam ut industria mea his qui me ad hoc hortati sunt morem gererem te rogo ut ea diligentia hoc opusculum characteribus tue nobilis artis imprimi curaveris: qua a me scriptum est ad laudem Dei omnipotentis ejusque immaculate Dei genitricis Marie. Vale.

TRANSCRIÇÃO EM LEITURA CORRENTE, COM AS ABREVIATURAS DESDOBRADAS,
DA 2.ª CARTA DO DR. PEDRO ROMBO A VALENTIM FERNANDES

Et Materiarum editio ex baculo cecorum a petro rombo in artibus baccalario breuiter collecta incipit.



Grammatica est ars docens comune vulgagium quod consistit in tribus que faciunt hominem grammatice. Primum est cognitio vocabulorum. unde omne vocabulum aut est nomen aut verbum aut aduerbium: sumendo vocabulum large per dictione. Secundum declinatio eorum et declinatio est principij retentio et finis variatio. Nomen

declinatur per suas declinationes. verbum suas per coniugationes. aduerbium non declinatur. Tertium constructio ipsorum. Et fit quatuor modis. scilicet inter substantiuum et adiectiuum. inter relatiuum et antecedens. inter suppositiuum et verbum. et quando una dicitio erigit aliam post se. Et primo noui scolares debent doceri constructiones casuum et inde. per regulam puerilem. scilicet que habet et cetera. plane instruendi sunt componere thema

Quinqz sunt concordantie grammatice. scilicet casus generis numerus. persona et debita rectitudo. Ad quam requiruntur quatuor. duo ex parte suppositi. scilicet debitus casus et debita habitudo. duo ex parte verbi. debita proprietate et debita significatio

Unde secundum proprietatem ordinetur in debito casu. Et secundum significationem in debita habitudine ut patet in arbore prima

Substantiuum est in cuius uol non recte dicitur causa. Adiectiuum garumatio recte

Conueniunt in casu genere et numero.

Relatiuum est ante late rei recordatiuum. Antis. est initium rei post ferre de precedens. conueniunt in genere. numero. et persona.

Suppositiuum est cui pertinet actus et significatio verbi. vel quod precedit uerbum vel intelligit precedere. Uerbum quod declinatur sine casibus conueniunt in numero et persona.

| | | | |
|--------------------|---------|---------------------|---------|
| Q uomodo in | casu | ¶ ambo sint eiusdem | casus |
| | genere | | generis |
| | numero | | numeri |
| | persona | | persona |

Referindo-se a Coimbra e à tipografia do Mosteiro de Santa Cruz, em 1534, e reportando-se a D. NICOLAU DE SANTA MARIA, cronista dos Cónegos Regrantes, anota ele:

«1175 Escreve também o mesmo Chronista, *ubi supra*, liv. X. cap. 4 n. 6. pag. 299. e cap. XII. n. 4 pag. 326. que no anno de 1535. se imprimira por ordem delRey D. Joaõ o III. a primeira Arte de Latim, que em Portugal sahio à luz, composta por D. Maximo de Sousa, Conego Regular da mesma Casa, e que por ella se ensinara nas Escolas menores de Coimbra muitos annos, ainda depois das ditas Escolas serem entregues aos Reverendissimos Padres da Companhia de Jesus, no anno de 1555. até que o Padre Manoel Alvares compoz a Arte onde commumente aprendemos, dada à luz em volume de quarto: *Olyssipone. Excudebat Joannes Barrerius Typographus Regius M. D. LXXII.* revista, e approvada no mesmo anno, em 9. de Setembro, por D. Affonso de Castello Branco, que depois foy Commissario Geral da Bulla, Bispo do Algarve, e de Coimbra, o que me faz sospeitar ser a primeira edição; porém não deixarey de dizer, sem prejudicar à gloriosa primazia do Padre D. Maximo, em semelhante genero de escritos neste Reyno, que no seculo decimo quinto se ensinava a lingua Latina nas Escolas da Universidade de Lisboa, pela Arte de Joaõ de Pastrana, a qual na mesma Cidade, em volume de quarto, e letra Gothica, se acabou de imprimir no anno de 1501. aos 28. de Novembro, explanada por Antonio Martins, que na dita Universidade havia sido o primeiro Mestre da referida Arte, como tudo consta della.

1176 E porque a sua muita antiguidade a tornou rarissima, tanto assim, que D. Nicolau Antonio, no segundo todo da *Bibliotheca Vetus*, titulo *Scriptorum incerti temporis*, a pag. 268. fazendo menção desta Arte de Pastrana, diz, que até entãõ não tinha visto algum exemplar seu impresso, senãõ um manuscrito, que na Livraria da Santa Igreja de Sevilha se guardava: *Interim tamen, dum rarissimum librum non videmus, in Bibliotheca Hispalensis almæ Ecclesiæ asservatur Joannis Pastranæ commentum Grammaticæ manuscritum, in quarto, caractere satis antiquo;* descreverey aqui hum exemplar, que vî assaz bem tratado, da edição, que acima mencioney. Na primeira folha, ou frontispicio se vem estampadas as Armas Reaes de Portugal à mão direita, e à esquerda, em proporção igual, huma esfera com seu pé, e por baixo em letras Gothicas maiusculas: *Gramatica Pastrane;* na folha seguinte se lê este principio: *Incipit compendium breve & utile: sive tractatus intitulus thesaurus pauperum: sive speculum puerorum editũ a Magistro Johanne de Pastrana.* Fenece esta Arte, (que não tem numero algum de folhas, nem de paginas) em pouco mais do meyo do volume; e logo entra outro Tratado, com o titulo seguinte: *Antonii Martini primi quondam hujus artis pastrane in alma Universitate Ulixbonensi præceptoris: materiarũ editõ à baculo cecorum breviter collecta incipit.* No fim da ultima folha do volume, vem esta declaração: *Magistri Johãnis de pastrana compendium cum conjugationibus tempor. noviter inventis: cũ materiabus Antonij martini: & temporum formationibus in (com)positione ab Antonio Nebrisseñ abstract, & qbusdã clausul' à Terentio iuvenib' magnop(er)e conducẽtibus: sũmu cũ diligentia à bachalario Johãne Valasci correctũ: & p(er) venerabilem Johãnem petri de bonis hõibus de cremona in sblendidissima Ulixbone civitate quarto Kalendas Decembris impressum año dñi millesimo qgentesimo primo felici sydere explicit.*

1177 Do theor das palavras acima se collige: Que a dita Arte de Pastrana, também se intitulou *Tesouro de pobres*, e *Espelho de meninos*: Que Antonio Martins foy o primeiro Mestre, que na Universidade de Lisboa a leo, e explicou, addicionando-lhe muitas coisas mais, que resumio de outro livro, chamado *Baculo de cegos*: Que já entãõ, quando se deo à luz impressa, Antonio de Nebrixa tinha adquirido para as suas doutrinas grande nome: Que o Bacharel João Vaz emendara todo aquelle aggregado de Opusculos: E que Joaõ Pedro de Cremona os imprimira, e a impressãõ se acabara aos 28. de Novembro de 1501. na illustre Cidade de Lisboa.

1183 Estas grammaticas, que em Portugal sahiraõ à luz, e andaraõ nas mãos de todos, em tempos tão antigos, não sey que cessassem nas Escolas publicas, com a introdução da Arte do Padre D. Maximo de Sousa, nem que só reynasse esta no magisterio da lingua Latina entre nós, até vir a eclipsar as do Padre Manoel Alvares; antes tenho por muito verosimil, que cada Mestre na sua Escola, ou dictaria alguma propria, ou explicaria a de Pastrana, como por opiniaõ commua escreve D. Nicolao Antonio: *Joannes de Pastrana, grammaticus, primus fortè gentem nostram docuit Grammaticam artem, quo & aliis rudibus adhuc magistris aliarum gentium utebamur. Omnes enim Pastranæ Grammaticam regnasse in Scholis nostris, antequàm ex Italiâ reversus ex Bononiensi Universitate, ac S. Clementis Hispanorum Collegio suam artem Hispaniæ invexisset Antonius Nebrissensis, in ore habent, iguari tamen quisnam homo, aut cujus temporis: quod exscriptis ejus hauriri posse nullus dubito; isto confirmaõ as palavras, que da mesma Arte impressa acima transcrevi, porém não dizem, que homem elle fosse, nem quando florecesse».*

Agrupa, o resumo do DR. ANTÓNIO MARTINS, toda a matéria do «Bordão dos Cegos» em trinta capítulos numerados, a que é preciso acrescentar mais vinte e sete que não numerou mas que diferenciou com epigrafe própria, como verdadeiros capítulos também; com as respectivas rubricas organizámos nós a seguinte *tábua de matérias*:

- Capítulo 1.º (sem título). *Os três conhecimentos indispensaveis a quem deseje ser gramático).*
- Capítulo 2.º *De concordantiis grammaticalibus.*
- Capítulo 3.º *De substantivo et adjectivo.*
- Capítulo 4.º *De antecedente et relativo.*
- Capítulo 5.º *De supposito et verbo.*
- Capítulo 6.º *De notandis ante compositionem latini per suppositum et verbum.*
- Capítulo 7.º *De activa.*
- Capítulo 8.º *De passiva.*
- Capítulo 9.º *De verbo impersonali passive vocis.*
- Capítulo 10.º *De sum . es . fui.*
- Capítulo 11.º *De habitudinibus et de pendentis.*
- Capítulo 12.º *De conditionibus dependentie verbi in speciali.*
- Capítulo 13.º *De cognitione verbi habentis significationem passivam tantum.*
- Capítulo 14.º *De verbis impersonalibus in generali.*
- Capítulo 15.º *De verbis impersonalibus terminatis in ur in speciali.*
- Capítulo 16.º *De verbis impersonalibus terminatis in t.*
- Capítulo 17.º *De constructionibus circa ista pronomina . vz . mea tua etc.*
- Capítulo 18.º *De verbis impersonalibus ex adjuncto seu per compositionem.*
- Capítulo 19.º *De materia infinitivi.*
- *De futuro infinitivi.*
- Capítulo 20.º *De materia gerundiorum et supinorum.*
- Capítulo 21.º *De materia participiorum.*
- Capítulo 22.º *De materia de amar e por amar.*
- Capítulo 23.º *De materia formarum.*
- *De forma inchoativa.*
- *De forma meditativa.*
- *De forma frequentativa.*
- *De forma desiderativa.*

**Antonij martini primi quondā huius artis paftra-
ne in alma vniuerfitate Alirbonenfi preceptoris. ma-
frierū editio abaculo cecorū breuiter collecta incipit**

Capitulum primū.



Standū est q̄ tria sunt q̄ faciūt ho-
minē esse grāmaticū. **Primū** est co-
gnitio vocabulorū. **Secundū**. de-
clinatio eorum. **Tertiū** constructio
ipforū. **Ad primū** est sciendū. q̄
omne vocabulū. aut est nomē. aut
verbū. aut aduerbiū. fumendo hic
vocabulū large. seu appropriate p

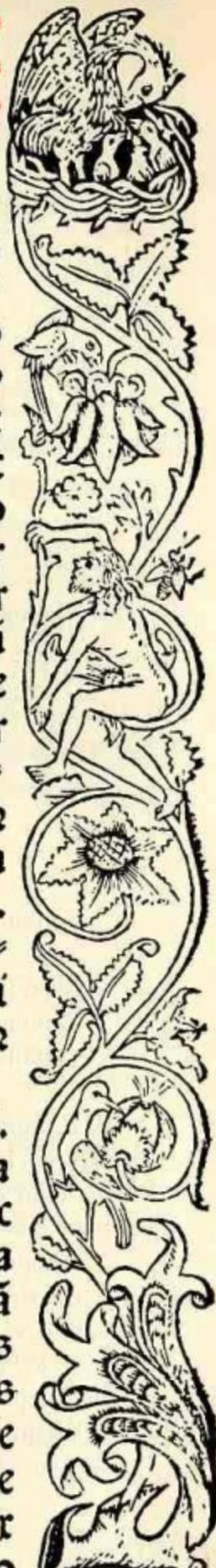
dictione. Quare per nomē intelligitur omne qd̄ declinatur per
casus. **Per verbū** omne qd̄ declinatur sine casibus. **Per aduer-**
biū intelligitur omne qd̄ nō declinatur. **Ad secundū** dicendū
est: qd̄ declinatio est principij retentio ⁊ finis variatio. Quare
nomē declinatur per suas proprias declinationes. Verbū per
suas proprias coniugatiōes. Aduerbiū nō declinat. **Ad ter-**
ciū dō est q̄ constructio est cōgrua dictionum vniō. **Uñ** quorū
habemus modos construēdi seu ordinādi vnū vocabulū cum
alio vocabulo. **Prim⁹** modus est inter substantiuū ⁊ adiectiuū.
Sec⁹ inter relatiuū ⁊ ācedēs. **Tercius** inter suppositū ⁊ ver-
bū. **Quartus** quādo vna dictio erigit aliā post se ad sui d̄termi-
nationē. De quibus est videndū per ordinē. sed prius de cōcor-
dantijs grāmaticalibus que sunt quinqz.

De concordantijs grāmaticalibus

Capitulū .ij.



Standū est q̄ quinqz sunt concordātie grāma-
ticales seu modi significandi accidentales respec-
tīui videlz. casus genus numerus p̄sona ⁊ debita
rectitudo. **Prime** tres cōcordātie accidūt substā-
tīuo ⁊ adiectiuo. videlz casus genus ⁊ numerus
in quib⁹ adinuicē habēt cōuenire. **Alie** tres imediāte sequētes
accidūt ācedenti ⁊ relatiuo. s. genus numer⁹ ⁊ p̄sona. **Alie**
tres postreme accidūt supposito ⁊ verbo. s. numer⁹ p̄sona ⁊ de-
bita rectitudo. **Et** ad debitā rectitudinē requirūt quorū. **Duo** ex
parte suppositi. videlz debit⁹ casus ⁊ debita habitudo. **Et** duo



- De forma diminutiva.
- De forma imitativa.
- De forma apparitiva.
- Capítulo 24.º De materia nominum verbalium.
- De verbali terminato in or.
- De verbale in trix.
- De verbali terminato in bilis.
- De verbalibus naturam specialem habentis.
- De verbali in iuus.
- De verbalibus in. ns. us. dus.
- Capítulo 25.º De materia comparationis.
- De gradu.
- De positivo.
- De comparativo.
- De superlativo.
- Capítulo 26.º De grammatica figurativa.
- De Prolensi.
- De Silensi.
- De Zeumate.
- De Appositione.
- De Evocatione.
- De Sinedoche.
- De Sinthosi.
- De Antithosi.
- Capítulo 27.º De relationibus et relativis.
- De relativis.
- Capítulo 28.º De interrogationibus et interrogativis.
- Capítulo 29.º De responsionibus et responsivis.
- Capítulo 30.º De intrinsecationibus me. te. se.

Termina aqui a relação das matérias que o ensino universitário de Lisboa no século xv considerava indispensáveis para o conhecimento da língua latina, pois com elas se elaborara o resumo dum compêndio largamente difundido nas escolas de Espanha e de lá passado ao nosso País; tudo isto, como dissemos, ainda em 1518 se reimprimia e, por consequência, se adoptava.

Termina, também, o volume que temos vindo a descrever; estamos no verso do fólio [D^s], de vinte e uma linhas apenas, rematadas pelo consagrado *Deo gratias*, como da nossa gravura se vê.

O fólio imediato, último do volume, é inteiramente occupado pelo segundo colofon que já acima reproduzimos, rematado pela insignia de mestre Valentim Fernandes impressor.

Dizem as dezasseis linhas do encerramento, dispostas em triângulo de vértice apontado ao alto, ao contrário do que era corrente, desdobradas as abreviaturas:

60 ✱ / ¶ Expli-/ciunt mate-/rie Antonii/Martini a baculo/cecorum breviter col-/lecte cum re-
 gulis compositio-/num de amar e por amar e/relativorum ut sui discipuli prece-/ptores in scriptis
 hujusmodi suo/tempore tradiderunt ad honorem Dei/omnipotentis necnon et sue genitricis Vir-/
 ginis Marie. Impressum vero Ulixbone/ per Valentinum Ferdinandi de Moravia. Anno/incarna-
 tionis Domini millesimo quadingentesi-/mo nonagesimo septimo. Die vero. XX. mensis junii.

Concluído o exame do volume que o despacho ministerial de 24 de Agosto de 1954 mandava recolher à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, e que até aqui, para efeito do presente relato, mais sucinto do que desejaríamos, temos vindo a considerar no seu conjunto apenas, importa agora procurar compreendê-lo no seu aspecto editorial, objectivo principal da presente notícia.

Como vimos, o volume compõe-se nitidamente de três partes distintas: o *Thesaurus pauperum sive Speculum puerorum*, de JOÃO DE PASTRANA, com comentário do DR. PEDRO ROMBO (seis cadernos assinados [a] — bb), e carta-prefácio do comentador; um resumo do *Baculum cecorum*, (de PASTRANA?) feito igualmente pelo DR. PEDRO ROMBO (dois cadernos assinados [aa] — bb também) com carta-prefácio do mesmo; e, por último, outro resumo do *Baculum cecorum* também, mas da autoria do DR. ANTÓNIO MARTINS (quatro cadernos assinados [A] — D).

A primeira das três espécies, sem colofon, termina pela fórmula — *Deo gratias*, e omite o lugar de impressão, a data e a oficina.

A segunda, tem colofon relativo unicamente a ela, sem qualquer alusão à primeira, e regista a data de 6 das calendas de Junho de 1497, que corresponde a 27 de Maio, para seu acabamento, o lugar de impressão (Lisboa) e a oficina (de Valentim Fernandes).

Quanto à terceira, o seu colofon exclui toda a participação com qualquer das anteriores e declara ter sido impressa no dia 20 de Junho de 1497, em Lisboa, e por Valentim Fernandes.

Como os caracteres da primeira são absolutamente os mesmos empregados na segunda e na terceira, nenhuma dúvida há quanto à proveniência de todas elas como produto das oficinas de Valentim Fernandes.

Uma conclusão parece então impor-se: o volume é uma miscelânea gramatical, baseada em obras de JOÃO DE PASTRANA; simplesmente, insere não um incunábulo apenas, mas três.

Desta forma se explica a existência dos dois colofones com data diferente; de resto, já FRANCISCO LEITÃO FERREIRA considerara a edição de 1501 (idêntica à de 1497, ao que parece), como um *agregado de opúsculos*.

Não é outra coisa, seguramente, o tesouro bibliográfico revelado agora aos estudiosos como glória da cultura humanística do século xv em Portugal e como troféu altamente significativo da actividade tipográfica de Lisboa no século áureo de Valentim Fernandes e da *Vita Christi*.

Depois do aparecimento, registado em 1920, do *Votivale missarū secundū ritū romane curie*, de 10 de Março de 1496, impresso também por Valentim Fernandes, e da descoberta de um exemplar dos *Euangelhos e Epistolas con suas exposições en romãce*, impressos no Porto na oficina de Rodrigo Álvares, em 1497, igualmente encontrado em 1920, a notícia documentada de agora, incorporando no património cultural da Nação *três novos incunábulos*, é, positivamente, a mais emocionante de quantas nos últimos tempos tem vindo a público relativamente à Tipografia da Península Ibérica no século xv, em que Lisboa ocupa indiscutivelmente posição de acentuado relevo.

No rol dos incunábulos portugueses faltava até aqui um livro didático; esse sector da Cultura nacional não podia ter esquecido a quem, desde a introdução da Tipografia no Reino, tão completamente mostrara compreender a elevada missão da *Arte famosa*.

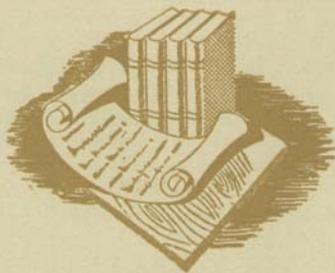
Com as obras cuja existência amplamente se deixa documentada nas páginas acima, tem, pois, de ser corrigida não só a relação dos incunábulos da *Bibliografia Geral Portuguesa*, mas todas as suas considerações, parcelares, de datas, de línguas, e muito especialmente a operosidade editorial desse extraordinário Valentim Fernandes, cada vez mais digno da admiração e do reconhecimento dos portugueses.

Do exemplar duma edição espanhola de 1492, existente na Biblioteca Pública de Évora, dizia o benemérito bibliógrafo CONRAD HAEBLER que «*Esta edición desconocida á todos los bibliógrafos es de los libros más curiosos que se han producido en los primeros tiempos de la imprenta*». Da edição portuguesa de 1512 escrevia D. MANUEL II que ela «*é desconhecida de todos os bibliófilos, sendo muito possível que o nosso exemplar seja o único que hoje exista*». E noutro lugar acrescenta: «*O grande interesse d'esta obra é a sua belleza e o ser, quasi com certeza, um exemplar unico; como dissemos, é um livro diferente de todos os que possuímos impressos em Portugal no seculo XVI, e um valiosissimo documento para o estudo da typographia em Portugal*».

Nenhumas outras palavras mais apropriadas do que estas, nem mais autorizadas, podíamos nós encontrar para encerrar as nossas breves considerações, inteiramente consagradas à exaltação de Lisboa na história da Tipografia no século xv e à sua excepcional posição no plano nacional da Cultura pedagógica e humanística.

António Gomes da Rocha Madahil.

(Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Brago).





A VOZ DA CIDADE

Prosseguindo na sua acção, *A Voz da Cidade* executou durante o 4.º trimestre de 1954, todas as sextas-feiras, pelas 21,30 horas, através dos microfones da Emissora Nacional (Lisboa II), o seguinte programa:

OUTUBRO

DIA 1

- *Edital* — Sobre a rubrica «História romântica de Lisboa».
- *As estátuas da Avenida* — À memória de quatro homens invulgares perpetuados nas estátuas da Avenida.
- *Para uma Lisboa nova* — Diversas obras a realizar pelo Município de Lisboa.
- *Houve uma desordem na Ribeira* — Sobre a desordem ocorrida em Outubro de 1740.
- *Canções da Cidade* — O fado; ligado à tradição lisboeta.

64

DIA 8

- *Edital* — Sobre os pontos de reunião que se estendem por Lisboa nova, descongestionando a Baixa.

— *V. Ex.^a sabe o que é um salmonete?* — Refere-se ao «Centro de Aprendizagem destinado aos vendedores de peixe» de Paris.

— *Uma figura popular de Lisboa* — Sobre a figura do conhecido Fradinho de Xabregas.

— *O Rossio de Valverde* — Factos da nossa história que estão ligados ao velho Rossio.

DIA 15

— *Edita*l — Sobre o Inverno lisboeta.

— *No próximo domingo, música em Lisboa* — O Concerto pela Banda do Comando da Guarda Nacional Republicana, no Pavilhão dos Desportos.

— *Uma ponte ou um túnel* — Acerca do problema entre as duas margens do Tejo.

— *Histórias de Lisboa* — Sobre a Irmandade de Nossa Senhora de S. Domingos que está na Igreja do mesmo nome, em Benfica.

— *Obras na Cidade* — Sobre os benefícios que certas obras trazem à Cidade.

— *O cofre forte de S. José* — Acerca da casa forte do Hospital de S. José.

DIA 22

— *Edita*l — Sobre a instalação do cais flutuante em Belém.

— *Ao serviço da população* — *O novo Matadouro* — Faz referência ao novo Matadouro Municipal.

— *Quando os lisboetas do século XVI atravessavam o Rio* — História a travessia do Tejo naquelas remotas eras.

— *Gosta de Lisboa, e porquê?* — Sobre a nova rubrica que a *Voz da Cidade* passa a transmitir.

— *Pitoresco da velha Cidade* — Acerca da típica Alfama.

DIA 29

— *Edita*l — Sobre a exposição de fotografias legadas ao Município por Henrique Maufroy de Seixas.

— *Comemorações de Lisboa* — Sobre as solenidades do dia 25 de Outubro.

— *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras de Manuel Martinho.

— *Um notável melhoramento na Cidade* — Faz referência à inauguração do Novo Matadouro Municipal.

— *Aquela Lissibona* — Descrição histórica da conquista de Lisboa aos Mouros.

NOVEMBRO

DIA 5

— *Edita*l — Sobre os graves acidentes de viação, ocasionados pela juventude imprudente.

— *As termas de Lisboa* — Descrição histórica das Alcaçarias do Duque.

— *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras do jornalista Mário Rosa.

— *Tempestade sobre Lisboa* — Refere-se a diversos temporais que causaram grandes prejuízos na Capital.

— *Notícias municipais* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.

— *Encanto disperso da Cidade!* — Sobre o popular Bairro de Campo de Ourique.

DIA 12

- *Edital* — Lisboa, paraíso terrestre dos estrangeiros.
- *Revista Municipal* — Referência ao n.º 61 desta publicação.
- *No São Martinho de há trezentos...* — Descrição de um motim popular de 1663 sobre o açambarcamento da castanha.
- *Canções de Lisboa* — Sobre a beleza e graça das canções lisboetas.

DIA 19

- *Edital* — Sobre o centenário de Garrett.
- *Notícias da Capital* — Alusão a diversas obras em via de execução.
- *História de um palácio de Lisboa* — Descrição histórica do Palácio da Mitra.
- *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras do actor Assis Pacheco.
- *Aquarelas de Lisboa* — Descrição de aspectos típicos de Lisboa.

DIA 26

- *Edital* — Sobre o asseio e conservação das escadas dos prédios de Lisboa.
- *A colecção garrettiana* — Exposição bibliográfica e pictórica relativa a Garrett.
- Alusão à permuta de terrenos entre a C. M. L. e a Companhia de Seguros «A Mundial».
- *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras da actriz Laura Alves.
- *Um amigo desta Lisboa* — Evocação de Norberto de Araújo.
- *Bairros típicos de Lisboa* — Alfama.

DEZEMBRO

DIA 3

- *Edital* — Sobre a decoração das montras de Lisboa, na época do Natal.
- *Evocação literária* — Reunião comemorativa da publicação da *Revista «Orfeu»*.
- *Vai abaixo o teatro Apolo* — Derradeiros dias do teatro Apolo.
- *As ruas da Madragoa* — Aspectos típicos de Lisboa.

DIA 10

- *Edital* — Boa vontade e compreensão, seria o ideal no Natal lisboeta.
- *A nova vereação municipal* — Sobre a eleição e posse dos novos vereadores.
- *Homenagem a Norberto de Araújo* — Evocação dum olisipógrafo.
- *Notícias municipais* — A atribuição do «Prémio Júlio César Machado». Sobre a demolição de prédios.
- *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras do escritor Augusto Pinto.
- *Há três séculos atrás uma explosão em Lisboa* — Descrição duma explosão, provocada por garotos de há trezentos anos.

DIA 17

66

- *Edital* — Elogio à arquitectura de Lisboa.
- *Problemas desta Cidade* — Sobre o ruído dos veículos motorizados, nas ruas da Capital.
- *Gosta de Lisboa, porquê?* — Palavras da actriz Laura Alves.
- *Panorama lisboeta* — Ecos duma época extinta — Garrett e Hans Christian Andersen.

DIA 24

- *Edital* — Natal, alegria no coração de Lisboa.
- *Teremos uma Cidade melhor* — Sobre a valorização e desenvolvimento da Capital.
- *Quadros de uma Cidade* — Imagens poéticas e melancólicas da vida cidadina.
- *Um Natal de há cem anos* — O Natal lisboeta no século passado.

DIA 31

- *Edital* — Ano Novo, uma Lisboa melhor.
- *Saudades lisboetas* — A Ermida de Santo Amaro, suas festas e romarias.
- *Aconteceu no Chiado* — Descrição de um incêndio em Novembro de 1889.
- *O comboio que fez rir os nossos avós* — Relembrando coisas d'outrora, para quietação das índoles exaltadas de hoje...





PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

POSTURAS E
REGULAMENTOS,
EDITAIS,
DELIBERAÇÕES
E DESPACHOS

1 D E O U T U B R O
A 31 DE DEZEMBRO DE 1954



POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

POSTURAS E REGULAMENTOS APROVADOS NAS REUNIÕES CAMARARIAS

De 16/12 (Continuada em 30/12) — Regulamento do Orçamento para o ano de 1955.

EDITAIS

De 13/10 — Faz saber que o projecto do 2.º Orçamento Suplementar para o ano de 1954 está patente ao público.

De 29/10 — Faz saber que é obrigatória a vacinação anti-rábica dos caninos com mais de quatro meses de idade e que tal vacinação pode ser feita gratuitamente nos postos de vacinação da Câmara Municipal de Lisboa.

De 17/11 — Faz público que as Ruas A e B do novo Bairro do Grilo, passam a denominar-se, respectivamente, Rua da Margem e Rua da Quinta da Aduela.

De 15/12 — Faz saber que o projecto do Orçamento Ordinário para o ano de 1955 está patente ao público.

De 19/12 — Faz público a abertura do cofre para pagamento de licença de velocípedes e triciclos; de carroças; sobre bilhares; sobre espectáculos públicos, e publicidade e de ocupação de via-pública.

De 30/12 — Faz público que a renovação e cobrança à boca do cofre das licenças dos canídeos de guarda, caça e luxo para o ano de 1955, se efectuará, no concelho de Lisboa, de 3 de Janeiro a 31 de Março.

* Faz público a deliberação da Câmara, de 16/12/1954, que aprova a manutenção de algumas taxas municipais e a alteração de outras.

DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 21/10 — Aprovando o 2.º Orçamento Suplementar para 1954.

* Aprovando a alienação do imóvel construído pela Câmara Municipal na Rua 1.º de Dezembro.

De 8/12 — Aprovando a permuta do prédio da Companhia de Seguros «A Mundial», na Rua da Palma, n.º 248 a 264 por um talhão de terreno municipal com a área de 1.265m²,55, e que para tal se solicite do Governo a necessária autorização.

De 5/12 — (Constituição de nova Câmara) Elegendo Procurador ao Conselho Provincial o vereador eleito para o quadriénio 1955/1958 Luís António Rosa.

De 16/12 — (Continuada em 30/12) — Aprovando o projecto do «Edifício das Repartições Públicas» a construir na Rua Castilho.

* Aprovando o projecto para a construção do edifício municipal, destinado à instalação de serviços, na Rua da Palma.

* Aprovando o projecto de «Canalização da Ribeira de Alcântara, entre Campolide e a Travessa de S. Domingos de Benfica, incluindo o braço de Sete Rios».

* Aprovando a alteração de algumas taxas municipais.

* Aprovando a redução das taxas para utilização do frigorífico do Matadouro-Frigorífico.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Diário Municipal n.º 5.840, de 2/10 — Autoriza a remessa do «Diário Municipal», ao domicilio, com registo e sem registo, devendo os interessados indicar qual das duas modalidades preferem.

D. M. n.º 5.867, de 5/11 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno municipal situado na Encosta do Restelo e destinado à construção de moradia, e de quatro lotes situados na Avenida Infante Santo.

D. M. n.º 5.883, de 24/11 — Aprova as normas a observar para a adjudicação das empreitadas de demolições, com alienação simultânea dos materiais aproveitáveis.

D. M. n.º 5.892, de 6/12 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno situado na Rua Marquesa de Alorna; de quatro lotes na Rua Actor Vale; e dois lotes na Praça Gonçalo Trancoso, Célula 7, Alvalade, todos destinados à construção de prédios de rendimento; e de um lote, na Encosta da Ajuda, e de dois lotes na Encosta do Restelo, todos destinados à construção de moradias.





LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

**LEIS, DECRETOS
E PORTARIAS,
DESPACHOS,
CIRCULARES
E OFÍCIOS,
ACÓRDÃOS.**

1 DE OUTUBRO
A 31 DE DEZEMBRO DE 1954



I

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

De 7/10 — *Decreto-Lei n.º 39.842* — Estabelece um reajustamento de vencimentos dos servidores do Estado.

* *Decreto-Lei n.º 39.843* — Eleva para 70 %, a partir de 1 do corrente, o suplemento que actualmente incide sobre as pensões de aposentação e reforma, e bem assim das de reserva e invalidez — Exceptua as pensões dos conservadores, notários e funcionários de justiça e os funcionários dos C. T. T., até que seja concedida a respectiva autorização ministerial — Insere disposições sobre aposentações e reformas, Revoga o artigo 6.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 26.503, o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 32.691 e o § único do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28.267.

* *Decreto-Lei n.º 39.844* — Promulga um novo regime para a concessão do abono de família aos funcionários do Estado civis e militares. — Revoga os Decretos-Leis n.ºs 32.688, 33.537 e 34.431. (*D. G., n.º 223, I Série*).

De 8/10 — *Decreto-Lei n.º 39.847* — Dá nova redacção ao artigo único do Decreto-Lei n.º 39.600, de 3/4/1954, que designa os técnicos que podem assinar os projectos de novas construções e reconstruções importantes a realizar nas zonas de protecção fixadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 21.875 e 34.993. (*D. G., n.º 224, I Série*).

De 15/10 — *Portaria n.º 15.076* — Aprova, para uso em todos os serviços do Estado, o novo boletim de abono de família. (*D. G., n.º 230, I Série*).

De 28/10 — *Decreto-Lei n.º 39.874* — Cria mais três lugares de Juizes-Conselheiros no Supremo Tribunal Administrativo e insere disposições relativas ao funcionamento deste Tribunal. (*D. G., n.º 241, I Série*).

De 16/11 — *Decreto-Lei n.º 39.905* — Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 2.º e ao artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 35.746 que cria o Concelho Nacional dos Serviços de Incêndios e define as suas atribuições. (*D. G., n.º 256, I Série*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 19/11* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a efectuar com a Companhia de Seguros «A Mundials» a permuta de um talhão de terreno na Rua D. Duarte por um prédio situado na Rua da Palma. (*D. G., n.º 276, II Série — D. M. n.º 5.887, de 29/11*).

De 19/11 — *Decreto-Lei n.º 39.911* — Regula o pagamento do imposto de trânsito de solípedes e viaturas não automóveis em estradas a cargo do Estado. Revoga os Decretos-Leis n.ºs 24.926 e 37.367 e ainda o artigo 705.º do Código Administrativo na parte que se refere ao adicional que as Câmaras Municipais podiam lançar sobre o imposto de trânsito e o adicional de 30 % fixado no artigo 706.º do mesmo Código. (*D. G., n.º 259, I Série*).

De 23/11 — *Decreto-Lei n.º 39.923* — Introdúz alterações na Lei n.º 2.049, de 6/8/1951, que promulga a organização dos Serviços de Registo e Notariado. Modifica algumas disposições do Código do Registo Civil e da respectiva tabela de emolumentos. (*D. G., n.º 263, I Série*).

De 24/11 — *Decreto-Lei n.º 39.929* — Introdúz alterações no Código da Estrada aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39.672, de 20/5/1954.

* *Decreto-Lei n.º 39.932* — Manda observar na cobrança das multas aplicadas por infracção às disposições de quaisquer diplomas sobre transportes em veículos automóveis o disposto no artigo 70.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39.672, de 20/5/1954. (*D. G., n.º 263, I Série*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 26/11* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a vender, com dispensa de hasta pública, às Casas de S. Vicente de Paulo, uma parcela de terreno na Rua 14 do Bairro Municipal do Caramão da Ajuda. (*D. G., n.º 282, I Série, de 2/12*).

De 13/12 — *Decreto-Lei n.º 39.963* — Insere disposições destinadas a aumentar os rendimentos das juntas fiscais dos distritos autónomos das ilhas adjacentes. Revoga, a partir de 1 de Janeiro de 1955, o disposto nos parágrafos únicos dos artigos 27.º e 54.º da lei orgânica dos serviços das referidas juntas fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30.214. (*D. G., n.º 277, I Série*).

De 20/12 — *Decreto-Lei n.º 39.978* — Cria mais um tipo de cada uma das classes de casas económicas estabelecidas pelos Decretos-Leis n.ºs 25.052 e 33.278 e estabelece novos preceitos relativos às referidas casas. — Revoga várias disposições dos citados decretos-leis. (*D. G., n.º 283, I Série*).

* *Decreto-Lei n.º 39.978* — Determina que as remições de ónus enfitéuticos e censíticos incorporados no património do Estado, ao abrigo do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 30.615, requeridos no prazo de três anos, a contar da data da publicação do presente diploma, beneficiem dos descontos concedidos pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29.840. — Revoga o prazo para a elaboração da lista dos bens enfitéuticos e censíticos a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 32.404.

* *Decreto-Lei n.º 39.982* — Permite ao Ministério das Obras Públicas autorizar que sejam construídos pelas câmaras municipais interessadas, em regime de administração directa, os edifícios para escolas primárias do Plano dos Centenários cuja construção não tenha sido arrematada em concurso previamente realizado.

* *Decreto-Lei n.º 39.983* — Estabelece a forma como poderão ser satisfeitos os adiantamentos, por parte do Estado, às câmaras municipais para construção, reparação ou reforma de cadeias comarcãs. (*D. G., n.º 283, I Série*).

De 22/12 — Decreto n.º 39.987 — Aprova o Regulamento do Código da Estrada. — Revoga os Decretos n.ºs 19.545 e 32.110 e as Portarias n.ºs 9.504, 9.964, 12.056 e 12.592. (*D. G., n.º 285, I Série, suplemento*).

De 27/12 — Decreto-Lei n.º 39.993 — Insere disposições tendentes a tornar eficaz a fiscalização do trabalho e a coibir a prática de infracção ao cumprimento dos preceitos que impõem o descanso dominical e a cessação do trabalho em dias feriados. (*D. G., n.º 288, I Série*).

De 28/12 — Lei n.º 2.074 — Autoriza o Governo a arrecadar em 1955 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano. (*D. G., n.º 289, I Série*).

De 31/12 — Decreto-Lei n.º 40.014 — Autoriza os corpos administrativos a elevar para o dobro, a partir de 1 de Janeiro de 1955, os ordenados e salários do pessoal dos seus quadros, incluindo o dos serviços municipalizados. (*D. G., n.º 292, I Série*).

* *Decreto n.º 40.024* — Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano de 1955. (*D. G., n.º 292, suplemento*).

II

DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

3) — CIRCULARES

A) DA DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL

De 25/10 — N.º Z-1/67, Livro 13-A, 2.ª Repartição — Comunica aos corpos administrativos que o novo regime de abono de família, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 39.844, é obrigatoriamente aplicável aos seus servidores a partir do mês corrente, conforme se conclui do disposto na segunda parte do artigo 3.º e da alínea b) do artigo 18.º do mesmo diploma. Os Ministros do Interior e das Finanças, por despachos de 14 e 20 do corrente, respectivamente, concordaram com este parecer.

Para o efeito, poderá aprovar-se orçamento suplementar extraordinário, ao abrigo do preceituado no § 1.º do artigo 680.º do Código Administrativo.

De 21/12 — N.º C 1/22, L.º 13-A — 2.ª Repartição — Comunica às Câmaras Municipais que a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais manifestou o seu acordo acerca do procedimento preconizado na circular desta Direcção-Geral, n.º C-1/8, L.º 9-A, de 19 de Maio de 1953, sobre a cobrança das multas prescritas no artigo 9.º do Decreto n.º 9.061, de 11 de Agosto de 1923, quando pagas voluntariamente.

As câmaras municipais deverão informar mensalmente as respectivas delegações acerca das percentagens que, nos termos do artigo 10.º do citado decreto, pertencem à referida Inspeção-Geral. (*D. M. n.º 5.915, de 6/1/55*).

* *N.º Z-1/82, Livro 13-A, 2.ª Repartição* — Chegou ao conhecimento desta Direcção-Geral que, não obstante a recomendação feita pelo Commissariado do Desemprego, algumas câmaras municipais não observam a doutrina constante do parecer da Procuradoria-Geral da República, homologado por despacho do Ministro das Finanças de 3 de Novembro de 1952 e publicado no *Diário do Governo* n.º 287, II Série, de 6 de Dezembro do mesmo ano.

Em face do exposto e atendendo ao que foi solicitado pelo referido Commissariado, comunica aos corpos administrativos que, para efeitos de isenção do desconto para o Fmndo do Desemprego estabelecida na alínea b) do § 8.º do artigo 20.º do Decreto n.º 21.699, de 19 de Setembro de 1932, só podem considerar-se «trabalhadores rurais» os que se ocupem de trabalhos ligados à exploração agrícola. (*D. M. n.º 5.916, de 7/1/55*).

De 31/12 — N.º G-2/2, Livro 15-A, 2.ª Repartição — Para esclarecimento de dúvidas suscitadas em face dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 40.014, de 31 de Dezembro de 1954, e do artigo 676.º do Código Administrativo, comunica aos corpos administrativos desse distrito que o Ministro do Interior, por despacho de 29 do mês corrente, concordou com o seguinte parecer desta Direcção-Geral:

a) Se a despesa prevista para satisfazer os «ordenados e salários do pessoal dos quadros» não excede 45 % da receita ordinária e própria cobrada no ano anterior, não se torna necessária autorização do Governo para adoptar o regime de remuneração previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 40.014. Assim, para apura-

mento da referida percentagem, não terão de se considerar despesas com o pessoal estranho aos quadros nem despesas com o pessoal dos quadros para além das respectivas remunerações principais — ordenados e salários;

b) Se a totalidade da despesa a orçar com o pessoal não excede 50 % da receita ordinária e própria arrecadada no ano anterior, também não se exige intervenção do Governo para que seja adoptado o novo regime de ordenados e salários previsto no Decreto-Lei n.º 40.014. Neste caso, porém, visto o artigo 676.º do Código Administrativo não permitir qualquer distinção, ter-se-á em consideração, para apuramento da percentagem referida, todas as despesas a orçar para o pessoal de carácter permanente, ainda que não pertença aos quadros aprovados;

c) A autorização do Ministro do Interior, ouvido o das Finanças, a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40.014, só se torna, pois, necessária, nos casos seguintes:

1.º — Se da adopção do regime do Decreto-Lei n.º 40.014 resultar que a despesa para satisfazer ordenados e salários do pessoal dos quadros exceda 45 % da receita ordinária e própria cobrada no ano anterior;

2.º — Quando a totalidade da despesa a orçar para o pessoal for além de 50 % da receita ordinária e própria cobrada no ano anterior. Nesta última hipótese, é claro que a autorização só poderá vir a conceder-se quando dela não resulte vir a gastar-se com o pessoal permanente — seja ou não dos quadros, e incluindo todas as remunerações — mais de 60 % da receita ordinária e própria cobrada no ano anterior.

B) DE OUTRAS ORIGENS

De 8/10 da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Série A, n.º 239 — Às repartições desta Direcção-Geral e aos restantes Serviços do Estado se comunica:

Abono de família — Execução do Decreto-Lei n.º 39844 de Outubro de 1954.

1 — Com o objectivo de facilitar a execução deste decreto-lei elaborou esta Direcção-Geral umas notas explicativas que, juntamente com o texto do diploma e um índice remissivo, serão publicadas em separata. Oportunamente proceder-se-á à distribuição de um exemplar a cada Serviço, podendo ser adquirida na Imprensa Nacional a quantidade que se mostre necessária.

2 — Para já, torna-se, porém, necessário transmitir algumas instruções para que a transição do antigo regime legal para o novo diploma se faça sem perturbações.

Nestes termos, devem os diferentes Serviços do Estado, cuja fiscalização do abono de família está a cargo desta Direcção-Geral, observar o seguinte:

a) Boletins:

Funcionários que estão percebendo abono de família conforme o preceituado no artigo 28.º do diploma, — devem preencher, o mais rapidamente possível, boletim do novo modelo, logo que a Imprensa Nacional, esteja habilitada a fornecê-los.

Se em face do novo diploma algum servidor, verificar que deixou de ter direito ao abono deve também preencher imediatamente um boletim (pode para este efeito usar o antigo modelo) ou apresentar uma simples declaração, a fim de evitar a reposição de abonos indevidos.

Funcionários que se julguem com direito à concessão do abono de família em face das novas disposições legais.

Poderão também utilizar o antigo modelo de boletim, devendo, tal como os antigos beneficiários, proceder oportunamente à sua substituição pelo novo modelo.

Os documentos referidos deverão, como normalmente sucede, ser relacionados no modelo n.º 680 do catálogo Diversos da Imprensa Nacional e ser enviados urgentemente à Repartição Central desta Direcção-Geral;

b) Não interrupção do abono — A fim de evitar perturbações no processamento e na conferência do abono, entender-se-á, de momento, que todos os servidores que não declarem imediatamente não terem direito ao abono de família se julgam nas condições estabelecidas nos novos princípios legais e por isso o abono prosseguirá

c) Novos quantitativos dos abonos — Dentro da orientação referida na alínea anterior cada Serviço processador abonará a partir da folha do mês de Outubro corrente, os quantitativos fixados no artigo 4.º do diploma.

d) Início da concessão de novos abonos — De harmonia com o disposto no artigo 17.º do diploma, o abono de família, só é devido a partir do mês seguinte ao da apresentação do boletim.

É evidente, porém, que este princípio não pode ter aplicação prática de momento, pois tendo a lei sido promulgada em Outubro corrente, os abonos relativos a este mês não podiam ter sido requeridos no anterior.

e) Estudantes — As instruções que dentro em breve vão ser expedidas, estão orientadas no sentido de considerar-se revogados todos os despachos, que, com base na legislação anterior haviam sido preferidos sobre abono de família.

Nestas condições, para ser possível aplicar sem grandes perturbações o regime legal que agora se inicia, estabeleça-se, com o assentimento superior, que a partir de 1 do corrente mês, todos os descendentes estudantes que se encontrem dentro dos limites de idade legais dão direito ao abono de família desde que se encontrem matriculados nas condições que permitam no final do ano lectivo que agora se inicia, ser considerados como tendo obtido aproveitamento escolar.

Para esse efeito podem os interessados solicitar a concessão do abono logo que tomem conhecimento das referidas instruções, sendo o abono satisfeito a partir do referido mês de Outubro, salvo se a petição não for apresentada até ao termo do mês em que as aludidas instruções forem expedidas hipótese em que entrará em funcionamento o disposto no artigo 17.º do diploma, isto é, o abono só será devido a partir do mês seguinte ao da apresentação do boletim. (Transmitido pela Circular n.º C/65, de 18/10 da Direcção-Geral da Administração Política e Civil). (D. M. n.º 5.856, de 22/10/54).

III

ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

De 18/2/954 (Tribunal Pleno) — A única nulidade insuprível em processo disciplinar é, de harmonia com o artigo 33.º, (do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado) a falta de audiência do arguido.

Mostra-se no entanto do artigo 50.º que essa audiência consiste exclusivamente na entrega da acusação e apresentação da defesa.

Não abrange, pois, as diligências posteriores a esses actos, embora requeridas pelo arguido, como sucede com a acareação que este pretendia ver realizada.

O § 3.º do artigo 52.º permitia aliás ao instrutor recusar a dita acareação por desnecessária à descoberta da verdade, e de tal decisão cabia somente recurso hierárquico para o Ministro, isto na hipótese de se poder considerar o mesmo instrutor como chefe de um serviço a que é estranho. (D. G., n.º 232, II Série, de 1/10/954).

De 1/7/954 (Tribunal Pleno) — Questão semelhante já foi julgada em tribunal pleno no Acórdão de 16 de Dezembro de 1946 (in *Diário do Governo*, II Série, de 21/6/947) que teve o mesmo relator, no sentido de que, tendo o procedimento criminal e disciplinar fundamentos e fins diversos, devem seguir independentemente um do outro, de forma que a circunstância de no tribunal criminal se dar como não aprovados os factos constitutivos de qualquer crime ou delicto, não impede que em processo disciplinar o funcionário seja punido pelos mesmos factos.

A independência dos dois processos vem expressamente consagrada no § 3.º do artigo 421.º do citado Decreto n.º 5.786, aplicável ao caso dos autos, ao declarar que: «se o acto ou omissão for simultaneamente considerado crime pela lei penal, o processo disciplinar não depende do processo criminal nem prejudica as consequências mais graves deste último».

E compreende-se que assim seja, desde que se atente nos fundamentos e fins em que assenta o procedimento criminal e o procedimento disciplinar.

Aquele diz respeito à existência e conservação do agregado social e sua organização política, e este tem mira o regular funcionamento do serviço e a perfeita realização dos fins visados pela Administração.

Sucede ainda que os recorrentes, ao invocarem o caso julgado da sentença absolutória proferida em matéria penal, concedem-lhe um alcance que a lei não sanciona.

Efectivamente, colhe-se do preceituado no artigo 154.º do Código do Processo Penal o princípio de que tal decisão, em relação aos factos constitutivos da infracção, estabelece apenas uma presunção *tantum juris* da sua inexistência ou de que os arguidos a não praticaram.

Nem se diga que esta presunção só funciona para as acções de natureza civil ou comercial, pois de contrário, e em oposição ao estabelecido no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 23.185, de 30 de Outubro de 1933, que veda ao Supremo Tribunal Administrativo conhecer da existência material das faltas imputadas aos arguidos em processo disciplinar, o Tribunal passaria a ter competência para conhecer da prova produzida em processo crime acerca das mesmas faltas.

Ora, uma vez que por imperativo legal é forçoso admitir que a Administração aprecia discricionariamente a prova produzida no processo disciplinar, a conclusão que daí decorre de

harmonia com o ponderado no acórdão recorrido, é a de que a Administração ao julgar esse processo considerou ilidida a presunção resultante da sentença absolutamente proferida no processo crime. (*D. G.*, n.º 261, II Série, de 6/11/1954).

De 19/3/1954 — Como se deduz do fundamento invocado na deliberação recorrida, confirmado pela orientação seguida nos autos, o indeferimento da pretensão da ora apelada baseou-se no disposto no artigo 50.º, e n.º 1.º, que determinam: «o uso das atribuições de polícia pertence às câmaras deliberar sobre tudo o que interessa à segurança e comodidade do trânsito nas ruas, praças, cais e mais lugares públicos, e não seja das atribuições de outras autoridades.

Mas na técnica do Código Administrativo, como já várias vezes se tem feito notar, consideram-se *atribuições* os fins ou interesses a prosseguir pela pessoa colectiva e *competência* os poderes jurídicos conferidos aos órgãos para o desempenho das suas atribuições. É lição que se tira do disposto no artigo 51.º do código.

Faltou, pois, averiguar qual a disposição legal que conferia à Câmara apelante competência para se pronunciar sobre o pedido da ora apelada, tanto mais quanto é certo que a competência só pode emanar de uma lei expressa.

Ora não sofre contestação séria que as Câmaras exercem as atribuições que lhes são conferidas pelo n.º 1.º e, ainda, pelo n.º 2.º do artigo 50.º do Código Administrativo, através dos poderes que lhes são concedidos pelo artigo 51.º, n.º 2.º, do código que lhes dá competência para fazer, interpretar, modificar e revogar posturas e os regulamentos policiais permitidos ou impostos por lei ou decreto.

Nesta conformidade, o Decreto-Lei n.º 32.402, de 20 de Novembro de 1942, veio definir e ordenar a competência das diferentes entidades que, por força das disposições contidas em vários diplomas, têm atribuições sobre a regulamentação e fiscalização do trânsito nas vias de comunicação.

E, assim, estabeleceu no artigo 1.º que a regulamentação e ordenamento do trânsito, isto é, circulação e estacionamento de peões, veículos e animais nas vias de comunicação ordinárias, pertence às câmaras municipais no interior das localidades.

Daqui conclui-se necessariamente que o fundamento invocado na deliberação recorrida não tinha apoio na lei citada, visto que a instalação de uma bomba de gasolina, que não era colocada na plataforma do troço da estrada nacional que atravessa a vila de Peso da Régua, não interferia com os poderes de regulamentação que cabem às câmaras.

Situada a bomba de gasolina na faixa de respeito da estrada nacional n.º 2, é à Junta Autónoma das Estradas a quem compete, nos termos dos artigos 113.º, 127.º e 128.º do Estatuto das Estradas Nacionais (Lei n.º 2.037, de 19 de Agosto de 1949), velar pela polícia de trânsito e conceder a licença para af se instalar bombas auto-medidoras.

Dado, porém, que a referida faixa de respeito está situada dentro dos limites da vila de Peso da Régua e que com a sua edificação se pode prejudicar a segurança, elegância, salubridade e prevenção de incêndios das edificações confinantes com a via-pública, é das atribuições da respectiva câmara municipal deliberar acerca da instalação da referida bomba — n.º 5.º do artigo 50.º — e conceder ou negar a licença para tal — n.º 20.º do artigo 51.º, ambos do Código Administrativo.

E assim, além da licença da Junta Autónoma, referida no artigo 113.º do Estatuto das Estradas Nacionais, é também necessária a da câmara municipal, visto que a estas duas entidades compete apreciar interesses diferentes.

A doutrina exposta está de harmonia com o artigo 145.º do citado estatuto, quando estabelece que:

A concessão de licenças para obras de qualquer natureza... não dispensa outros actos ou formalidades que devam preceder a execução dos trabalhos...

Um desses actos é a concessão de licença por outra entidade, quando também for legalmente necessária.

Como os autos revelam, a deliberação anulada pela sentença apelada fundamentou-se em que «o local onde o requerente deseja instalar a bomba é impróprio, por da pretendida instalação poder resultar para o público insegurança e incomodidade de trânsito na Rua Manuel de Arriaga».

Como se vê, os motivos determinantes do indeferimento foram a insegurança e a incomodidade de trânsito na estrada, mas, como já dito ficou, não pertencia à Câmara defender esses interesses.

Consequentemente, usou a Câmara apelante dos poderes que tinha para conceder ou negar a licença para fins diversos daqueles para que a lei lhos concedeu, o que acarreta a nulidade da mesma deliberação, pelo que o pedido da apelada deverá ser novamente submetido a deliberação camarária. (*D. G.*, n.º 262, II Série, de 8/11/1954).

De 20/3/1954 — No requerimento, datado de 4 de Dezembro de 1952, em que o ora agravante dr. Alfredo de Brito Pereira pedia certidão, na parte que lhe respeitava, das actas das sessões da Câmara de 25 de Outubro e de 20 de Novembro de 1952, declarava-se efectivamente, que essas certidões eram «para fins de recurso administrativo».

Mas esta declaração não demonstra, por si só, que o requerente tivesse conhecimento do conteúdo e fundamentos da deliberação de 20 de Novembro (a ora impugnada) que o habilitasse a interpor com plena consciência o respectivo recurso contencioso, tanto mais que tal deliberação era largamente fundamentada, como depois se viu.

Isto já impedia que, com base naquela simples declaração, fosse julgada procedente a excepção de extemporaneidade.

Acresce que este Supremo Tribunal já há muito assentou na doutrina de que o conhecimento por meios próprios extra-oficial ou extra-judicial das decisões recorridas não é tido em conta para o efeito de ponto de partida da contagem do prazo do recurso podendo ver-se, por todos, o Acórdão de Tribunal Pleno de 23 de Novembro de 1939 (in Colecção respectiva, vol. II, págs. 104, e *Diário do Governo*, II Série, de 12 de Janeiro de 1940); e ainda, mais recentemente, no Acórdão de 12 de Maio de 1950 (Colecção, vol. XVI, págs. 351), se afirmou a mesma doutrina num caso em que, com o dos autos, se declarara no requerimento a pedir a certidão do acto impugnado que era para efeitos de recurso.

Esta doutrina está, aliás, em absoluta concordância com a lei, visto o artigo 828.º do Código Administrativo mandar contar o prazo para a interposição do recurso, quando não haja começo de execução ou publicação da decisão ou deliberação, da data da sua notificação aos interessados. (*D. G.*, n.º 263, II Série, de 9/11/1954).





BIBLIOGRAFIA

**REGISTO DE
PUBLICAÇÕES COM
INTERESSE MUNICIPAL
ENTRADAS NA
BIBLIOTECA CENTRAL**

1 DE OUTUBRO
A 31 DE DEZEMBRO DE 1954



1 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

EM OUTUBRO:

- Câmara Municipal de Penafiel — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório de 1953.
Câmara Municipal de Lisboa — Actas n.ºs 212, 213 e 214, das reuniões de Junho, Julho e Agosto de 1954
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Dezembro de 1953.
Câmara Municipal de Viseu — Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1953.
Diário Municipal — N.ºs 5.813 a 5.888 — Setembro de 1954 — Câmara Municipal de Lisboa.
Compilação de acordãos do Contencioso das contribuições e impostos — 55.º vol. — (1953, continuado).
Câmara Municipal de Matosinhos — Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento — Relatório e contas de 1953.
Ministério da Economia — Câmara Municipal do Porto — Serviços Municipalizados — Condições de venda de energia eléctrica no concelho do Porto — 1954.
Lisboa Oito Séculos de História — Fascículo XX — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 960 a 963 — Setembro de 1954.

EM NOVEMBRO:

- Ministério das Finanças — Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — N.º 78 — Abril de 1954.
Estatuto, Judiciário, anotado por *J. M. Pereira de Campos*.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Junho de 1954.
Revista Municipal — Ano XV — N.º 61 — 2.º trimestre de 1954 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa — Matadouro-Frigorífico — Inauguração, Outubro de 1954 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — Exposição dos principais documentos do legado Henrique M. de Seixas — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — Catálogo das publicações municipais — 1954.
A freguesia de Santa Cruz de Alciçova de Lisboa, por *Ferreira de Andrade* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Lisboa Antiga. O Bairro Alto, por *Júlio de Castilho* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Dispersos, de *Augusto Vieira da Silva* — Vol. I — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Diário Municipal — N.ºs 5.839 a 5.863 — Outubro de 1954 — Câmara Municipal de Lisboa.
Atribuições das câmaras municipais e meios financeiros de que dispõem, por *Manuel Ferreira* — Separata do «Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas» — 1954.
Câmara Municipal de Vila Real — Serviços Municipalizados — Relatório. Balanço geral e Contas do Exercício de 1953.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 964 a 968 — Outubro de 1954.
Câmara Municipal do Porto — Boletim Cultural — Vol. XVII — Fascículos 1-2 — Março-Junho de 1954.
Câmara Municipal do Concelho de Coruche — Postura sobre pesos e medidas.
Lisboetas na Índia e luso-indianos em Lisboa, por *Dr. Eduardo Neves*.
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 2 — Fevereiro de 1954.

EM DEZEMBRO:

- Câmara Municipal de Mafra — Relatório da gerência de 1953.
Câmara Municipal de Mafra — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório e contas de 1952.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Julho de 1954.
Ministério das Finanças — Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — N.º 79 — Maio de 1954.
Anuário da Direcção-Geral da Administração Política e Civil — 46.º ano — 1953.
Câmara Municipal de Lisboa — 2.º Orçamento Suplementar ao Ordinário de 1954.
Câmara Municipal de Lisboa — Acta n.º 216 — Reunião de 16 de Setembro de 1954.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Outubro de 1954.
Câmara Municipal do Concelho de Loures — Relatório da gerência de 1953.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — Ano XIX — N.ºs 969 a 972 — Novembro de 1954.
Acordãos da Relação de Coimbra, por *Albano Cunha* — 15.º volume — 1953-54.
Câmara Municipal da Murtosa — Regulamento para a cobrança das licenças de estabelecimento comercial e industrial.
Diário Municipal — N.ºs 5.864 a 5.888 — Novembro de 1954 — Câmara Municipal de Lisboa.
A Junta de Província do Douro Litoral em 1954.

REVISTAS:

REVISTA DE NOTARIADO E REGISTO PREDIAL:

Ano 27.º — N.ºs 5 e 6 — Maio e Junho de 1954 — N.ºs 7, 8 e 9 — Julho a Setembro de 1954.

REVISTA DE DIREITO FISCAL:

Ano VI — N.ºs 8 e 9 — Agosto e Setembro de 1954 — N.ºs 10 e 11 — Outubro e Novembro de 1954.

O DIREITO:

Ano 86.º — N.º 3 — Julho-Setembro de 1954.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

N.ºs 43 e 44 — 1954.





ÍNDICE GERAL
DA «REVISTA MUNICIPAL»
(DO N.º 60 AO 63)
ANO DE 1954

| Designação | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| A | | |
| Acontecimentos cívicos | 60 | 45 |
| | 61 | |
| | 62 | 57 |
| | 63 | 37 |
| Antologia de Lisboa | 60 | 50 |
| Antologia de Lisboa (Mulatinhas de Lisboa) | 62 | 60 |
| António Andrade (<i>Vide Homenagens</i>) | | |
| Atentado contra a soberania de Portugal | 62 | 5 |
| B | | |
| Barcos miúdos de Lisboa (Dos) — «botes», «canoas», «chatas», etc. | 62 | 21 |
| | 60 | 75 |
| Bibliografia | 61 | 65 |
| | 62 | 83 |
| | 63 | 81 |
| C | | |
| Câmara na Feira Popular (A) | 61 | 47 |
| Cancioneiro de Lisboa (Das Claridades do Sul) | 61 | 45 |
| Cidade de S. Paulo (IV Centenário da) (<i>Vide Lisboa</i>) | | |

| Designação | Números | Páginas |
|--|----------------------|----------------------|
| E | | |
| Ermida do Santo Cristo (A) | 60 | 18 |
| F | | |
| Feira Popular (<i>Vide A Câmara na —</i>) | | |
| Ferreira do Amaral (Comandante) (<i>Vide Homenagens</i>) | | |
| Festas Populares de Junho | 61 | 8 |
| G | | |
| Grande amigo de Lisboa que Lisboa desconhece (Um) | 61 | 9 |
| H | | |
| Homenagens | | |
| — ao Presidente da Câmara Municipal, no décimo aniversário da sua posse | 60 | 5 |
| — ao Comandante Ferreira do Amaral | 60 | 43 |
| — a António Andrade | 61 | 27 |
| I | | |
| Inauguração do Novo Matadouro-Frigorífico | 63 | 21 |
| J | | |
| João António Brissac das Neves Ferreira (<i>Vide Lisboaeta ilustre</i>) | | |
| L | | |
| Legislação e Jurisprudência | 60 61 62 63 | 65 57 71 73 |
| Lisboa e o IV Centenário da Cidade de S. Paulo | 60 | 11 |
| Lisboa no folclore e na poesia culta do Brasil | 60 | 22 |
| Lisboa | | |
| — e os seus arruados | 61 | 5 |
| Um grande amigo de — que — desconhece | 61 | 9 |
| Famílias de cidades — Alguns parentescos de — | 63 | 41 |
| Novos testemunhos da actividade tipográfica de — no século xv | 63 | 5 e 46 |
| —, A Branca (conto) | 61 | 15 |
| — Portuguesa e — Americana | 61 | 32 |
| Lisboeta ilustre, o Conselheiro, Capitão-de-mar-e-guerra, João António Brissac das Neves Ferreira (Um) | 62 | 33 |

| Designação | Números | Páginas |
|---|----------------------|----------------------|
| M | | |
| Matadouro-Frigorífico (<i>Vide Inauguração do Novo</i> —) | | |
| Memórias de ontem — Um bairro, uma época | 60 | 35 |
| Mensagem de Lisboa aos Portugueses da Índia | 62 | 13 |
| «Mulatinhas de Lisboa» (<i>Vide Antologia de Lisboa</i>) | | |
| N | | |
| Nossa Lisboa (A) | 60 | 15 |
| Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século XV | 63 | 5 e 46 |
| P | | |
| Presidente da Câmara (<i>Vide Homenagens</i>) | 60 | 61 |
| Providências municipais | 61 62 63 | 53 67 69 |
| Q | | |
| Quartel do Regimento de Lippe (O) | 63 | 29 |
| R | | |
| Relevo da cidade de Lisboa e as enxurradas (O) | 62 | 41 |
| S | | |
| Santo Cristo (<i>Vide Ermida do</i> —) | | |
| Secção Jurídica (<i>Vide Bibliografia, Providências municipais e Legislação e Jurisprudência</i>) | | |
| Serviços da Câmara Municipal (Organização de) | 60 | 51 |
| Serviço de incêndios e os aguadeiros de Lisboa (O) | 61 | 34 |
| Soberania de Portugal (Atentado contra a —) | 62 | 5 |
| V | | |
| Votos e advogados da cidade de Lisboa contra a peste | 62 | 48 |
| Voz da Cidade (A) | 60 61 62 63 | 55 41 61 64 |

ÍNDICE DOS COLABORADORES

| Designação | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| B | | |
| Barros — Dr. Joaquim Macedo de Secção Jurídica (Legislação e Jurisprudência, Providências Municipais e Bibliografia) — <i>Em todos os números.</i> | | |
| Bettencourt — Gastão de Lisboa no folclore e na poesia culta do Brasil | 60 | 22 |
| Brito — Mário Xavier de O relevo da cidade de Lisboa e as enxurradas | 62 | 41 |
| C | | |
| Chaves — Luís Dos barcos miúdos de Lisboa «botes», «canoas», «chatas», etc. | 62 | 21 |
| D | | |
| Dias — Jaime Lopes (Dr.) Homenagens ao Presidente da Câmara Municipal no décimo aniversário da sua posse | 60 | 5 |
| Lisboa e o IV Centenário da Cidade de S. Paulo | 60 | 11 |
| Homenagem ao Comandante Ferreira do Amaral | 60 | 43 |
| Organização de Serviços da Câmara Municipal de Lisboa | 60 | 51 |
| Festas Populares de Junho | 61 | 8 |
| Homenagem a António Andrade | 61 | 27 |
| Lisboa Portuguesa e Lisboa Americana | 61 | 32 |
| A Câmara na Feira Popular — Exposição «Dez anos de administração municipal» | 61 | 47 |
| Atentado contra a soberania de Portugal | 62 | 5 |
| Um lisboeta ilustre, o Conselheiro, Capitão-de-mar-e-guerra, João António Brissac das Neves Ferreira | 62 | 33 |
| Inauguração do Novo Matadouro-Frigorífico | 63 | 21 |
| Duarte — Carvalho A nossa Lisboa | 60 | 15 |
| E | | |
| Estevam — José O Serviço de incêndios e os aguadeiros de Lisboa | 61 | 34 |
| Votos e advogados da cidade de Lisboa contra a peste | 62 | 48 |

| Designação | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| G | | |
| Gomes Leal Cancioneiro de Lisboa | 61 | 45 |
| L | | |
| Leitão — Joaquim Lisboa, A Branca (Conto) | 61 | 15 |
| M | | |
| Madahil — António Gomes da Rocha (Dr.) Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século xv | 63 | 5 e 46 |
| Matos Sequeira A ermida de Santo Cristo | 60 | 18 |
| N | | |
| Nascimento — Alfredo J. Ferreira do O quartel do Regimento de Lippe | 63 | 29 |
| R | | |
| Rosa — João Pereira da Lisboa e os seus arruados | 61 | 5 |
| S | | |
| Schwalbach — Luís Famílias de cidades — Alguns parentescos de Lisboa | 63 | 41 |
| T | | |
| Tavares — Silva Um grande amigo de Lisboa que Lisboa desconhece | 61 | 9 |
| Trigueiros — Luís Forjaz Memórias de ontem — Um bairro, uma época | 60 | 35 |



ÍNDICE DAS GRAVURAS

| Designação | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| A | | |
| Acontecimentos cívicos | | |
| Homenagem ao Presidente da Câmara, nos Paços do Concelho, pelo décimo aniversário da sua posse — Dois aspectos | 60 | 8-A |
| Jantares de homenagem oferecidos pela vereação, e pelos funcionários do Município, na Casa do Leão — Dois aspectos | 60 | 8-B |
| Homenagem ao Comandante Ferreira do Amaral | 60 | 43 |
| Retribuição de cumprimentos do sr. Presidente da República, no dia de Ano Novo, nos Paços do Concelho | 60 | 45 |
| Neve em Lisboa — Dois aspectos | 60 | 46 |
| Descerramento da lápida ao Padre Manuel da Nóbrega | 60 | 47 |
| Posse do vereador sr. Manuel Leitão Branco | 60 | 47 |
| Inauguração da Exposição Olisiponense da Coleção «Vieira da Silva», no Palácio Galveias — Dois aspectos | 60 | 48 |
| Entrega da mensagem da Cidade de Lisboa, nos Paços do Concelho, a cujo acto o sr. Embaixador dos E. U. A. agradece ao sr. Presidente da Câmara | 61 | 21 |
| Acto de posse da Comissão de Festas da Cidade de Lisboa | 61 | 21 |
| Homenagem da Presidência e vereação da Câmara, a Luís de Camões | 61 | 22 |
| Concerto pelo Orfeão de Pamplona, no Pavilhão dos Desportos, sob a regência do maestro Juan Eraso | 61 | 22 |
| Inauguração do Pavilhão da Câmara Municipal, na Feira Popular, em Junho de 1954 | 61 | 22 |
| Concurso das Janelas floridas — Dois aspectos | 61 | 23 |
| Corridas de officios, em Alvalade — Três aspectos | 61 | 24 |
| Concursos dos Tronos de Santo António — Três aspectos | 61 | 25/26 |
| Arraial da Bica (Inauguração do) em 1954 | 61 | 26 |
| Descerramento da lápida a António Andrade | 61 | 27 |
| Exposição «Dez anos de administração municipal», no Pavilhão da Câmara, na Feira Popular — Cinco aspectos | 61 | 47 e 49 |
| Manifestação popular de desagrado, em frente do Município, pelo insulto à Soberania Portuguesa, praticado na Índia | 62 | 57 |
| S. Ex. ^a o Ministro do Interior assiste à manifestação, dum a janelas dos Paços do Concelho, vendo-se, à sua esquerda, o sr. Luis Pastor de Macedo, Vice-Presidente do Município | 62 | 57 |
| O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa fala aos manifestantes | 62 | 57 |
| Recepção, nos Paços do Concelho, aos velejadores espanhóis, que participaram nas regatas internacionais de «snipes» | 62 | 58 |
| O Largo do Pelourinho, no dia da reunião extraordinária da Câmara Municipal em que foi aprovada a mensagem ao Povo da Índia Portuguesa | 62 | 58 |
| Recepção, na Estufa Fria, aos delegados do XIII Congresso da União Internacional de Cinema de Amadores | 62 | 58 |
| Inauguração do Novo Matadouro-Frigorífico (Sessão solene com a presença do Chefe do Estado) e visita às instalações | 63 | 37 |
| Inauguração da Exposição de Fotografias no Palácio Galveias | 63 | 37 |
| Concurso de Tronos a Santo António (Entrega de prémios) | 63 | 38 |

| Designação | Números | Páginas |
|---|---------|--|
| Concerto sinfónico no Pavilhão dos Desportos, com a Orquestra Sinfónica Nacional, regida pelo maestro Freitas Branco e a colaboração do pianista D. Lopo de Bragança (Lafões) | 63 | 38 |
| Entrega do prémio literário «Júlio César Machado», pelo Presidente da Câmara, ao arquitecto Raul Lino | 63 | 38 |
| Distribuição de prémios e condecorações, às praças do Batalhão de Sapadores Bombeiros | 63 | 39 |
| Recepção oferecida pela Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, no Castelo de S. Jorge, aos colaboradores da obra do Novo Matadouro-Frigorífico | 63 | 39 |
| Visita da Vereação aos blocos escolares em construção (Arco do Cego) | 63 | 39 |
| Inauguração da Exposição Garretiana, no Palácio Galveias | 63 | 40 |
| Entrega da mensagem de saudação do Lord-Mayor de Sidney, ao Presidente do Município de Lisboa | 63 | 40 |
| Posse dos novos vereadores, nos Paços do Concelho, para o quadriénio de, 1955/58 | 63 | 40 |
| Actividade tipográfica de Lisboa no século XV — Vários desenhos e gravuras da — | 63 | 9, 11, 14, 15, 18, 47, 49, 50, 51, 54, 56, 59 e 61 |
| Ano Novo (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| António Andrade (Homenagem a) (<i>Vide Acontecimento cidadãos</i>) | | |
| Arraial da Bica (<i>Vide Acontecimento cidadãos</i>) | | |
| Avenida de Roma (<i>Vide Lisboa Nova</i>) | | |
| B | | |
| Basilica da Estrela | 62 | 3 |
| Barcos no Tejo — Nove aspectos dos — | 62 | 28-ABCD |
| Batalhão de Sapadores Bombeiros (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Branco — Manuel Leitão (Acto de posse do vereador) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| C | | |
| Canoas do Tejo — Decoração na proa das — Catorze aspectos | 62 | 26-AB |
| C a p a | | |
| Lisboa antiga | 60 | |
| Terreiro do Paço | 61 | |
| Palácio da Ajuda | 62 | |
| Teatro de D. Maria II | 63 | |
| Casa do Leão (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Castelo de S. Jorge (Recepção no —) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Concerto Sinfónico no Pavilhão dos Desportos (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Congresso da União Internacional de Cinema de Amadores (XIII) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Corridas de officios (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |

| Designação | Números | Páginas |
|---|---------|---------|
| D | | |
| Desenhos, portadas e abertura de artigos | | |
| N.º 60 — Páginas 4, 10, 14, 17, 18, 21, 22, 34, 35, 42, 44, 49, 51, 55, 58, 59, 62, 63, 70, 71 e 74. | | |
| N.º 61 — Páginas 4, 5, 8, 9, 14, 15, 20, 31, 32, 34, 38, 41, 44, 45, 51, 55, 63 e 66. | | |
| N.º 62 — Páginas 4, 20, 21, 33, 40, 41, 48, 59, 61, 65, 69, 79, 81 e 84. | | |
| N.º 63 — Páginas 4, 5, 20, 21, 28, 29, 36, 41, 63, 64, 67, 69, 72, 73, 80, 81 e 84. | | |
| Dez anos de administração municipal (Exposição) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| E | | |
| Ermida do Santo Cristo (A) — Quatro aspectos | 60 | 18-AB |
| Exposição de Fotografias no Palácio Galveias (Inauguração da) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Exposição Garreteana (Inauguração da —) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Exposições (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| F | | |
| Fac-simile da assinatura do Marquês de Angeja (<i>Vide Quartel do Regimento de Lippe</i>) | | |
| Feira Popular (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Ferreira do Amaral ((Comandante) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Festas da Cidade (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| G | | |
| Gráficos (<i>Vide Planta Hipsométrica de Lisboa</i>) | | |
| H | | |
| Homenagens (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| J | | |
| Janelas Floridas (Concurso) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| João António Brissac das Neves Ferreira (<i>Vide Retrato</i>) | | |
| L | | |
| Lápidas (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Lisboa | | |
| — e IV Centenário da Cidade de S. Paulo | 60 | 11 |
| — Vendeira de hortaliça | 60 | 34-A |
| — Vista de entre-muros | 61 | 14-A |
| Um recanto de — (Pintura a óleo, de Francisco Smith) — do Museu Nacional de Arte Contemporânea — («Hors-Texte») | 63 | 28-A |
| Lisboa Nova — Aspecto da Praça de Londres e Avenida de Roma («Hors-Texte») | 60 | 10-A |
| Luis de Camões (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |

| Designação | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| M | | |
| Matadouro-Frigorífico (Novo) <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Mensagem — Reprodução da — entregue a S. Ex. ^a o Presidente da Câmara | 60 | 6-A |
| Mensagem de saudação (ao Presidente do Município de Lisboa) <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Ministro do Interior <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| N | | |
| Neve em Lisboa (em 2/2/54) <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| P | | |
| Paços do Concelho — Pormenor da fachada principal dos — | 61 | 3 |
| Paços do Concelho <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Padre Manuel da Nóbrega <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Palácio Galveias <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Pavilhão dos Desportos <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Pelourinho — Largo do <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Planta Hipsométrica de Lisboa | 62 | 44-A |
| Porto de Lisboa — Foto de A. Ferrari | 63 | 3 |
| Posses | | |
| — do vereador sr. Manuel Leitão Branco | 60 | 47 |
| — da nova vereação | 63 | 40 |
| <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Praça de Londres <i>(Vide Lisboa Nova)</i> | | |
| Prémio «Júlio César Machado» <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Presidente da Câmara (Homenagem ao — no décimo aniversário da sua posse) <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Presidente da República <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |
| Q | | |
| Quartel de Infantaria I <i>(Vide Quartel do Regimento de Lippe)</i> | | |
| Quartel do Regimento de Lippe | | |
| Vários desenhos rubricados pelo Marquês de Angeja, de plantas e alçados do — | 63 | 32-ABC |
| Portão de Armas do — no seu estado actual (foto A. Malheiro) | 63 | 32-D |
| Fac-símile da assinatura do Marquês de Angeja | 63 | 35 |
| R | | |
| Retratos | | |
| — do Conselheiro Capitão-de-mar-e-guerra João António Brissac das Neves Ferreira | 62 | 36-A |
| Reunião extraordinária da Câmara Municipal <i>(Vide Acontecimentos cidadãos)</i> | | |

| Designação | Números | Páginas |
|--|---------|---------|
| S | | |
| Santo Cristo (<i>Vide Ermida do —</i>) | | |
| Sermão no Senhor Roubado (Um) — Carriche — («Hors-Texte» — Do Museu de Arte Contemporânea) | 62 | 40-A |
| Soberania de Portugal — Aspecto da reunião pública extraordinária, para tratar exclusivamente da mensagem a dirigir aos Portugueses da Índia (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| T | | |
| Tejo (O) — Visto do Parque Eduardo VII | 60 | 3 |
| Tronos de Santo António (Concurso) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| V | | |
| Velejadores espanhóis (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Vendedeira de hortaliça — Lisboa (do Museu Nacional de Arte Contemporânea) — («Hors-Texte») | 60 | 34-A |
| Vereação (Posse da nova) (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Vereação (Visita da) (<i>Vide Acontecimento cidadãos</i>) | | |
| «Vieira da Silva» (Eng.º) — Exposição (<i>Vide Acontecimentos cidadãos</i>) | | |
| Vista de Entre-muros — Lisboa («Hors-Texte») do Museu Nacional de Arte Contemporânea) | 61 | 14-A |



